

(Org.)

Discurso, interlocuções e...



**Discurso,
interlocuções
e...**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

José Quadros dos Santos

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor:

Odacir Deonísio Graciolli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Juliano Rodrigues Gimenez

Pró-Reitora Acadêmica:

Nilda Stecanela

Diretor Administrativo-Financeiro:

Candido Luis Teles da Roza

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenadora da Educus:

Simone Córte Real Barbieri

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCUS

Adir Ubaldino Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Nilda Stecanela (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

Alexandre Sebastião Ferrari Soares
Amanda Eloina Scherer
Bethania Mariani
Luciene Jung de Campos
[organizadores]

Discurso,
interlocuções
e...



EDUCS

© dos organizadores

Revisão: Bruna Cielo Cabrera, Maria Cleci Venturini e Mateus Vitor Tadioto

Obra da capa: *Envelopes*, da série A caixa, de Mônica Restelatto, 2018.

Fotógrafo: Vagner Lovera

Editoração: Traço Diferencial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

UCS – BICE – Processamento Técnico

D611 Discurso, interlocuções e – / organizadores Alexandre Sebastião Ferrari Soares... [et al]. – Caxias do Sul, RS : Educus, 2019.
228 p.: il.; 21cm.

Apresenta bibliografia.

ISBN 978-85-7061-979-2

1. Análise do discurso. 2. Linguística. 3. Psicanálise. 4. Antologias.
I. Soares, Alexandre Sebastião Ferrari.

CDU 2. ed.: 81'42

Índice para o catálogo sistemático:

1. Análise do discurso	81'42
2. Linguística	81'1
3. Psicanálise	159.964.2
4. Antologias	82-82

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Michele Fernanda Silveira da Silveira – CRB 10/2334

Direitos reservados à:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR: (54) 3218 2197

Home page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br



Sumário

Introdução / **7**

O corpo trans: o significante *uniforme* / **13**

Alexandre Sebastião Ferrari Soares – Unioeste

Ideologia e inconsciente: mais-valia e mais-gozar / **23**

Belmira Magalhães – UFAL

Ainda sobre testemunho, ainda sobre as noções de sujeito: uma escuta para *memórias do subsolo* / **39**

Bethania Mariani – UFF/CNPq/FAPERJ/LAS

O(s) (o)outro(s) na/da rede significante: a relação língua(gem) e poesia / **57**

Eliana de Almeida – Unemat/CNPq

L'Adolescent et l'invention de sa signature / **71**

Eric Bidaud – Université Paris 13

O adolescente e a invenção de sua assinatura / **81**

Eric Bidaud – Université Paris 13

O discurso midiático e o sujeito (feliz) na atualidade / **91**

Fernanda Lunkes – UFSB

Silmara Dela-Silva – UFF

O sujeito da contemporaneidade: espaço, dor e desalento / **111**

Joel Birman – UERJ/UFRJ

Uma literatura da despalavra ou para além da grosseria e da burrice / **137**

Lauro José Siqueira Baldini – Unicamp

Como viver junto? Uma arquitetura discursiva em *Minha Casa Minha Vida* / **151**

Luciene Jung de Campos – UCS

“Bela, recatada e ‘do lar’”: efeitos metafóricos na trama do político / **163**

Lucília Maria Abrahão e Sousa – FFCLRP/ USP

Dantielli Assumpção Garcia – PNPd/Capes – Unioeste

Canto onde me calo / **179**

Márcia Maria da Silva Cirigliano – Conservatório Brasileiro de Música/Centro Universitário, RJ

Psicanálise & literatura: trama e urdidura / **195**

Maria Claudia G. Maia A. do Brasil

Movimento Freudiano/IUPERJ

Os homens fazem... mas...: língua e sujeito: uma reflexão em três tempos / **207**

Vanise Medeiros – UFF/LAS, CNPq/FAPERJ

Sobre os autores / **223**

Introdução

DISCURSO, INTERLOCUÇÕES E ...

Este livro reúne autores de diversas universidades brasileiras, pesquisadores no Grupo de Teoria do Discurso (GTDIS). Somos analistas do discurso em interlocução com psicanalistas no Brasil e no Exterior. A interlocução pressupõe a existência material de sujeitos em relação na História. Não somos meros destinadores e destinatários mediados por uma mensagem que pensamos fazer circular. Situamo-nos em uma dimensão teórico-afetiva, entremeados por conceitos que nos unem. Conceitos que flexionamos e reteorizamos insistentemente, para produzir uma abordagem crítica da conjuntura que nos abisma.

Propomos afinar a rota de produção em uma marcha engajada, mais do que em estabelecermos um ponto de conexão. Indicamos um itinerário em que se faz uma espécie de “baldeação” significativa, na tentativa de esgarçamento simbólico para prosseguir a viagem na construção do laço social através do discurso. A nossa interlocução se dá na escrita, configura-se nas condições de produção do texto, no recorte da materialidade, na articulação e problematização do arquivo. Para tanto, deslocamos significantes num processo de transferência e de transmissão metafórica.

Os textos de cada um de nós não se complementam, pois guardam suas especificidades e tensões. Entremeiam-se pelo complexo processo de construção de um saber que não se sabe, a partir de uma abordagem teórico-analítica que compartilha e privilegia as noções de sujeito e de língua que não escapam ao inconsciente e à ideologia.

Nessa interlocução discursiva, é a dispersão de textos o que conta, enquanto prática derivada de linguagem constituída pelo inconsciente e pela ideologia, que funcionam e operam produzindo repetições, deslocamentos, resistências. Vale lembrar que Pêcheux

(1969)¹ define discurso como efeito de sentido entre interlocutores situados em lugares determinados, na estrutura de uma formação social. Enunciando os diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso em nossas pesquisas, o que se busca é o abalo da evidência de sentidos produzidos por um efeito ideológico, na tentativa de desfazê-lo, ao apontá-lo no gesto de interpretação. Se existe interlocução, é porque não existe sentido literal.

Para Lacan (2016 [1958-1959]),² o sujeito está capturado na linguagem queira ele ou não, mesmo que não saiba disso. Ao supor que a linguagem lhe é preexistente, postula a lei da subjetividade na dependência da linguagem. Salienta, no entanto, que não se trata de uma reação psicofísica do organismo a um estímulo. E, assim como Pêcheux (1969), Lacan (2016 [1958-1959], p. 20) refuta a teoria da comunicação que endereça um signo que representa alguém, uma terceira coisa. Reafirma que, em relação ao significante, essa construção é falsa, na medida em que “o significante não vale em relação a uma terceira coisa que ele representaria, mas em relação a outro significante que ele não é”.

Poderíamos pensar com Lacan e Pêcheux que a interlocução discursiva se dá na relação Língua, ideologia e inconsciente, pelas quais somos capturados no constituinte da cadeia significante. E é nessa captura, da qual não podemos escapar, que apresentaremos os textos que compõem este livro.

Em *O corpo trans: o significante uniforme*, **Alexandre Sebastião Ferrari Soares** aborda a visibilidade trans, a partir de um vídeo produzido pela Carta Capital (TV/CARTA), intitulado: Luisa Marilac (dos ‘bons drink’) agora tem emprego fixo. O autor analisa os deslocamentos produzidos no discurso dos sujeitos homossexuais – mais especificamente travestis e transexuais –, quando versam acerca do seu lugar como um reflexo de outros discursos que a própria mídia produz/veicula. A partir do significante “uniforme”, são retomadas problematizações daquilo que o autor chama de normalidades

¹ Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.

² O Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação.

compulsórias, como efeito de interpelação ideológica que, ao invés de promover, encobre a diversidade.

Num esforço analítico articulado, **Belmira Magalhães** propõe, em *Ideologia e inconsciente: mais-valia e mais-gozar*, compreender o sujeito contemporâneo enquanto submetido à lógica capitalista, e suas implicações inconscientes, que dão origem a um novo funcionamento do discurso do Mestre nas sociedades capitalistas. A autora retoma a possibilidade de uma analogia dos conceitos de mais-valia, de Marx, e de mais-gozar, de Lacan. Essa reflexão depreende as marcas da interpelação ideológica na atualidade, trilhando um caminho que assinala para a possibilidade do sujeito revolucionário, isto é, um sujeito capaz de conceber a sociabilidade baseada na igualdade social e na individuação dos indivíduos.

Contornando as relações entre as definições conceituais de sujeito na Psicanálise e na Análise do Discurso, **Bethania Mariani** apresenta, em *Ainda sobre testemunho, ainda sobre as noções de sujeito: uma escuta para memórias do subsolo*, uma reflexão acerca da subjetividade, trazendo como peça material a novela “Memórias do subsolo”, de Fiódor Dostoiévski. Nesse movimento analítico, a autora propõe uma viagem pelo testemunho de um autor-narrador-personagem que ilustra, na sua relação falha com a linguagem, os arranjos dados à angústia inerente ao psiquismo humano.

Já **Eliana de Almeida**, ao refletir sobre *O(s) (O)outro(s) na/da rede significante: a relação língua(gem) e poesia*, apresenta a poesia como um fenômeno próprio da língua, que subsiste indiferentemente às formatações da escrita dadas de antemão. Nele, a autora delinea a constituição do sujeito-poeta como aquele que é, ao mesmo tempo, aquele que fala e aquele do qual se fala, propondo pensar a poesia como uma expressão atravessada pelo vazio da linguagem como objeto e suporte, realizando entre o escritor e o outro, o sujeito e o Outro, e estes entre si, a possibilidade mesma de o escritor, o narrador-personagem-herói escrever com o inconsciente, estruturado pelo(s) Outro(s) que o habitam.

No texto *L'adolescent et l'invention de sa signature (O adolescente e a invenção de sua assinatura)*, **Eric Bidaud** aborda as relações entre o processo adolescente e a relação com a linguagem.

Mostra que essas relações efetivam-se em particular por uma certa “remodelagem” da linguagem, através das invenções gráficas dos adolescentes e por um novo investimento de formas escritas. É na invenção da assinatura que o autor situa um ato essencial da reescritura do adolescente por ele mesmo; para dizê-lo de outra forma, na aquisição de um estilo. É quando a letra assume-se como não significando mais nada daquilo que ela deixa atrás de si: seu valor de coisa ou de imagem, ou seja, quando ela aceita poder então funcionar como acionador de escritura.

Fernanda Lunkes e Silmara Dela Silva empreendem, em *O discurso midiático e o sujeito (feliz) na atualidade*, um gesto de leitura sobre a felicidade no discurso jornalístico, retomando um *making of* de uma capa da revista Época. A partir do recorte, articulado à noção de acontecimento jornalístico, as autoras expõem o jogo no qual os processos de textualização e de composição imagéticos, postos a circular, inscrevem o repetível acerca do sujeito na atualidade: que ele pode e deve ser feliz; que o sujeito será feliz se utilizar medicamento; que o medicamento é uma via possível ou necessária para se evitar a tristeza.

A partir de um raciocínio que chama de “Genealogia da arrogância”, articulado em *O sujeito da contemporaneidade: espaço, dor e desalento*, **Joel Birman** põe em questão a arrogância como forma de ser do sujeito, instalada na contemporaneidade como prática naturalizada, tanto no registro da sociedade política quanto no registro da sociedade civil. Esse ensaio traz contribuições para a teorização do sujeito contemporâneo, ao colocar a crítica à hierarquia como uma característica da modernidade, que repercute decisivamente nos processos de subjetivação.

Lauro José Siqueira Baldini, referenciando outras produções de pesquisadoras do GTDIS, apresenta *Uma literatura da despalavra ou para além da grosseria e da burrice*, quando retoma duas questões: a literatura como duplo, colocando em xeque o saber tanto da Psicanálise quanto do escritor; e o simbólico como campo furado e atravessado pelo objeto, tanto em sua dimensão de Coisa quanto em sua dimensão de causa. Tais questões são observadas a partir da obra de Samuel Beckett, lida como um enigma incômodo, lugar de onde

se observam e articulam os limites da escrita, reconhecidos naquilo que resiste a ser interpretado na obra, que permanece como “coisa literária” e que avalizam que na arte não se trata de imitação, mas de metáfora.

Na tessitura artesanal engendrada entre um projeto de extensão universitária e um projeto social de moradia, *O Como viver junto? Uma arquitetura discursiva em Minha Casa Minha Vida*, **Luciene Jung de Campos** relata as aflições em direção à demanda de laço social. Problematisa o conceito de “dejeito integrado” proposto por Barthes em diálogo com o projeto “Barracão” de Hélio Oiticica, na perspectiva da ilha da utopia de Tomás Morus. Através do encontro das formulações artísticas com a historicidade, o conceito de acontecimento discursivo pode ser articulado, fazendo surgir esse “copo de mar”, onde possamos navegar, pensar e habitar.

Em “*Bela, recatada e ‘do lar’*”: efeitos metafóricos na trama do político, **Lucília Maria Abrahão e Sousa** e **Dantielli Assumpção Garcia** trabalham com a noção de “efeito metafórico”, para discutir o enunciado “Bela, recatada e ‘do lar’”, título de matéria da revista *Veja*. Neste gesto analítico, as autoras propõem pensar o modo como o enunciado, ao se deslocar para o ciberespaço, produz um movimento de migração dos sentidos de um campo semântico para outro. É a partir dos desdobramentos metafóricos do enunciado que se apresenta a busca por inscrever e fazer pertencer a mulher em uma esfera restrita ao lar, em contradição com outras, em que ela se coloca e é falada para além do espaço doméstico.

Canto onde me calo, de **Márcia Maria da Silva Cirigliano** problematiza a definição de autismo – que se transforma ao ser abordada por diferentes campos de estudo – a partir das respostas musicais de crianças e adolescentes autistas. Diante de tal problemática, como pensar as situações da clínica, para além do decantado poder da música? Calando e escutando. A música é uma arte que porta algo do real: mesmo guardando relações com a Matemática, é possível desconfiar de sua precisão.

Maria Claudia G. Maia A. do Brasil, com seu texto *Psicanálise & literatura: trama e urdidura*, propõe que é a partir da ligação com o fazer literário que Freud abrirá caminho para pensarmos no possível

paradoxo de uma ficção verdadeira. Aponta que Freud faz função de autor e faz ato de escritura ao debruçar-se sobre o conto; faz do estranho e da literatura a escritura do recalçamento.

Com *Os homens fazem... mas...: língua e sujeito: uma reflexão em três tempos*, **Vanise Medeiros** propõe pensar a interpelação ideológica na prática de fazer glossários. É a partir da reflexão organizada, inicialmente entre a diferenciação entre o dicionário e o glossário e, posteriormente, nas diferentes posições-sujeito possíveis (posição autor/posição editor), que os glossários são trazidos como lugares de denúncia do trabalho do outro/Outro. E, nesse sentido, a alteridade (outro/Outro) que aí imiscui denuncia que a língua sempre falha.

Acreditamos que as reflexões reunidas neste livro *Discurso, interlocuções e...* nos desafiam a suportar os limites da interlocução discursiva. É justamente o “e...”, no final do título, que marca e legitima a abertura ao inesperado, ao outro e ao contraditório. Ao mesmo tempo em que admitimos a incompletude, trazemos temas contemporâneos que não se docilizam ao olhar e ao contato, mas que em suspensão reclamam debate, em uma prática de entremeio.

Luciene Jung de Campos

O corpo trans: o significante *uniforme*

Alexandre Sebastião Ferrari Soares

Unioeste

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Em 2015, 70 travestis foram assassinadas violentamente. Nos últimos sete anos, foram registradas aproximadamente setecentas mortes no País, segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) Rede Europeia de Organizações, que apoiam os direitos da população transgênero.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, há um aumento considerável da expectativa de vida da população brasileira, em torno de 75,2 anos. Em alguns estados, como Santa Catarina e Distrito Federal, por exemplo, a média chega a 78,4 e 77,6 anos, respectivamente. No entanto, entre transexuais e travestis essa expectativa não ultrapassa os 35 anos de idade.

O Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, publicado em 2012, pela Secretaria de Direitos Humanos (hoje Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos), apontou o recebimento pelo Disque 100 – Disque Direitos Humanos – de 3.084 denúncias de violações relacionadas à população de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT), envolvendo 4.851 vítimas. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 166% no número de denúncias – em 2011, foram contabilizadas 1.159 denúncias envolvendo 1.713 vítimas.

Segundo esse relatório, os números apontam para um grave quadro de violência homofóbica no Brasil. “Foram reportadas 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia. A cada

dia, durante o ano de 2012, 13,29 pessoas foram vítimas de violência homofóbica”, diz o documento. O relatório mostra que, em 2012, 71% das vítimas eram do sexo masculino e 20% do sexo feminino. Algumas vítimas não declararam sexo.

As violências psicológicas foram as mais reportadas, com 83,2% do total, seguidas de discriminação, com 74,01%; e violências físicas, com 32,68%.

Entre as violências físicas, as lesões corporais foram as mais referidas, com 59,35%, seguidas por maus-tratos, com 33,54%. As tentativas de homicídios totalizaram 3,1%, com 41 ocorrências, enquanto assassinatos contabilizaram 1,44% das denúncias, com 19 ocorrências.

Além dos dados coletados no Disque Direitos Humanos (Disque 100), o relatório também incluiu informações sobre violações publicadas em veículos de comunicação.

Estatísticas não são transparentes. Não se sabe ao certo se há mais denúncias em virtude das lutas políticas em relação à visibilidade da comunidade LGBTTTT, ou se os casos de violência efetivamente aumentaram. Por outro lado, sabemos também que o público LGBTTTT nem sempre denuncia a violência sofrida, em virtude do que se sabe, também, sobre a culpabilidade atribuída à vítima. De qualquer forma, os números apresentados são inquietantes. Perguntamo-nos, no entanto, quem se preocupa com esses dados alarmantes sobre a violência contra a população LGBTTTT?

Nos anos 80/90, para se discutir, na imprensa, a homossexualidade, falava-se necessariamente sobre doença, sobre desvio de comportamento, sobre promiscuidade ou sobre um estilo de vida que ia de encontro ao tradicional: o sujeito homossexual (e estou quase que exclusivamente falando dos homens homossexuais, porque na década de 80 apenas eles ocupavam as páginas de jornais/revistas) era aquele que, ao não “poder constituir família”, construía para si um lugar de prazeres e perversões. Esse sujeito não tinha voz, mas era falado a partir de posições-sujeitos, como de médicos, religiosos e homens da lei.

Sobre as travestis, o espaço ocupado era exclusivamente o das páginas policiais: quase sempre, quando eram elas então as agentes da violência. Esse foco pouco mudou nos últimos anos: ou são notícias quando se transformam em estatísticas sobre suas mortes violentas ou aparecem em escândalos sexuais (ou seja, continuam sendo significadas quase que exclusivamente através dessas páginas).

A partir dos deslocamentos produzidos pela mídia sobre os homossexuais, nos últimos 20 anos, na imprensa brasileira instala-se, no discurso do próprio sujeito homossexual, um outro dizer sobre si, bem distinto daquele lugar do estereótipo dos anos 60/70 (da lésbica masculinizada e do *gay* “bicha-louca”) ou do crime, da doença e do pecado nas décadas seguintes (80/90). Esse outro/novo lugar, denomino, muito tendenciosamente, de *normalidade compulsória*, na falta de outra denominação mais apropriada.

A minha hipótese aqui neste trabalho é a de que os deslizamentos de sentido sobre si deram-se (dão-se) a partir, sobretudo, desse olhar midiático que afeta todos nós. Claro que estou falando de uma forma geral, porque há muita resistência na própria imprensa sobre esses sujeitos. Por exemplo, quando a imprensa brasileira insiste em chamar o/a travesti pelo nome de batismo. Ou quando ainda é possível ler/ouvir artigos em defesa dos projetos de lei sobre a cura da homossexualidade, o discurso que aproxima o homossexual da pedofilia, ou ainda quando reverbera o estatuto da família proposto pela bancada evangélica da câmara dos deputados federais. Ou mesmo quando, muito discretamente, aparece nessa mesma imprensa a comemoração do orgulho heterossexual.

No entanto, não é sobre a resistência que me proponho a tratar neste trabalho, mas sobre os deslocamentos produzidos no discurso dos sujeitos homossexuais, quando versam acerca do seu lugar como um reflexo de outros discursos, que a própria mídia produz/veicula. Para falar sobre o que me proponho, faço referência à Luisa Marilac, travesti que ficou nacionalmente conhecida, a partir da publicação no *youtube* de um vídeo sobre a sua situação financeira e emocional na Itália.

Mas este trabalho é sobre um outro vídeo, também de Luisa Marilac, com menos visualização, menos repercussão, nenhuma paródia, e que me serviu para pensar nos discursos produzidos pela imprensa, a partir de um outro lugar dispensado ao sujeito homossexual, seja pelo discurso da família, do trabalho, da profissionalização, da doença (aqui me refiro aos transexuais), seja pela educação formal ou pelo reflexo disso nos discursos do sujeito homossexual sobre si mesmo.

O referido vídeo foi produzido pela *Carta Capital* (TV/CARTA), com a duração de 6min 48s e nele somente a Marilac fala. O título é *Luisa Marilac (dos 'bons drink') agora tem emprego fixo. Visibilidade trans*. Existem outros títulos para o mesmo vídeo: *Luisa Marilac não está mais na pior* é um deles, fazendo referência àquele que fez dela uma celebridade do *youtube*.

Ela fala, então, sobre o seu emprego no hotel *Chilli Pepper*. E, ao falar sobre isso, ela produz um discurso que parte do lugar da estabilização de sentidos e comportamentos. E, como já disse, muito desapropriadamente, o lugar da **normalidade compulsória** que nos coloca sempre a partir de uma moral vigente.

Destaco que um homossexual “bem comportado” pode ocupar alguns lugares muito específicos. Lugares nunca antes possíveis de serem ocupados por esses sujeitos, ao longo das últimas décadas na imprensa brasileira.

Nesse vídeo, em princípio, Luisa Marilac fala para o público trans sobre seu emprego no hotel e, para isso, remete, sobretudo, ao seu **uniforme** de trabalho. Refiro-me “em princípio”, porque parece que há uma “preocupação” em didatizar um comportamento para que as travestis/transexuais passem a ser vistas pela sociedade heterossexual de forma menos marginalizada e, para isso, o **uniforme** de trabalho desempenha papel fundamental. Circula, na fala de Marilac, o sentido de que é o trabalho que dá dignidade ao homem. E, em se tratando de travestis/transexuais, é isso o que lhes possibilita estar num outro lugar social distinto do lugar habitual que lhes é permitido.

SD1. Eu tenho o maior orgulho de usar o uniforme. **Eu me sinto protegida com o uniforme.** Sabia? (Hoje eu vim falar diretamente com você travesti, vim falar uma coisa. **Vocês notaram o meu uniforme?** Que coisa mais show. Show de bola. Ai, eu acho que ficou tão bonitinho. Eu amei o meu uniforme).

(**Luisa Marilac (dos ‘bons drink’)** agora tem emprego fixo. *Visibilidade trans.* TV Carta, Entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q4nWYN5Oal0>. Acesso em: 2015, grifos meus).

Uniforme, além do sentido de vestuário idêntico para todos os componentes de uma agremiação, empresa, escola, etc., significa também uma única forma: igual, idêntico, muito semelhante, conforme. E, também, numa outra acepção, aquilo que é monótono, invariável, constante, regular. Ou, ainda, aquilo que se sucede com absoluta regularidade. (HOUAISS, 2004).

Nesse sentido, o discurso de Marilac, ao contrário do que supõe, apaga a possibilidade da diversidade. Aqui, como efeito de sentido, só é possível aquilo que se inscreve no igual. Para que a travesti/transsexual possa/deva ser respeitada, ela precisa fazer parte do todo e, para ela, isso só é possível quando se insere nessa normalidade compulsória.

O sujeito que produz discurso concebe a língua como transparente, ou seja, pensa num sentido dado antes mesmo do enunciado ser produzido. Supõe, portanto, que haja uma relação literal entre o significante (a imagem acústica) e o significado (o conceito). (SAUSSURE, 2006). O sujeito do discurso não se percebe como parte desse processo de “funcionamento ideológico próprio da língua”: a ideologia se inscreve na língua e só assim produz sentido.

“Usar uniforme”, no discurso de Marilac, diz respeito ao sentido que circula socialmente sobre ser cidadão respeitável (ou que merece respeito), sempre em detrimento de um outro tipo de “pessoa”, ou daquela que não trabalha ou que realiza atividades suspeitas. Marilac faz referência a uma certa proteção que o **uniforme** lhe proporciona. Ela diz: “Eu me sinto protegida com o uniforme” e refere-se ao olhar

do outro, uma vez que estar protegida tem relação direta com o fato de ela ser quem é, ou seja, travesti, no Brasil, e, apesar disso, estar trabalhando “honestamente”. Ela não está ocupando as páginas policiais ou fazendo parte das estatísticas dos assassinatos de travestis. O **uniforme** produz também o sentindo de um “apesar de”.

E aí temos mais um deslizamento, trabalhos que são honestos e merecem respeito; neste caso, aqueles que exigem **uniforme** e os outros que não são honestos e que, por isso, podem ser desrespeitados (ou são desrespeitados), como por exemplo a prostituição, porque ele não desloca o olhar do outro sobre o sujeito *trans*, ao contrário, imobiliza esse lugar e, em função disso, pelo olhar do outro, é um tipo de atividade que não pode/deve produzir a ideia da “proteção”.

Bem, refiro-me à prostituição porque Luisa Marilac faz uma comparação entre a travesti que aparece publicamente uniformizada – e, dessa forma, domestica o olhar do outro para um novo lugar – *versus* uma travesti que está vestida civilmente – e que só pode produzir, para o olhar do outro, aquele lugar social dispensado às travestis, mesmo que ela não seja prostituta.

SD2. As pessoas **me olham diferente** quando eu estou de uniforme. Olha, se eu olho, **se eu ando assim como eu estou agora, as pessoas veem uma puta**. Vê um travesti que está vindo se prostituir ou tá indo se prostituir. **Se eu tô de uniforme, a pessoa que tá ali ENTENDE** “aquela é diferente, aquela tem um trabalho fixo, aquela trabalha”. **O tratamento é diferente**. Infelizmente é diferente! Que infelizmente né, porque eu acho que eu deveria ser tratada assim ou de uniforme. **(Luisa Marilac (dos ‘bons drink’) agora tem emprego fixo. Visibilidade trans. TV Carta, Entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q4nWYN5Oal0>. Acesso em: 2015, grifos meus).**

A “proteção” é parecer um cidadão de bem, porque o **uniforme** produz, nesse imaginário sobre o trabalhador, um lugar de receber “licitamente” um salário, através do esforço pessoal, do suor do trabalho, da dedicação sempre em detrimento de um outro tipo de

atividade, que nos “parece” não necessitar de nenhum esforço físico ou mental.

Há dois lugares que podem/devem ser compreendidos de forma excludentes quando Marilac fala ao tratar de atividades exercidas: aquele que se inscreve na normalidade a partir do uso do **uniforme** pelo corpo *trans* e o outro que, na ausência do **uniforme** no corpo *trans*, o identifica necessariamente com o (des)lugar social e com tudo o que isso pode significar, somando-se sempre a isso o lugar naturalizado desse sujeito.

Na fala de Marilac, há sempre um antes e um depois do **uniforme**: a vida fácil *versus* a vida digna, o dinheiro fácil *versus* o dinheiro suado, o trabalho que dignifica *versus* o peso na alma, etc.

SD3. Pela primeira vez de travesti eu posso dizer que eu recebi meu décimo terceiro, daqui uns dias eu tô de férias. **Você tá entendendo?** Você quer, que coisa mais gratificante. As pessoas têm a mania de dizer, Marilac você ganha menos, você acorda às 4 horas da manhã. Eu tô tão satisfeita em acordar 4h da manhã, **eu tô tão satisfeita em ganhar menos e poder deitar minha cabeça no travesseiro e ter paz de espírito**. Paz na alma. Você quando sai pra rua, o travesti quando sai pra rua, no Brasil, ela sai pra rua com a certeza de que ele não sabe se vai voltar viva. Ele não sabe o que vai acontecer.

(Luisa Marilac (dos ‘bons drink’) agora tem emprego fixo. *Visibilidade trans*. TV Carta, Entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q4nWYN5Oal0>. Acesso em: 2015, grifos meus).

Mas não há, por exemplo, na fala de Marilac, um lugar-profissional que não exigiria o **uniforme**, porque ela também naturaliza os lugares nos quais uma travesti pode circular quando se trata de “trabalho”. Esses lugares sequer aparecem na sua fala. A travesti pode ocupar o lugar do uniforme, o emprego que exige uniforme, mas não pode ocupar qualquer lugar social, em se tratando de trabalho. Quais lugares poderiam ser esses? E quais não poderiam?

O significante **uniforme**, que, no imaginário deste sujeito trans, produz a ilusão de proteção (porque, como já disse anteriormente, ser travesti ou transexual no Brasil é sempre estar por um fio), reforça aquele lugar da normalidade compulsória, porque este sujeito não se insere no social via diversidade, mas, ao contrário do que pensa produzir, insere-se pelo que o significante **uniforme** produz: tudo só é possível a partir do que é padrão, do que é análogo, idêntico, semelhante, que não varia na sua forma (maneira, grau, intensidade, etc.), ou é regular, unímido ou precisa ser exterminado.

Em busca do uno, do universal e do mesmo, a razão ocidental afastou o outro, a diferença, a multiplicidade. O espaço do outro precisa ser extinto, para que um outro espaço, aquele da normalidade que apaga qualquer diferença, possa existir. Não se produz coexistência no significante **uniforme**.

O uniforme deserotiza o corpo da travesti e insere-o em outra ordem discursiva. Dessa forma, esse corpo pode passar a ocupar um lugar “permitido”, sendo, com isso, ressignificado. É importante dizer outra vez que esses corpos não podem ocupar todos os lugares, mas apenas alguns lugares muito específicos, assim como torna-se relevante notar que, apenas via “trabalho uniformizado”, esse corpo tem o direito de ocupar o lugar do sujeito que trabalha.

No vídeo, parece haver um exercício de liberdade, embora o discurso da travesti ainda remeta a um estereótipo de corpo colocado entre a travesti/transexual. A travesti estaria então ligada à prostituição, e a transexual, ao “erro” da natureza que pode/deve ser corrigido. Uma correção que também se dá via uniforme.

Tudo fica afetado por um sentido de corporalidade colado ao erotismo, mas à negação do erotismo. Nesse caso, assim funciona: tudo bem ser trans/travesti, desde que não seja vista como uma “puta”, desde que esteja “protegida” pelo uniforme.

Chama-me a atenção o espaço onde ela trabalha. Tudo concorre para a heterotopia, como diria Foucault (2004), aplicado ao corpo do empregado trans/ou travesti. Trata-se de um espaço outro onde cabe certa imagem feminina (deserotizada, é claro). Segundo o autor,

o espaço é visto como uma forma de relação de posições, onde a vida é comandada por espaços sacralizados.

Ela é supervisora de serviços gerais no *Chilli Pepper*. Digo isto porque, se não me engano, o hotel onde ela trabalha está situado no que se denomina “região moral”, ou seja, espaço de encontros e de prazeres.

Apesar de eu reconhecer a justiça do que ela reivindica, a sua posição discursiva está fixada na estigmatização. Enfim, é só um caso, mas significativo de uma discursividade que não escapa do estereótipo da figura da travesti ou da transexual.

Trata-se mais de, docemente, submeter o corpo de tal modo a fazê-lo corresponder à normalidade do discurso do trabalho e ao sujeito que o torna possível. Se, sem sujeito, não há discurso, neste o que se esquece e se perde é o corpo. Literalmente, na escrita que desenha e alinha suas formas transitando do masculino a um feminino qualquer.

Marilac pensa estar produzindo um outro lugar para si, a partir desse trabalho que lhe dá dignidade. E está. No entanto, ao contrário do que ela supõe, produz para si um lugar possível para ser ocupado. Claro que no fato de poder dizer-se já há deslocamento: já que o sujeito *trans* não fala. No entanto, aqui, há também uma grande dose de conformidade/resiliência no efeito de sentido que o significante **uniforme** produz. Quem sabe de um lugar possível para um lugar desejado.

A domesticação do corpo como se fosse um ganho é, na verdade, o lugar do óbvio, do senso comum, daquele lugar que se deve ocupar mascarado de novidade, de inclusão e aceitação do diferente.

Há uma tentativa de homogeneização propagada como uma possibilidade de igualdade entre os corpos. A alteridade é deixada de lado e, com isso, “apagam-se” as diferenças. O que se tem é um efeito de homogeneização propagado como evidência de igualdade.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense, 2004. (Coleção Ditos & Escritos V).

Luisa Marilac (dos ‘bons drink’) agora tem emprego fixo. Visibilidade trans. TV Carta Capital, entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q4nWYN5Oal0>. Acesso em: 2015.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

2

Ideologia e inconsciente: mais-valia e mais-gozar

Belmira Magalhães

UFAL

Nosso objetivo é buscar a pertinência, já anunciada por Pêcheux (2009), mas não realizada, da utilização dos conceitos de ideologia e de inconsciente, simultaneamente, nas análises discursivas da linha teórica iniciada por ele, nos anos 60 do século passado, intentando ultrapassar tanto o estruturalismo, que isolava o sujeito das análises, como a teoria da enunciação, que concedia ao sujeito o papel dominante na elaboração dos atos linguísticos.

Neste momento, nossa preocupação detém-se na compreensão do sujeito contemporâneo, enquanto submetido à lógica capitalista, e de suas implicações inconscientes, as quais dão origem a um novo funcionamento do discurso do *Mestre*, nas sociedades capitalistas:

O que se opera entre o discurso do senhor antigo e do senhor moderno, que se chama capitalista, é uma modificação do lugar do saber. [...] De maneira que é por ter sido despossuído de algo que o proletariado pode ser qualificado com esse termo despossuído, que justifica tanto o empreendimento quanto o sucesso da revolução. (LACAN, 1992, p. 32).

Lembrando sempre que, em todas as sociedades de classes e, especialmente, na sociabilidade atual, a contradição comanda as práticas sociais, provocando sempre a impossibilidade de uma filiação

sem problemas a qualquer formação ideológica, bem como produzindo composições cada vez mais complexas nas formações discursivas e, em consequência, nos discursos.

Pretendemos também percorrer o caminho “possível” que levaria ao rompimento maior que predomina na ideologia contemporânea – o individualismo – e à consequente “inflação de ego”, que acarreta uma luta inglória pelo prazer; este se vê submetido ao mais-gozar, tendo como uma das consequências a “morte do sujeito”, explicitada na depressão, no suicídio e nas drogas. Concomitantemente, surgem práticas sociais sob o domínio da perversão, que tendem a destruir tudo o que parece ser obstáculo ao prazer inalcançável, mas dito pelo sistema como possível, desde que o sujeito seja capaz de consegui-lo sob qualquer meio: violência, assassinato, etc.

A destruição do próprio sujeito e do outro, como diz Mészáros (2007, p. 108), leva à barbárie. “A verdade desagradável hoje é que se não houver futuro para um movimento radical de massa, também não haverá futuro para a humanidade”. As crises econômico-sociais do capitalismo, que cada vez mais diminuem de intervalo, ainda mantêm o sistema forte, mas, para isso, precisa de sujeitos cada vez mais fragmentados.

Neste artigo estamos partindo da nossa apresentação no Simpósio Grupo de Teoria do Discurso (GTDIS) em 2013, que propunha a possibilidade de uma analogia dos conceitos de mais-valia, de Marx, e de mais-gozar, de Lacan. A explicação à possibilidade dessa analogia parte do que será exposto a seguir.

A mais-valia é o “resto” do valor do trabalho que é apropriado pelo capitalista, a partir do saber do *Mestre*. Não há possibilidade de ser um trabalhador produtivo numa sociedade capitalista e não produzir esse “resto”, que nunca poderá ser incorporado pelo sujeito trabalhador. Nesse sistema econômico-social, a produção dessa falta é inerente à sua sistemática, sendo a exploração do trabalho assalariado o fundante dessa sociedade.

A lista de salários que abastece o sustento do trabalhador durante o trabalho é a mais baixa e unicamente necessária, um complemento apropriado para criar a família a fim de

que a categoria dos trabalhadores não seja extinta. [...] Na condição crescente da sociedade, a decadência do trabalhador é o produto do seu próprio trabalho e da riqueza produzida por ele. Consequentemente, a miséria surge de forma espontânea, da essência do trabalho presente. (MARX, 2001, p. 65, 71).

Estamos tentando estabelecer uma relação entre o real da história, o real do inconsciente e o real da língua. Como diz Lacan:

É provável que o aparecimento da mais-valia no discurso tenha tido como condição a absolutização do mercado. É difícil conseguir separar esta última do desenvolvimento de alguns efeitos de linguagem, e foi por isso que introduzimos o mais-de-gozar. (LACAN, 2008, p. 37).

Após essas circunstâncias, todo discurso produzido nas sociabilidades desse sistema traz, das diversas formas possíveis, a luta de classe gerada da apropriação pelo capitalista da mais-valia. Segundo Lacan:

Remuneramos o trabalho com dinheiro, uma vez que estamos no mercado. Pagamos seu **preço verdadeiro**, tal como a função do valor de troca o define no mercado. [...] Esse trabalho não remunerado, embora pago de maneira **justa em relação à consistência do mercado** no funcionamento do sujeito capitalista, é a mais-valia. (LACAN, 2008, p. 37, grifos nossos).

Como bem assinala Lacan, o *preço justo* é o preço que o mercado estipula, levando em conta suas próprias leis, como concorrência, oferta e procura, etc., e não as necessidades dos trabalhadores. Nesse sentido é que esse autor, tendo por base o *discurso* de Marx, ressalta que o trabalhador representa o *lugar sagrado* do conflito capitalista que “emerge” quando um “saber [...] dilacera-se em algum ponto”. (LACAN, 2008, p. 38).

Todos que participam desse processo alienam-se, mas as formas de alienação do capitalista e do trabalhador são distintas. No capitalismo, o trabalhador produz valor, que gera a mais-valia e uma forma histórica de processar o gozo. O que Lacan nos ensinou em particular é que há uma identidade entre o que constitui o sujeito enquanto tal e a estrutura onde se organiza, de maneira mais corrente, o assujeitamento social: os dois dependem do discurso do *Mestre*. (ROLAND, 1997, p. 28).

A função da mais-valia é, ao mesmo tempo, promover a apropriação do valor produzido pelo trabalhador e criar um mecanismo que não permita ao indivíduo perceber as relações que possibilitam essa expropriação. O trabalhador pode se sentir malpago, não recebendo o que merece e reivindicar uma melhoria de salário. Esse é o limite de consciência política da maioria dos trabalhadores. No entanto, não é o *quantum* de salário que elimina a mais-valia, pois, dependendo da quantidade, pode-se diminuir ou aumentar a mais-valia apropriada pelo capitalista, mas não eliminá-la.

Ao efeito básico do processo de produção da mais-valia, Marx nomeou de fetichismo da mercadoria. Assim, o valor do trabalho é subsumido ao produto-mercadoria:

Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. [...] O caráter místico da mercadoria não resulta, portanto, de seu valor de uso. [...] Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa, não têm ao contrário, nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais (*dinglichen*) que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX, 2013, p. 147).

No mercado trocam-se *coisas*, que, no entanto, só podem ter essa circulação comercial porque contam com o tempo de trabalho gasto para a sua produção, equiparado a certa quantia de dinheiro – o equivalente universal.

O que para mim existe através do dinheiro, aquilo que eu posso pagar, isto é, aquilo que o dinheiro pode comprar, sou eu, o próprio possuidor do dinheiro. O poder do dinheiro é o meu poder. [...] Aquilo que eu sou e posso não é, pois, de modo algum determinado pela minha própria individualidade. (MARX, 2001, p. 117).

Ao tratar do **objeto a**, Lacan afirma que este está sempre no lugar de algo inalcançável e permanente para todo indivíduo, sendo constituinte do psiquismo humano: “Já lhes mostrei que no discurso do Mestre, o **a** é identificável a um pensamento laborioso, onde Marx fez surgir, a saber, o que estava em jogo, simbólica e realmente na função da mais-valia”. (LACAN, 1992, p. 45).

O objeto **a** refere-se à necessidade de separação e de individuação do ser humano, ao tempo que faz parte da contradição do sujeito, que se torna um ser desejante, porque jamais suprirá esse desejo. Essa falta constitutiva do sujeito – busca que não se completa nunca – persiste:

Basta partir do princípio do prazer, que nada mais é do que o princípio de menos tensão, da tensão mínima, a manter para que haja a vida. Isto demonstra que, em si mesmo, o gozo o transborda, e o que o princípio do prazer mantém é o limite em relação ao gozo. Como tudo indica nos fatos na experiência e na clínica, a repetição se funda em um retorno ao gozo. E o que a esse respeito é propriamente articulado pelo próprio Freud é que nessa repetição produz-se algo que é defeito, fracasso. (LACAN, 1992, p. 47).

A repetição inconsciente tem na sociabilidade as formas de busca do objeto faltoso. “O significante então se articula por representar um sujeito junto a outro significante. É daí que partimos para dar sentido a essa repetição inaugural, na medida em que ela é repetição que visa ao gozo”. (LACAN, 1992, p. 49).

O capitalismo oferece, pela necessidade intrínseca a esse sistema de produção sempre crescente, o consumo de tudo, criando no sujeito um imaginário da possibilidade de completude, de sanar a falta.

Pelo consumismo, o sujeito moderno tenta reparar a falta constitutiva, mediante o acúmulo, que alimenta a produção de mais-valia, mas que também produz as crises econômicas e o novo “mal-estar da civilização”, que tem no fenômeno/sintoma da depressão disseminada sua maior característica.

Com a expressão **agora você pode** fazendo parte de inúmeras publicidades, a temporalidade é afirmada como fim dos objetivos dos sujeitos. O que importa é o presente, o aqui e o agora. Não há ideal a ser perseguido, a não ser o de conseguir se colocar como cidadão do presente, e o cidadão do presente é aquele que adquire bens: materiais e espirituais (amor, religião, emoções). O sonho do **ter** substitui o ideal político de um mundo melhor.

Em certo sentido, a depressão, como sintoma, gera a ausência de desejo, a anedonia. O depressivo para de acumular, mas pode lutar para viver: busca o “saber” que lhe foi expropriado (Psicanálise) ou sucumbe e “entorpece-se” com os remédios ou as terapias egoicas. Novamente o capitalismo “ganha”, pois a indústria que mais cresce, além da armamentista, é a farmacêutica. O sujeito entorpece-se e cessa a busca do “saber-fazer”, pois “a única maneira de romper o sonho ideológico é confrontar o real de nosso desejo que se anuncia nesse sonho”. (ZIZEK, 1996, p. 325).

No entanto, esse sintoma disseminado (depressão) aponta para a crise do sistema (superprodução). Todos devem consumir, mas não há condição de que isso ocorra para todos. Daí advêm angústia, mal-estar, sensação de impotência e violência.

Sintetizamos essas primeiras discussões no quadro 1:

Quadro 1 – Uma analogia possível?

Mais-valia	Mais-gozar
1. Constitutiva do sistema capitalista	1. Constitutivo do sujeito
2. A constituição da lógica capitalista; um a mais produzido por sujeito (trabalhador), apropriado por outro sujeito (capitalista)	2. Encontro faltoso: produzido da constituição do traço unário (p. 48)
3. Algo que falta para o sujeito e que causa a exploração do trabalhador	3. Algo que falta é causa de desejo (lugar do objeto a no sujeito faltoso)
4. A falta – mais-valia – não é consciente para o trabalhador	4. A falta – a hiância – não é consciente para o sujeito
5. A contradição K e T leva à ação, à luta de classes. Dentro da ordem do capital só há repetição de práticas, que podem ser diferentes (não se sai do lugar do trabalhador, mais-valia)	5. O sujeito desejante age pela repetição do mesmo, de maneiras diferentes – mais-gozar
Impossível solução? Só se romper com o sistema capitalista	Impossível solução? A busca do saber pela psicanálise

Fonte: Elaboração da autora.

É preciso, então, esclarecer como é possível a resistência do sujeito contemporâneo submetido ao que o quadro aponta. Baldini, via Pêcheux, adverte:

No anexo III, escrito em 1978 para uma nova versão de *Semântica e discurso* (1975, p. 127), Pêcheux reconhece o efeito de “furo” do inconsciente em qualquer ritual de interpelação ideológica, ao mesmo tempo que atenta para o risco fácil de se fazer do inconsciente, agora, a origem das resistências das ideologias dominadas à ideologia dominante. (BALDINI, 2014, p. 12).

Embora concordemos com Baldini (e com Pêcheux), salientamos que esse efeito de furo do inconsciente nos rituais das práticas ideológicas precisa ser mais investigado, pois:

Primeira síntese:

Não é, a nosso ver, através do sujeito do inconsciente que se consubstancia a resistência do indivíduo às ideologias, mas, sem o seu alcance, há sempre algo que manca, impedindo a crítica radical ao funcionamento das práticas ideológicas contemporâneas.

Voltamos a Freud na busca de ressaltar as bases do inconsciente. A descoberta feita por esse estudioso abalou todo o referencial filosófico que funcionava desde o Iluminismo e que tem em Kant a fundamentação necessária para fazer do ser humano um indivíduo dotado de uma razão capaz de dominar a si próprio e ao mundo. Até aquele momento, os estudos sobre a mente humana centravam suas descobertas nas capacidades cerebrais que permitiam ao indivíduo humano pensar por objetivo e realizar uma prática consciente sobre a realidade, embora também se admitisse que essa consciência poderosa possuía graus e que o conhecimento não conseguia abarcar toda a realidade.

Freud questiona exatamente essa estrutura psíquica, problematizando a capacidade que a consciência tem de controlar as práticas humanas e acrescentando uma nova estrutura, que passa então a compor o complexo psíquico do ser humano: a estrutura inconsciente.

A divisão do psiquismo em o que é consciente e o que é inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise. [...] A psicanálise não pode situar a essência do psiquismo na consciência, mas é obrigada a encarar esta como uma qualidade do psiquismo, que pode achar-se presente em acréscimos a outras qualidades, ou estar ausente. (FREUD, 1976, p. 25).

Freud (1976) afirma ainda que o inconsciente é in/temporal, não seguindo a lógica da memória que necessariamente está ligada às noções de tempo e espaço: “Isso significa, em primeiro lugar, que

não são ordenados temporalmente, que o tempo de modo algum os altera e que a ideia de tempo não lhes pode ser aplicada”. (FREUD, 1976, p. 42-43).

A nosso ver, Freud (1976) está afirmando que, tendo como base uma historicidade individual, o inconsciente irrompe sem obedecer a uma lógica temporal em relação à história daquele ser individual, pois, “no inconsciente, as catexias podem com facilidade ser completamente transformadas, deslocadas e condensadas”. (FREUD, 1976, p. 51).

Já Lacan salienta que a subjetividade humana não poderá ser entendida sem o simbólico, sem a sociedade, introduzindo em seus estudos a história de cada sociabilidade. Seguindo essa lógica, percebe-se que a sociedade antecede ao sujeito e à linguagem, que também o precede, e será o instrumento com o qual o mundo falará desse sujeito antes que ele possa compreendê-la.

Mariani (2014, p. 136) afirma que, para Lacan (1961), “a entrada na linguagem produz a marca de presença e é marcada pela transmissão da falta”. Pela linguagem, o sujeito expressa tanto as marcas ideológicas quanto as inconscientes, pois a materialidade do consciente bem como do inconsciente só é possível pela linguagem; a percepção de ambos só é possível *post-festum*:

Pois o significante por sua natureza sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que diante dele sua dimensão. É o que se vê, no nível da frase, quando ela é interrompida antes do termo significativo; eu nunca..., a verdade é que..., talvez também... Nem por isso ela deixa de fazer sentido, e um sentido ainda mais opressivo na medida em que se basta ao se fazer esperar. (LACAN, 2008, p. 505).

O sentido necessita primeiramente romper a estrutura da cadeia significante para, quem sabe, ser captado em seu sentido de verdade. É importante frisar que nem se sabe se será captado e entendido este sentido que clama por significar. Aqui se dá o encontro entre o furo do inconsciente e os rituais das práticas ideológicas.

Segunda síntese:

Só há a possibilidade crítica à realidade, quando o discurso, isto é, a forma-sujeito da resistência, percebe a relação de cada prescrição do simbólico e os furos significantes do discurso do capitalista.

Do ponto de vista do analista do discurso, essa é a oportunidade de desvelar os silenciamentos de todo discurso. Assim se fazem os equívocos, os lapsos, os chistes, que permitem aos analistas do discurso buscarem os efeitos de sentido dos discursos analisados, ao mesmo tempo em que torna possível a busca da totalidade daquele discurso que, partindo de sua materialidade fenomênica, como diriam Freud e Lacan – da escrita ao pé da letra –, e Marx – da vida cotidiana –, chega à “verdade” do sujeito individual e do sujeito social, que tem a chance de se perceber ou não como sujeito inserido na contraditoriedade das relações sociais.

Embora as questões discursivas não digam respeito apenas à sociedade capitalista, mas formem um corpo teórico-metodológico de explicação do fenômeno discursivo, foi a sociedade contemporânea, com todas as suas contradições e o conhecimento acumulado, que possibilitou a Pêcheux empreender os estudos que resultaram na AD francesa.

Essa busca de compreensão dos efeitos discursivos sobre a posição do sujeito levou Pêcheux a constituir a proposta teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, fundado por Marx, em uma das bases para a explicação do sujeito do discurso. A outra base da constituição do sujeito discursivo vem, a partir dos estudos que tiveram origem na descoberta de Freud – o inconsciente.

Discutiremos agora esse sujeito contemporâneo, submetido à lógica econômica do capital, e por isso estranho em sua própria constituição subjetiva e no discurso do *Mestre* (capitalista). Esse estranhamento, que tem sua fonte na forma do trabalho nas sociedades capitalistas, produz uma subjetividade cada vez mais individualista, voltada para si própria, indiferente aos ditames sociais, não participativa e cada vez mais violenta.

O indivíduo necessita, a todo momento, participar da concorrência própria do sistema, o que produz homens e mulheres cada vez menos preocupados com o futuro da humanidade e com os caminhos que o gênero humano está construindo. Todos querem apenas sobreviver e usufruir (gozar) sempre, para fazer jus a seu lugar no mundo, como representante maior do ícone da sociedade contemporânea: a expansão do fetiche, que tem origem nas relações de produção, da expropriação da mais-valia, para todas as relações culturais; que atinge a todos, mas que se diferencia a depender do lugar ocupado pelo sujeito, nas contradições entre as classes.

Todas as dimensões da individualidade estão submetidas à lógica da mercadoria, pois esta é a base fundante da sociedade capitalista, o que faz com que os seres sociais sejam relegados em função da necessidade que o capital possui de sempre lucrar mais e, concomitantemente, explorar mais o trabalhador. As necessidades humanas são subsumidas às necessidades do capital, fazendo com que, desde a forma material em que a estrutura psíquica se manifesta, o corpo do indivíduo e suas ideias e práticas, inclusive a discursiva, estejam a ela subsumidas. Segundo Silveira e Doray,

constitui-se num conjunto de disposições e habilidades que envolvem cérebro, músculos, nervos etc.; portanto, materializa-se no próprio corpo e na estrutura psíquica dos sujeitos. Deste modo, a forma mercadoria e o fetichismo inscrevem-se nas dimensões vitais dos sujeitos: seu corpo e sua psique. (1989, p. 35).

Para que esse “amoldamento” seja eficaz, é preciso produzir nos indivíduos, desde o início do seu estar-no-mundo, marcas que estarão para sempre em sua estrutura psíquica. Dessa forma, agem as práticas ideológicas sobre a estrutura psíquica do sujeito em formação, fazendo com que o inconsciente de cada sujeito individual seja o resultado de uma fala ideológica, que será dita antes do nascimento de cada ser humano, e de sua resposta a essas determinações sociais, que passam pelo crivo das relações interpessoais de quem diz ao sujeito quem ele é: a internalização, a inculcação, a forma de significação que cada indivíduo elabora.

Terceira síntese:

Estamos dizendo que, sem chegar ao inconsciente, as determinações ideológicas não teriam a eficácia necessária à reprodução da lógica da sociabilidade capitalista. É essa a grande dificuldade de se enfrentar a ideologia dominante, pois ela não se inculca apenas na consciência dos indivíduos, mas atua também no complexo psíquico, criando marcas difíceis de serem desfeitas na sociabilidade que as criou.

O sujeito construído na e pela modernidade, que pensa que decide e que escolhe sem determinação que o conduza e limite, não percebe o silenciamento completo da impossibilidade, em sociedades de classes antagônicas, de resolverem-se os problemas cotidianos mais elementares da maioria das populações do mundo inteiro.

O discurso do *Mestre*, que tem o saber, tenta apagar as falhas do sistema através das práxis ideológicas, pois, como já assinalamos, não há tudo para todos na sociabilidade, e o efeito de evidência ideológica assegura que quem não consegue não tem como reclamar, pois as oportunidades foram dadas.

Paralelamente, a incompletude do sujeito e a incompletude da língua são também apagadas e preconizam o funcionamento ideológico do sistema capitalista, para, mais uma vez, imputar, à subjetividade contemporânea, uma busca incessante de prazer absoluto, o que se associa à frustração por nunca o encontrar. Nesse sentido, explica-se o novo “mal-estar da civilização” no século XXI (a depressão e as drogas a ele acopladas), que nada tem a ver com as necessidades de um indivíduo “egoísta” e “mau por natureza”, mas com a necessidade que a lógica capitalista possui de produzir cada vez mais e, por isso, sofrer crises sistêmicas cada vez mais frequentes.

Voltando, mais explicitamente – porque nunca o deixamos de fato – para o diálogo com Baldini apontado no início do texto, diremos, depois dessas tentativas de entender mais um pouco a relação entre discurso, ideologia e inconsciente, que a resistência ao discurso do *Mestre*/capitalista, de forma crítico-revolucionária, no sentido de ultrapassar os lugares de capitalista e trabalhadores para o lugar de

pessoa na “generidade” humana, tem necessariamente de chegar ao significante, que constitui o sujeito: a relação entre o dizer ideológico do Outro e as respostas de cada indivíduo.

Partindo do que foi sintetizado e como forma de chegar à possibilidade do sujeito revolucionário, isto é, ao sujeito que se percebe parte da humanidade e não de uma classe e, por isso, capaz de perceber a necessidade de uma nova sociabilidade, baseada na igualdade social (sem exploração) e na individuação dos indivíduos, percebemos um conjunto de caminhos que se complementam e que necessariamente passam pelo:

- entendimento de mundo, a partir do escopo teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético, que permite a compreensão do funcionamento da ideologia ditado pelo discurso do *Mestre*/capitalista;
- processo analítico, para que o sujeito perceba-se como sujeito faltoso, que busca incessantemente, atravessado pela sociabilidade do seu tempo, no caso em destaque, a prática individualista apregoada pelo sistema do capital; esta leva à repetição desmedida da busca por prazer, fazendo funcionar o mais-gozar dominante no mundo contemporâneo: consumir, consumir coisas e pessoas.

A pessoalidade tem um duplo caráter objetivo, indissoluvelmente unitário. De um lado, a forma como reage às possibilidades que lhe são impostas pela causalidade social: na verdade, há uma cadeia de alternativas, e o ato de eleger uma, a partir de uma decisão única, exprime a essência da singularidade, o caráter pessoal do homem. De outro lado, todas as questões e as probabilidades de respostas já estão dadas pelo *hic et nunc*, já que são socialmente determinadas. O homem pessoaliza-se enquanto realiza a escolha entre essas opções, sendo que tal ato é o momento fundador da liberdade humana. Quanto mais consciência nessa realização, mais liberdade terá o ser social. Cada sociabilidade condiciona a possibilidade da própria escolha; no entanto, não há nunca um cerceamento igualitário para todos os membros.

Apenas como indicação para posteriores textos, gostaríamos de ressaltar que a arte é o lugar privilegiado da expressão da subjetividade; é uma possibilidade concreta de afirmação da pessoalidade. Significa a escolha que uma subjetividade realiza sobre a forma de tratar os conflitos diretamente ligados à própria pessoalidade e à sua generalidade.

**Tudo provisório,
ainda com tropeços,
buscando novos sentidos.**

Referências

BALDINI, L. Análise do discurso e uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). **Letras**, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, v. 24, n. 48, 2014.

FREUD, S. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas, v. XIX).

LACAN, J. **O seminário**. Livro 11. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LACAN, J. **O seminário**. Livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LACAN, J. **O seminário**. Livro 20: mais ainda. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARIANI, B. Nome próprio e a constituição do sujeito. **Letras**, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, v. 24, n. 48, 2014.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à observação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

ROLAND, C. Um sujeito para o objeto. *In:* GOLDENBERG, Ricardo (org.). **GOZA:** capitalismo e psicanálise. Salvador: Álgama, 1997.

SILVEIRA. P.; DORAY. B. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade.** São Paulo: Vértice, 1989.

ZIZEK. S. Como Marx inventou o sistema. *In:* ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

3

Ainda sobre testemunho, ainda sobre as noções de sujeito. Uma escuta para *memórias do subsolo*¹

Bethania Mariani

UFF/CNPq/FAPERJ/LAS

Observações iniciais e, talvez, banais

O tema sobre o qual me debruço é o mesmo ao qual tenho me dedicado nos últimos anos: a noção de sujeito, que neste título aparece no plural, como noções de sujeito. A inscrição teórica para esse plural está circunscrita a dois campos de trabalho: Análise do Discurso e Psicanálise.

A noção de sujeito, na Análise do Discurso, remete para uma teorização sobre o funcionamento da linguagem que inclui a ideologia e o real da História: trata-se de um sujeito inscrito socio-historicamente, exposto às contradições de seu tempo e de sua formação social. Um sujeito interpelado pela ideologia, levado a falar de determinado lugar e que sofre a injunção social a significar sem se perceber, sofrendo essa injunção. (PÊCHEUX, 1971, 1975).

Sujeito, na Psicanálise, por sua vez, supõe a teorização sobre o humano como ser de linguagem, “interpelado pela linguagem”

¹ Agradeço muito os comentários feitos por dois psicanalistas e amigos queridos que leram este texto em sua versão inicial: Romana Costa, com quem partilho frutíferas discussões em cartel, e Frederico Feu, membro do GTDIS desde sua fundação. O texto foi apresentado no VI GTDIS, realizado na Uniãoeste, em Cascavel, PR, em dezembro de 2015.

(HENRY, 2013), dividido e estruturado nessa interpelação. A Psicanálise tem sua aposta de trabalho no real do inconsciente, no que não se encontra inscrito nem formulado no campo do simbólico; sua construção teórica surge da prática clínica e não se realiza sem o trabalho de transferência, no qual opera o desejo do analista. O sujeito do inconsciente é efêmero, fugaz, em deslocamento incessante na cadeia significante, sendo definido nos termos lacanianos como representado de um significante para outro.

Se a noção de sujeito foi ponto de dobra entre a Análise do Discurso e a Psicanálise, qual fronteira e qual conversa é possível ser estabelecida entre essas duas noções de sujeito?² Em ambas as teorizações, uma necessária relação entre sujeito e língua(gem) está em jogo na forma de uma descontinuidade entre sua prática no cotidiano e uma **língua singular**, a qual se particulariza na diferença. Em ambas, a consideração do sujeito como efeito está em jogo, mas não da mesma forma. E, se considerarmos a diferença proposta por Lacan entre o *moi* (o eu imaginário alienado ao blá-blá-blá do cotidiano) e o *je* (sujeito do inconsciente), considerando o inconsciente como “parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para estabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (LACAN, 1988, p. 260), podemos nos perguntar em que medida a intervenção da Psicanálise, como teoria da subjetividade que atravessa os três campos constitutivos da Análise do Discurso (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971), de fato inaugura e também subverte uma outra forma de leitura no campo das ciências humanas e sociais, mais especificamente, no campo da Análise do Discurso.

Dependendo da maneira de se teorizar, tendo em vista a transmissão de uma experiência vivida, a noção de testemunho desloca-se na Análise do Discurso e na Psicanálise. Mais recentemente, afirmei duas direções para um trabalho com o testemunho.³

² Nessa direção, interessante é a discussão proposta no artigo de F. Hartman. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/FernandoHartmann.pdf>. Acesso em: 2 out. 2016.

³ Mariani (2016a, 2016b).

A primeira direção aponta para o testemunho como da ordem do memorável, ou seja, testemunho como um falar urgente que se impõe frente aos esquecimentos que a historicidade, em suas disputas e alternâncias de poder, vai tecendo. Essa é a situação do Primo Levi e de Rigoberta Menchu: a posição histórica desses dois sobreviventes – os dois vítimas da extrema violência que marcou, para o primeiro, o assassinato de judeus durante a Segunda Guerra Mundial e, para a segunda, o extermínio de parte da população indígena da Guatemala – confere aos testemunhos de ambos várias direções de sentido. Como forma de resistência, há o falar sobre a dor do vivido para que não se caia no esquecimento; há também o repetir ininterruptamente o falado como forma de colocar limites aos revisionismos e silenciamentos.⁴ Falar para dar ao corpo que sobreviveu um lugar em meio aos vivos. Dentre os sentidos possíveis, inclusive o de fazer ou buscar justiça para os que sucumbiram aos massacres.

Tal posição diante do falar, porém, está impregnada por uma impossibilidade do tudo dizer. O tempo presente da narrativa sobre o passado faz o sujeito defrontar-se com uma impotência das palavras para significar o horror da tortura e do seu quase assassinato. O sujeito pode lembrar-se do que foi defrontar-se com o desamparo: tudo o que conhece ou conheceu, ou seja, todos os traços sociais e histórico-ideológicos em sua materialidade linguageira, traços que delimitam e dão sustentação imaginária ao eu, eram ininterruptamente desautorizados, desamarrados. Em uma palavra: apagados. Mas o sujeito não tem como falar de tudo, não há palavras para esse desamparo.

Por outro lado, a divisão subjetiva continua operando. E o sujeito sonha. Como autor e testemunha do sonho, o sujeito fala de um ponto desconhecido que o constitui, uma alteridade absoluta.⁵ Testemunho, para a Psicanálise, tem a ver com o cerne da constituição do sujeito,

⁴ Essa é a posição das comissões da verdade que se espalham pelo mundo, por exemplo, ou da insistência do Primo Levi em testemunhar. Há que se falar e testemunhar à exaustão para evitar (ou tentar evitar) que o horror se repita.

⁵ Em *Se isto é um homem* (2013, Edições D. Quixote), Primo Levi narra seu desamparo, diante do holocausto, e também diversos sonhos. (MARIANI, 2016a).

ou seja, com a constituição do nó que faz a amarração entre real, simbólico e imaginário a partir da entrada em funcionamento do nome-do-pai. A referência ao real, lugar do impossível, do furo, do inalcançável, do que desloca a cadeia significativa e faz balançar a consistência do imaginário, é justamente o lugar da verdade do sujeito em sua relação com o desejo do Outro. Assim, o valor do testemunho para aquele que se dispõe a testemunhar não está nem do lado do narrar o que aconteceu, nem atrelado à impotência das palavras. É justamente no fracasso de um suposto voluntarismo consciente de querer dizer ou de querer fazer algo que se forja o bem-dizer do testemunho, manifestação do sujeito do inconsciente, não de uma vontade, mas de uma verdade outra.

Sobre o que não se cala

[...]

Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo, absurdo,

Que tenho enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas,

Que tenho sido grotesco, mesquinho, submisso e arrogante

Que tenho sofrido enxovalhos e calado,

Que quando não tenho calado, tenho sido mais ridículo ainda

[...]

Fernando Pessoa (Álvaro de Campos)

Memórias do subsolo é uma novela de Fiódor Dostoiévski, publicada em 1864, que traz um narrador-personagem abjeto, contraditório, cético, ignóbil, desconfiado, rancoroso, ressentido, cabisbaixo, envergonhado... Ou, ainda, “agressivo e torturado”, como nos termos do tradutor Boris Schnaiderman. A novela está dividida em duas partes. A primeira chama-se *O subsolo*, e a segunda, *A propósito da neve molhada*.

Com uma pequena nota anterior aos textos propriamente ditos, Dostoiévski estabelece as condições e o modo de leitura das duas partes:

Tanto o autor como o texto destas memórias são, naturalmente, imaginários. Todavia, pessoas como o seu autor não só podem, mas devem até existir em nossa sociedade, desde que consideremos as circunstâncias em que, de um modo geral, ela se formou. O que pretendi foi apresentar ao público, de modo mais evidente que o habitual, um dos caracteres de um tempo ainda recente. Trata-se de um dos representantes da geração que vive seus dias derradeiros. No primeiro trecho, intitulado *O subsolo*, o próprio personagem se apresenta, expõe seus pontos de vista e como que deseja esclarecer as razões pelas quais apareceu e devia aparecer em nosso meio. No trecho seguinte, porém, já se encontrarão realmente “memórias” desse personagem sobre alguns acontecimentos da sua vida. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 14).

Nessa pequena nota, Dostoiévski sinaliza que seu autor-narrador-personagem, embora naturalmente imaginário, porque não corresponde diretamente a ninguém, deve existir na sociedade, considerando-se as circunstâncias em que essa mesma sociedade se formou. “Sou um homem doente... Um homem mau. Um homem desagradável. [...] fui um funcionário maldoso, grosseiro, e encontrava prazer nisso”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 15). Ao mesmo tempo, contraditoriamente, afirma: “[...] eu tinha consciência, e de modo vergonhoso, de que não era uma pessoa má, nem mesmo enraivecida; que apenas assustava passarinhos em vão e me divertia com isso. [...] se alguém me desse chazinho com açúcar, é possível que me acalmasse”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 16).

Essas **Memórias** permitem a leitura de um registro da raiva e da perplexidade desse autor-narrador-personagem consigo mesmo e diante do cientificismo e do racionalismo da civilização de seu tempo. Considerando-se “um camundongo de consciência hipertrofiada” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 22), descreve o ciclo em que uma situação na qual se sente ofendido o leva a uma vontade de vingança, mas tal vingança não se concretiza, pois não considera que a vingança seja um ato de justiça. “[...] ali, no seu ignóbil e fétido subsolo, o nosso camundongo, ofendido, machucado, coberto de zombarias, imerge logo num rancor frígido, envenenado e, sobretudo, sempiterno. Há

de lembrar, quarenta anos seguidos, a sua ofensa...” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 23).

Em artigo encomendado à época, em que vários livros que complementavam a já publicada obra de Dostoiévski estavam sendo lançados, Freud (1928 [1927])⁶ compara o autor russo a Sheakespeare no quesito criação literária e situa *Os irmãos Karamazov* no mesmo patamar de duas outras obras-primas da literatura mundial: *Édipo Rei* e *Hamlet*. As três obras tratam do parricídio e, cada uma à sua maneira, trazem a questão da rivalidade sexual por uma mulher com as consequências do recalçamento do ódio e do temor ao pai. Para Freud, pelo menos, três aspectos podem ser selecionados quando se trata da complexidade da vida psíquica de Dostoiévski: “a extraordinária intensidade de sua vida emocional, sua disposição instintual inata e pervertida, que inevitavelmente o marcava para ser um sado-masoquista ou um criminoso, e seus dotes artísticos inanalisáveis”. (FREUD, 1928 [1927], p. 185).

“Para que quero escrever?”, o narrador-personagem pergunta-se. “Se não é para um público [...], se o papel tem algo que intimida [...]”, qual a função da escrita dessas memórias? E ele próprio responde: “[...] é possível que as anotações me tragam realmente algum alívio”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 54). Há um sofrimento em jogo, e o contar talvez traga alívio. Um contar por escrito, que constrói diálogos imaginários para um outro que não se sabe quem é. O que nos leva a uma pergunta: quem (se) escreve nas palavras do narrador?

A escrita, dizem-nos os estudos discursivos, por um lado, e Freud (1996 [1930]), por outro, supõe, em suas origens, uma forma de representação do outro ausente. Escrita como refúgio de representação imaginária do(s) outro(s) ausente(s) sendo, ao mesmo tempo, forma de endereçamento ao Outro.

No desenrolar da novela, supondo esse interlocutor imaginário, que, simultaneamente, são todos e ninguém, o sujeito permanece aprisionado em suas inúmeras acusações e autodepreciações, como

⁶ Ao longo do texto, colocaremos entre parênteses a data da edição da obra que estamos consultando e, entre colchetes, faremos referência à data de sua primeira publicação.

veremos mais adiante. Tal aprisionamento imaginário não se dá sem uma alienação aos significantes do Outro: a escrita de um sofrimento narcisista e ininteligível convoca o sujeito a seguir no seu escrito em busca de “algum alívio” e anteparo (re)dirigindo-se justamente... ao Outro.

Podemos propor, seguindo com Freud, que *Memórias do subsolo* traz, em sua escrita, a marca dessa “extraordinária intensidade de vida emocional”, com o relato de uma espécie de autoanálise existencialista. Tal autoanálise surge na forma da escrita de pseudodiálogos com esses outros sem nome, que funcionam como juízes anônimos. Assim, esses outros são instituídos como um lugar de escuta que, paradoxalmente, não aliviam o sofrimento, pois mantêm o narrador em sua imobilidade narcisista: “Tenho agora vontade de vos contar, senhores, queirais ouvi-lo ou não, por que não consegui tornar-me sequer um inseto”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 18). Um lugar que não é qualquer, dada a severidade das supostas respostas desses outros. Essa necessidade imperiosa de contar os tormentos pessoais, que provocam prazer ao mesmo tempo em que atormentam, é testemunho do deparar-se com o próprio subsolo. Não sair do subsolo é permanecer aprisionado em um gozo, um gozo do qual não se quer abrir mão.

Encontramos um homem com o subsolo à mostra, sem pudor, sem freios e altamente crítico em relação ao que ele chama de “homem normal”, “civilizado”. Esse, sim, teria consciência e seria dono de sua vontade, uma vontade “normal, virtuosa, sensata, vantajosa”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 19). Esse homem do seu tempo, do mesmo modo como é por ele invejado, não o fascina a ponto de querer ser igual a ele. Nosso narrador-personagem preza o subsolo. “Tenho o meu subsolo” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 50), e não tem pudor em falar de si a partir do subsolo. Ele precisa ser escutado; não quer, não pode ficar mais em silêncio frente às alegadas humilhações sofridas. Precisa dar lugar, na linguagem, para essa enunciação como uma maneira, como ele afirma, de sair “para a luz”.

E, aliás, quereis saber de uma coisa? Estou certo de que a nossa gente de subsolo deve ser mantida à rédea curta. Uma pessoa assim é capaz de ficar sentada em silêncio durante quarenta anos, mas, quando abre uma passagem e sai para a luz, fica falando, falando, falando. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 50).

E é assim “falando, falando, falando”, de forma altamente prolixa, que ele se explica e volta atrás, diz e desdiz, com uma tagarelice cheia de torções estilísticas e metonimicamente infinda, escrita em um fluxo de memória que se produz por associações que justapõem significantes e/ou temáticas ligadas à maneira de se estar no mundo. Ele não se considera um escritor; afirma que é um funcionário administrativo,⁷ mas escreve, mesmo assim, como forma de dar voz a esse que habita o subsolo. Essa escrita do subsolo, podemos supor, não é em nada semelhante à escrita do funcionalismo público. Só ele pode testemunhar, e o faz por escrito, o que é viver no subsolo; mas, ao mesmo tempo, não pode dizer tudo, apenas dar o testemunho da falta que marca a impossibilidade do tudo dizer.

É de uma forma abjeta que o narrador-personagem apresenta-se e é com uma inteireza de si que ele se dirige ao outro, como se quisesse exibir suas principais insígnias: a torpeza e a insignificância. Ele se representa pela torpeza e pela insignificância, como o camundongo já mencionado. “Bem, acaso pode respeitar-se um pouco sequer o homem que tentou encontrar prazer mesmo no sentimento da própria abjeção?” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 28).

A quem se dirige com essa (e tantas outras) pergunta(s)? Bastaria falar para esse outro? Qual a qualidade de escuta desse outro a quem ele se dirige em suas memórias do subsolo? Simultaneamente, ele pede e também não pede compreensão ou explicação sobre si mesmo ao outro. Esse é um outro imaginário que nele já se encontra a partir de sua própria posição fantasmática, uma posição decadente e

⁷ “Pensais acaso, senhores, que eu queira fazer-vos rir? É um engano. Não sou de modo algum tão alegre como vos parece, ou como vos possa parecer; aliás, se, irritados com toda esta tagarelice (e eu já sinto que vos irritastes), tiverdes a ideia de me perguntar quem, afinal, sou eu, vou responder: sou um assessor-colegial”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 17).

decaída, melancolizada, talvez, e que assume a forma de vítima social. Na escrita de suas memórias, seu dizer descreve um fluxo de pensamento incessante, totalmente consciente, do seu ponto de vista. Um fluxo que se coaduna com uma inação, uma espécie de paralisia frente aos momentos em que poderia fazer algo para mudar a situação em que se encontra, para fazer uma torção nas insígnias com as quais se representa e, assim, separando significante de significado, abrindo fendas na cadeia significativa. Mas isso não se dá. Como ele próprio diz: “Com efeito, o resultado direto e legal da consciência é a inércia, isto é, o ato de ficar conscientemente sentado de braços cruzados”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 29).

Simulando diálogos que partem dessa imagem imaginária de si dirigida ao outro imaginário, o narrador-personagem coloca significantes na boca desse outro, que pode ser um colega de trabalho, um passante, uma namorada, uma prostituta ou um qualquer. São possíveis palavras que funcionam de modo a reinscrevê-lo sempre no mesmo lugar, embora os cenários possam variar, a cena que se repete pouco se desloca. “Eu mesmo sabia, por vezes, que me ofendera por nada, que aceitara voluntariamente a ofensa; mas essas coisas levam uma pessoa a tal estado que, por fim, ela realmente fica ofendida”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 29). Trata-se de uma cena em que um outro (qualquer outro) que ele despreza é por ele colocado como responsável por suas frustrações pessoais e é, também, colocado em posição de juiz e algoz.

Por um lado, o narrador-personagem depara-se com a falta; por outro, com os diálogos imaginários. Desse modo, vai (se) mantendo narcisicamente em uma posição masoquista em que se deprecia e se desvaloriza ainda mais. Há um tamponamento da falta, a partir de suas memórias. Manifestação do masoquismo erógeno e do masoquismo moral, que, de acordo com Freud (1924),⁸ em suas considerações sobre como prazer e dor (na forma masoquista de uma

⁸ Freud fala de três tipos de masoquismo: masoquismo moral, masoquismo erógeno e masoquismo feminino. Interessa aqui destacar que no masoquismo moral se dá a busca de desprazer (“em razão de um sentimento de culpa inconsciente, procura posição de vítima sem que um prazer sexual esteja diretamente implicado no ato”). (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 274).

tortura mental) convivem e se autoalimentam. A rememoração das pequenas maldades e das humilhações sofridas na escrita das **Memórias**, com a inclusão dos diálogos com esse outro imaginário, não seria mais uma maneira de repetir e repetir esse tipo de tortura mental?

Em suas **Memórias**, não se encontram lacunas. Por exemplo, a cada possibilidade de contradição rememorada e narrada, o diálogo imaginário serve para preencher as falhas, os furos de seu universo simbólico. Dessa posição subjetiva, o narrador-personagem extrai um gozo: a preservação do eu vitimado, ou melhor, vítima do outro e do seu tempo histórico, ponto ao qual retorna incessantemente em seus relatos.

Escutar: uma posição ética (do psicanalista e do analista do discurso)⁹

*Toda gente que eu conheço e que fala comigo
Nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxovalho,
Nunca foi senão príncipe – todos eles príncipes – na vida...
Quem me dera ouvir de alguém a voz humana
Que confessasse não um pecado, mas uma infâmia;
Que contasse, não uma violência, mas uma cobardia!
Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam.
Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi vil?
Ó príncipes, meus irmãos*

Fernando Pessoa (Álvaro de Campos)

⁹ Acrescento, aqui, o comentário final de Frederico Feu, psicanalista e membro do GTDIS, ao meu texto: “[...] um último ponto: emergir do subsolo, por meio de um interlocutor fictício ou não, remete a um endereçamento. O ‘lugar do analista’, como diz Lacan, está previsto na estrutura da linguagem. O curioso é pensar esse lugar não a partir da palavra, mas do silêncio (inclusive como efeito da interpretação). Como o analista aparece nesse texto de FD? De início, como esse ponto de endereçamento, ou seja, para fazer reverberar a vociferação do sujeito, de forma a produzir a queda de seus significantes mestres. Mas parece fazer falta o corpo do analista. Isso parece ir além da estrutura da linguagem, no sentido da

Nosso narrador-personagem quer muito falar sobre o subsolo e quer ser ouvido. Porém, em alguns momentos, quanto mais ele fala e quanto mais diz que quer ser ouvido, mais confere inteireza ao muro de linguagem, mais fica no blá-blá-blá, na fala vazia em que o **eu** está inscrito e escrito. O problema está no outro. O outro que pague a conta.¹⁰

Se estamos em uma posição analítica, o que podemos escutar nesse diálogo imaginário? Como localizar furos e amolecer a espessura do muro de linguagem que ali já se encontra pré-construído? É preciso supor que uma voz tenta se fazer escutar aí. Um analista está na posição de quem se propõe a escutar a verdade de um sujeito que insiste em se pronunciar. Uma escuta sem preconceitos porque, por princípio, deve se fazer no plano da articulação significativa, na tentativa de se deixar surpreender, sempre, pelo sujeito ([*je*] do inconsciente) que insiste em falar sendo representado de um significativo para outro.

E não é um sujeito qualquer este sujeitinho indominável [*je*] que subverte o eu [*moi*] em seus ideais do Outro: quando esse tal sujeitinho manifesta-se, provoca riso, choro, vergonha, satisfação

Linguística. Estou pensando no corpo como anteparo libidinal, no analista como objeto ‘a’, e na língua encarnada. Seria preciso esse anteparo (foi assim que pude ler sua excelente análise do conto) para que a narrativa do subsolo fosse mais que uma reprodução do discurso da civilização”. (Frederico Feu, Belo Horizonte, *e-mail* enviado em 3 de dezembro de 2015).

¹⁰ Aproveito para inserir aqui parte das observações feitas pela psicanalista Romana Costa (que assinala pontos de convergência com Frederico Feu, anteriormente citado) ao meu texto: “A análise da novela, da perspectiva de alguém que fala para um outro imaginário de modo a permanecer na posição masoquista em que se deprecia, se acusa, aprisionando-se em seu narcisismo, me parece emblemática dos sujeitos contemporâneos, imersos num gozo do qual não abrem mão. Sem lacunas, a rememoração vai agindo de forma a preencher e obturar furos. Vítimas do outro e de seu tempo histórico, como você o disse. Importante e urgente pensar nas possíveis ações do analista, de forma a permitir o advento de uma fala “falha”, que surpreenda o falante em presença, em análise. Portanto, é bastante atual a questão que seu trabalho coloca. Para nós, analistas, o desafio de perfurar o sentido rígido do discurso analisante. Silêncio? Equivocar? Interpretação significativa? Falar-se no ato analítico, que não é sem o significativo, claro. Prosseguimos pela palavra, gestos, atos, enfim”. (Romana Costa, Rio de Janeiro, *e-mail* enviado em 4 de dezembro de 2015).

sempre de modo efêmero e inesperado. Um sujeito [*je*] que dá seu testemunho ao subverter o eu [*moi*] iludido em sua fixidez imaginária, obra de sua posição na estrutura, e simultânea à sua entrada na linguagem e alienação ao Outro. Se, na cadeia significativa, não se tem acesso à anterioridade fundante de S1, com S2 e, a partir de S2, a inscrição no simbólico, aos poucos, se marca e se mostra no caldinho de cultura de cada tempo histórico. Sendo assim, por que não trazer, também, esse eu [*moi*] em sua fixa, e por vezes contraditória, inscrição nas formações imaginárias e ideológicas de seu tempo? Nem sua posição na estrutura, nem as formações ideológicas são transparentes para o [eu].

Vale aqui citar Lacan sobre a posição do analista e sua ética na escuta:

[...] coisa paradoxal, curiosa – mas é impossível registrar a experiência analítica de outra maneira –, a razão, o discurso, a articulação significativa como tal, está aí de entrada, *ab ovo*, ela está aí em estado inconsciente, antes do nascimento de toda coisa referente à experiência humana, ela está aí dissimulada, desconhecida, não dominada, sem que aquele mesmo que é seu suporte saiba dela. (LACAN, 1986, [1959-1960], p. 255).

Vamos retomar um ponto mencionado anteriormente: o retorno do sujeito, em seu relato sobre o subsolo, a dizer a respeito de uma mesma cena, embora sempre com cenários distintos. Recordar, repetir e atuar, durante o tratamento analítico, já nos alertava Freud (1914), estão em relação com os sintomas.

De tão embebido em suas palavras, de tão algemado em uma cadeia significativa, nosso narrador-personagem não se percebe nesse dizer que repete uma cena. No entanto, ele diz mais do que supõe, porque o ponto de repetição incide justamente no que é impossível de dizer. O que se repete, então, é o ponto de impossível (de dizer, de recordar) e de irrepresentável (o objeto a). “É preciso aceitar as coisas tal como são” diz-nos o camundongo agarrado ao impossível dos desejos insatisfeitos, que para ele se deparam com “um muro de

pedra” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 24). Mas podemos colocar um mais além: nosso camundongo, se bem-escutado, poderia transpor o “é porque é” e fazer, de uma aceitação do que não se sabe, lugar para a produção do novo.

Volto ao texto para introduzir um último ponto, o da crítica, ferina, à sua época histórica. Um analista do discurso pode se perguntar a quem esse diálogo imaginário se dirige. Contra quem o narrador-personagem vocifera? Quando conta seus desejos insatisfeitos, as vacilações, frustrações e os arrependimentos por decisões tomadas; quando conta que sente prazer, um “prazerzinho ignóbil” com situações degradantes em que se coloca nos cabarés e na vida noturna de S. Petersburgo; quando narra, enfim, o quanto ele próprio é resultado da sociedade em que se encontra, uma civilização que o antecede simbolicamente, o que ele nos diz? (DOSTOIÉVSKI, 2009).

Nosso narrador-personagem queixa-se, como já foi dito, do outro. E com finas ironias vai representando esse outro genérico com as características civilizacionais do século XIX, as quais assinala em autores literários e filosóficos. Assim é que um russo civilizado é e, se não é, deveria ser: sensato, com bons costumes, sábio, racional, imerso na ciência, instruído, agindo de acordo com as leis da razão e da verdade de seu tempo. Um homem que segue a máxima da sociedade civilizada: amar o próximo como a si mesmo. Para nosso narrador, esse homem altamente civilizado seria, então, um “homem sem desejos, sem vontades nem caprichos”, “uma tecla de piano ou um pedal de órgão”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 40). Contrapondo a razão – “a razão, meus senhores, é coisa boa, não há dúvida” – e o que ele chama de querer – “o ato de querer constitui a manifestação de toda a vida humana” –, ele afirma para seu interlocutor imaginário¹¹ que todos podem “ter o direito de desejar para si mesmo algo muito estúpido, sem estar comprometido com a obrigação de desejar apenas o que é inteligente”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 42).

¹¹ Afirma, ainda: “Suspeito, senhores, que me olhais com certa compaixão; repetis que é impossível a um homem culto e desenvolvido, numa palavra, a um homem como será o do futuro querer algo desvantajoso para si”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 40).

Há homem civilizado em uma civilização que finge estabelecer uma sociedade pacífica e controlada. Também com ironia, nosso camundongo põe, mais uma vez, o dedo na ferida:

Em que a civilização está nos abrandando? [...] Já notaram que os sanguinários mais refinados quase sempre têm sido os cavalheiros mais civilizados [...]? E que se eles não chamam muita atenção é porque são muito comuns e frequentes e já nos acostumamos a eles? Pelo menos se pode dizer que, se o homem não se tornou mais sanguinário com a civilização, tornou-se, com certeza, um sanguinário pior, mais hediondo. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 33).

Em *O mal-estar na civilização* (1996 [1930]), Freud mostra como o ditado *Homo homini lupus* registra o que há de mais intrínseco ao ser humano: a agressividade. Agressividade entre irmãos, ódio e temor ao pai, é tema também visitado por Freud no mito de *Totem e Tabu* (FREUD, 1996 [1913-1914]). Uma agressividade marcada com luta e competição que se encontra exaustivamente combatida pela civilização, a partir de normas e restrições. Diz Freud:

O elemento de verdade [...] que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos [pulsionais] deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. (FREUD, 1996 [1913-1914], p. 116).

A civilização impõe sacrifícios, diz Freud, daí o mal-estar fundamental. Como afirma o autor, a frustração é a tônica em uma sociedade que impõe e exige certos ideais culturais e a aceitação plena dos benefícios que os progressos científicos trazem. “[...] É difícil ser feliz nessa civilização”. (FREUD, 1996 [1913-1914], p. 95). Mesmo em uma sociedade comunista, com o fim da propriedade privada, a agressividade não se extinguiria (FREUD, 1996 [1913-1914],

p. 117-118), pois nela se encontra a base das relações de afeto entre as pessoas.

Não, Freud não era um reacionário, tampouco um progressista, diz-nos Lacan (1986 [1959-1960], p. 254). Tanto ele como Marx mostram-nos criticamente que a dicotomia razão e necessidade não é suficiente para se falar da dimensão da realização humana.

Em parte, nosso camundongo, com suas lamúrias, queixas, rancores e agressividade tenha tentado dizer isso. Talvez tenha tentado falar disso em sua rememoração. Uma rememoração que, conforme nos diz Lacan, é “coextensiva ao funcionamento da pulsão no que se chama de psiquismo humano” (LACAN, 1986 [1959-1960], p. 256) e que ganha contorno na historicização imaginária, que faz de si em seu tempo de escrita da novela, sem ouvir a verdade outra que o habita, em seus 40 anos de subsolo.

Referências

DOSTOIÉVSKI, F. *Memórias do subsolo*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Comentários e notas de James Strachey. Colaboração de Anna Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996[1930]. p. 67-148.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. XII. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Comentários e notas de James Strachey. Colaboração de Anna Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1914], p. 163 a 171.

FREUD, S. Totem e tabu. In: **Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Comentários e notas de James Strachey. Colaboração de Anna Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1913-1914]. v. XIII.

FREUD, S. O problema econômico do masoquismo. *In: Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud.* Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Comentários e notas de James Strachey. Colaboração de Anna Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1924]. p. 199 a 216. v. XIX.

FREUD, S. Carta a Theodore Reik (14 de abril de 1929). *In: FREUD, Sigmund. Obras completas [1926-1929].* São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 363. v. XVII. Apêndice.

FREUD, S. Recordar, repetir, elaborar: novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise. *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.* Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Comentários e notas de James Strachey. Colaboração de Anna Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-171. v. XII.

FREUD, S. Dostoiévski e o parricídio. *In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.* Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1928[1927], p. 179-198. v. XXI.

HAROCHE, Cl.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, 6. année, n. 24, p. 93-106, 1971.

HENRY, P. Entrevista. **Jornal da Unicamp**. 2013. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/587/o-discurso-nao-funciona-de-modo-isolado>. Acesso em: out. 2015 e set. 2016.

LACAN, J. **O Seminário. Livro 7:** a ética na psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986 [1959-1960]. p. 254-286.

LACAN, J. **O Seminário. Livro 11:** os quatro conceitos da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 [1964-1965], p. 260.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. **Vocabulário da psicanálise.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

MARIANI, B. Testemunho: um acontecimento na estrutura. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 48-63, jan./jun. 2016a.

MARIANI, B. A impotência das palavras e o indizível em *Morte inventada*. Notas sobre alguns testemunhos (ou primeiras palavras sobre a função testemunhal). *In: CAVALLARI, J. S.; BALDINI, L.J.; BARBAI, M.A. Discurso e psicanálise:* a-versão do sentido. Rio de Janeiro: Pontes, 2016b. p. 159-173.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988 [1975].

PÊCHEUX, M. Formación social, lengua, discurso. **Arte, Sociedad, Ideología**, México: Imprensa Azteca, n. 5, p. 25-33, 1978.

O(s) (o)outro(s) na/da rede significante: a relação língua(gem) e poesia¹

Eliana de Almeida

Unemat/CNPq

Para o pressuposto teórico-discursivo, a partir de Pêcheux (1988; 2004), Milner (2012), Orlandi (2007), Mariani (2007), dentre outros, a poesia se dá como um fenômeno próprio da língua, uma sua propriedade, considerando nela o impossível de tudo dizer, já que a palavra não vai em todos os sentidos em sua coextensão com o inconsciente. (MILNER, 2012). Nessa direção, a poesia se marca pelo/no jogo significante da língua – o efeito metafórico – levado ao último limite, porque mobiliza/atualiza no mesmo/diferente do repetível de suas formulações esse impossível da língua (porque é passível de falha), pela combinação dos fonemas, das palavras, sintaxes, narrativas estruturantes, etc., indício material da relação mesma entre aquele que formula e suas formulações – o poeta e seu texto, nos termos de Nazar (2009).

Contrariamente aos estudos que separam o poético da língua, Pêcheux (2004, p. 58) define a poesia como um funcionamento inerente a toda linguagem, em que “o poeta seria apenas aquele que consegue levar essa propriedade da linguagem a seus últimos limites

¹ Este artigo foi publicado numa versão inicial como *O significante e os (o)Outro(s) da Poesia* nos Anais do III Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito – UFF, Niterói, n. 3, p. 68-76, 2015, decorrente do Pós-doutoramento na UFF – CNPq, sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Bethania Mariani.

[...]”, como um acelerador de partículas. Supomos que a poesia acontece na língua através de rituais particulares de dizer, que são, ao mesmo tempo, historicamente produzidos pelas práticas discursivas literárias de nossa tradição ocidental, e são também como um lugar de captura do sujeito-escritor, pelo Outro, nas redes significantes. Daí que a poesia subsiste indiferentemente às formatações da escrita, dadas de antemão.

Nessa perspectiva, a poesia constitui-se como um dizer de si, na medida em que sujeito/língua enlaçam-se, conforme Lemos (2009, p. 208), ao afirmar que “o comparecimento da poética junto a esses campos tem a ver com a particular relação do falante/poeta com a materialidade da língua que a poética tem tentado desvendar”. Com isso, em relação ao material que tomamos para a leitura, perguntamos por esses o(O)utro(s), sob as vendas da poesia na língua; por esse sujeito que (se) *diz* e se confunde no *como* (se) diz, e que, conforme Pêcheux (1988, p. 300), marca-se enquanto *causa daquilo que falha*, referindo-se a Lacan, em sua retificação teórica do Anexo 3, na obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (PÊCHEUX, 1988).

Nessa esteira teórica dos estudos da linguagem, na qual nos inscrevemos, supondo ser a poesia um fenômeno/funcionamento próprio da língua(gem), deparamo-nos também com as contribuições de Foucault (2005), a partir de seu artigo traduzido para o português *Linguagem e literatura*,² por Roberto Machado.

Para o autor, a obra de linguagem não se definiu como literatura na era clássica, até antes do final do século XVIII, visto estar submetida a uma linguagem muda e primitiva, a que visava restituir. Foucault (2005, p. 152) confere a essa linguagem muda “o fundo inicial, o fundo absoluto sobre o qual toda obra vinha, em seguida, se destacar e se alojar”, então a situa como uma linguagem anterior às linguagens, a palavra de Deus, o modelo, a verdade.

² “Texto inédito da conferência pronunciada [por Michel Foucault] nas Facultés Universitaires Saint Louis, de Bruxelas, nos dias 18 e 19 de março de 1964. Tradução realizada por Jean-Robert Weisshaupt e por mim [Roberto Machado] a partir da transcrição da gravação do original francês feita por J.-R. Weisshaupt Yves Gérard e Walter Swennen, aos quais agradeço”. (MACHADO, 2005, p. 137).

Trata-se de um período cuja produção de linguagem era regulada, conforme o autor, por uma espécie de livro prévio, que continha o absoluto dos sentidos, a natureza e, de certo modo, que ocultava e pronunciava ao mesmo tempo toda a verdade. A obra de linguagem advinha, assim, como possibilidade única de tradução, transcrição e repetição dessa linguagem muda e oculta que, por isso mesmo, não podia ser transcrita diretamente. A linguagem era compreendida por um gesto de decifração, como com Michelangelo, pintor e escultor renascentista italiano que, ao surpreender-se com a arte dos volumes presente no mármore bruto, ainda informe, cabia-lhe a maestria do cinzel para bem esculpi-la, tornando-a visível, revelada/decifrada enquanto tal para todos os apreciadores.

Dessa distância entre a linguagem muda e sua *revelação* em obras de linguagem outras, temos os deslocamentos e as torções de palavras trazidos pela retórica, cujas metáforas, metonímias, sinédoques, etc. traduziram o esforço para que o texto reencontrasse pelo jogo de reaberturas e desvios de palavras, a linguagem muda. Nessa direção, Foucault (2005) situa o surgimento da literatura, justamente no final do século XVIII ou, ainda, no início do XIX, em decorrência da crise desses pressupostos do período clássico sobre a linguagem, e afirma:

A partir do século XIX, deixa-se de prestar atenção à palavra primeira e, em seu lugar, se ouve o infinito do murmúrio, o amontoamento das palavras já ditas. Nessas condições, a obra não precisa mais se incorporar nas figuras da retórica, que valeriam como signos de uma linguagem muda e absoluta; só precisa falar como uma linguagem que repete o que foi dito e que, por causa dessa repetição, apaga tudo o que foi dito e, ao mesmo tempo, o aproxima o mais possível de si mesma para recuperar a essência da literatura. (FOUCAULT, 2005, p. 152).

O incessante retorno ao espaço do dizível, próprio dessa linguagem que instaura a literatura – como sua matéria-prima –, é definido pelo autor como *simulacro*, precisando o seu funcionamento como o ser da literatura, ao atestar “não há ser da literatura, há simplesmente um simulacro que é todo o ser da literatura”. (FOUCAULT,

2005, p. 147). A literatura se dá, assim, enquanto objeto de si mesma, esvaziada de conteúdos, construída no rebojo da linguagem, como afirma Foucault (2005, p. 151), ao mencionar “Joyce repete Ulisses para que nessa dobra da linguagem repetida sobre si mesma, algo apareça que não seja a linguagem cotidiana, mas o próprio nascimento da literatura”. Em outras palavras, a escrita poética constitui-se objeto de si mesma, num movimento próprio de retorno incontornável.

Ainda, esse deslocamento concernente à produção de linguagem entre o período clássico e o final do XVIII é bem representado pelo funcionamento das formas verbais do *minto* e *falo*, conforme Foucault (1990, p. 11), em seu texto sobre *O pensamento do exterior*. A forma verbal *minto*, desafiando a lógica clássica, produz ambiguidade visto que, posto à prova em relação à máxima grega, de que toda proposição deve ser de um tipo superior àquela que lhe serve de objeto, faz comprometer suas acepções, porque eu deveria mentir ao afirmar minto (eu minto que minto – posso afirmar a verdade ao dizer que minto). Não obstante a isso, no caso da forma verbal **falo**, marcando metaforicamente o surgimento da literatura na modernidade, temos maiores consequências, afirma o autor, visto que o sujeito que fala é o mesmo que aquele do qual se fala, de modo que a proposição-objeto e aquele que a enuncia articulam-se pela palavra e pelo sujeito que a fala, sendo irrefutavelmente verdadeiro o que falo quando falo, sem produzir comprometimentos entre suas proposições (eu falo quando falo).

Para Foucault, a forma verbal **falo** refere-se a um discurso que, ao mesmo tempo, é objeto e suporte, apresentando-se por isso como um discurso ausente, soberano na ausência de linguagem, o rebojo que contorna e produz o vazio:

O discurso do que falo não preexiste a nudez enunciada no momento em que digo falo, e desaparece no mesmo instante em que me calo. [...] A menos, precisamente, que o vazio em que se manifesta a exiguidade sem conteúdo do **falo** não seja uma abertura absoluta por onde a linguagem possa propagar-se no infinito, enquanto que o sujeito – o **eu** que fala – se fragmenta, se esparrama e se dispersa até desaparecer neste espaço vazio. (FOUCAULT, 1990, p. 11, grifos do autor).

Nessa perspectiva, esse sujeito – o **eu** que fala – fragmenta-se e dispersa até desaparecer no vazio da linguagem que se constrói na movência mesma do efeito metafórico, pelo deslize do significante e sua repetição como condição para o **novο**. Objetivamos com este artigo a compreensão, a partir do que se propõe pela psicanálise (LACAN, 1999; QUINET, 2012), do funcionamento/noção de alteridade e sua relação com o significante, nos moldes como essa língua(gem), esvaziada de sentidos e sujeito, nos termos foucaultianos, se nos captura em redes significantes, estruturantes, pelo viés da psicanálise.

No material de leitura que tomamos, buscaremos compreender os modos pelos quais o sujeito-escritor, significando-se na/pela cadeia que tece o seu **(des)encontro** com o próprio **texto**, o Outro – da escrita poética (LEITE, 2007; NAZAR, 2009), organiza-se pelas metáforas e metonímias que arranjam na língua os sons, os ritmos, as palavras, a sintaxe, o verso, a prosa, etc. Para essas autoras, a articulação teórica entre língua(gem) e poesia mostra que o escritor escreve com o inconsciente, cuja trama poética inventada resulta do entrelaçamento dos significantes do autor com a letra de sua fantasia.

Tomamos como material de leitura o romance *Sargento Getúlio* (2001), de João Ubaldo Ribeiro (1942-2014), o conto *A terceira margem do rio* (2012), de João Guimarães Rosa (1908-1967) e a poesia *Cabeludinho* (1937), de Manoel de Barros (1916-2014), supondo-os pelo funcionamento desse simulacro de linguagem constitutivo da literatura, nos termos de Foucault, especificamente, no modo de suas remissões e (re)construção à figura do herói, referida à tradição literária ocidental. Considerar o modo pelo qual a literatura atualiza pela linguagem a figura do herói, dando visibilidade à noção de alteridade – os [(o)Outros] outro/Outro na/da poesia – constitui o nosso foco de interesse neste trabalho que se inicia.

Em *Os Outros em Lacan*, Quinet (2012, p. 8) introduz as cinco modalidades da alteridade que, segundo o autor, “mostram como não há sujeito sem outro”, dentre as quais destacamos o **outro**, enquanto o meu semelhante ou o pequeno outro; e, o **Outro** – como lugar do inconsciente numa relação com o significante. No que concerne ao **outro**, pessoas como eu e você, tem-se que o **eu** é – antes de tudo – **outro**, confundindo **eu/outro** pelo efeito imaginário

de que **eu** sou o **outro** e o **outro** sou **eu**. O **eu** projeta no **outro** seus sentidos, suas intenções e seus pensamentos, de modo a constituir-se pela imagem do **outro** e nela alienar-se como outro-ideal, sendo reconhecido como um **eu** pelo **outro**. O momento de constituição do **eu** se dá mediante a identificação com a imagem do **outro**, cuja imagem assume o papel fundador do **eu**, afirma Quinet (2012, p. 12), em que essa experiência é referida pelo autor como sendo a do estádio do espelho: “O imaginário é o registro da consciência e do sentido que faz com que o homem se julgue um eu – o que é efetuado (sem que ele o saiba) através da identificação com o outro. É o que podemos verificar no estádio do espelho”. (QUINET, 2012, p. 12).

Nesse jogo, o **eu** correlaciona ao **outro** assim como o **sujeito** ao **Outro**, sendo, neste ponto de vista, o sujeito de linguagem determinado pelos significantes do **Outro** e construído no rebojo da linguagem, conforme afirma o autor, “Assim o sujeito vai deslizando de significante em significante pelo conjunto da linguagem que compõe o **Outro**” (QUINET, 2012, p. 23). Então o sujeito não é meramente o que o **Outro** o significa, se não que também está alienado aos significantes que vêm do **Outro**. O **Outro**, como esse lugar dos significantes do sujeito, manifesta-se pelas formações do inconsciente, materializando-se em sonhos, lapsos, chistes e sintomas.

O **Outro**, discurso do inconsciente, afirma o autor, é um lugar; o algures, onde o sujeito é mais pensado do que pensa; de onde vem as determinações simbólicas da história do sujeito, enfim, “é o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito, em sua infância e até mesmo antes de ter nascido”. (QUINET, 2012, p. 21). Em *O pouco-sentido e o passo-de-sentido*, de *O Seminário: as formações do inconsciente* – Livro 5, Lacan (1999, p. 91) traz a questão desse **Outro** relativa à demanda, por meio do significante e afirma:

O que começou como necessidade irá se chamar demanda, ao passo que o significante se fechará sobre aquilo que consuma, de maneira tão aproximativa quanto quiserem, o sentido da demanda, e que constitui a mensagem evocada pelo Outro [...]. A instituição do Outro coexiste assim com a consumação da mensagem, o outro como Outro. (LACAN, 1999, p. 95).

A mensagem é a formulação que se aliena desde o **Outro**, ponto de onde parte, levando consigo o desejo do **Outro**. Sendo os chistes tal mensagem, considera o autor, o **pouco-sentido** referido no título atribui-se àquilo que, na maioria, através dos jogos de palavras, torna a **tirada espirituosa** solidária ao **Outro**, de modo a completar-se na medida em que o **Outro** interage de algum modo ao seu recebimento e o autentica. Os modos pelos quais esses o(O)utros representam-se na correlação entre o **eu** e o **outro**; o **sujeito** e o **Outro**, na escrita poética, implica considerar o poeta, em sua singularidade, como um **eu** de linguagem, confundindo-se pelo efeito imaginário entre o **eu/outro** e ao mesmo tempo inscrevendo-se enquanto sujeito à ordem do **Outro**.

Como veremos, mais especificamente, Nazar (2009, p. 26) afirma a articulação entre a literatura e a psicanálise, ao mostrar que o escritor escreve com o inconsciente, cuja trama da história é tecida com os significantes do autor e a letra de sua fantasia. A arte, afirma a autora, surge como organização em torno do vazio, conforme vimos em Foucault, em que a escrita efetiva a necessidade de eternizá-la. O trabalho do poeta é, assim, o de dar corpo ao sujeito que o habita, pelo manejo laborioso das metáforas e pelos seus deslizos, cuja maestria enreda o encanto da obra. Esse rebojo – o retorno da linguagem sobre si mesma – que contorna o vazio em *Sargento Getúlio*, *A terceira margem do rio* e *Cabeludinho*, configurando e produzindo diferentes versões para a figura do herói, conforme veremos, supõe um recuo na história, a fim de, ainda que sumariamente, retornar a essa figura, conforme a tradição ocidental, como uma condição imposta pela materialidade.

O herói clássico – figura incomum – construído meticulosamente por meio de adjetivos, dotado de virtude, coragem e nobreza, que o distanciavam do simples mortal. Assim, o herói era reconhecido como mediador entre os deuses e os humanos, já que para um simples mortal seria impossível possuir tal virtude, como os gregos a nomeavam, *Aretê* (ἀρετή). A *Aretê* é um conceito que originalmente exprimia o ideal de formação do homem grego, conforme formulado nos poemas homéricos. Segundo Jaeger (1995, p. 1413), a *aretê* ressignifica-se com a morte do herói, cujos efeitos não esvanecem,

mas perpetuam-se em sua fama, como Aquiles, que teve o seu nome aclamado e sua honra espalhada por todo mundo.

Supomos daí, a *aretê* configurar-se enquanto um discurso estruturante que, no vazio da linguagem, produz suas diferentes formas e versões, a depender dos processos de identificação entre sujeito-poeta e sua escrita, perpassados pela relação imaginária do **eu/outro** e do **sujeito/Outro**. Na tragédia clássica, o destino do homem é transcendente e dependente dos deuses através do oráculo, cujos personagens ocupam posição elevada na escala social, enquanto que, na literatura contemporânea, embora o destino seja também dirigido ao herói (personagem protagonista), tem-se a quebra e o esvaziamento do oráculo, à medida que o herói contemporâneo passa a configurar-se pela contradição, pela ambiguidade, pela falta, no jogo da relação entre o **outro/Outro**.

A obra *Sargento Getúlio* é introduzida por uma epígrafe que a define como uma narrativa de grandes feitos, como vemos em: “Nesta história, o Sargento Getúlio leva um preso de Paulo Afonso à Barra dos Coqueiros. É uma história de **aretê**”. (RIBEIRO, 2001, p. 7). Numa linguagem fascinante, que conjuga o clássico, a erudição lexical ao iletrado, o escritor põe em jogo, pelas categorias de personagem, narrador, discursos diretos livres, conforme Waldman (1989, p. 100), o movimento que faz confundir a relação eu/outro e sujeito/Outro na construção do herói.

Contado em primeira pessoa, o narrador-personagem Sargento Getúlio Santos Bezerra, da polícia militar de Sergipe, então protagonista da história, põe-se a um monólogo durante a viagem, cuja missão recebera ao aposentar-se: a ordem de prender um adversário político e levá-lo de Paulo Afonso para Aracaju. Sargento Getúlio devotava absoluta lealdade ao político-deputado, visto ter-lhe dado a proteção necessária pelo crime de sua esposa e amante. No entanto, o regime político-partidário muda no País, ainda no percurso de sua viagem no encalço do jornalista, alterando toda a lógica de existência de Sargento Getúlio, pelo esvaziamento da ordem do coronel, como um dizer que não tinha mais lugar. A honra e o prestígio de Sargento Getúlio definem até a morte a sua **aretê**, pois, como um herói, não abre mão de cumprir a ordem, ainda que os

tempos fossem já outros. Um herói sem glória e reconhecimentos, sem o oráculo e deslocado no tempo.

A questão que persiste em torno dessa leitura interroga sobre os modos pelos quais o sujeito, na sua relação com o **Outro**, define-se em metáforas do herói, representando-se (enquanto sujeito) de um significante para outro significante – no rebojo que contorna o vazio da linguagem. O herói, em Guimarães Rosa, precisamente no conto *A terceira margem do rio*, constrói-se como metáfora pelo funcionamento do simulacro/retorno da linguagem, dizendo-se a partir de uma narrativa estruturante/fundante, ocidental, como um suporte vazio que favorece remissões. O conto *A terceira margem do rio* narra a história de um homem que, com sua esposa e um casal de filhos, moram à beira de um rio. Durante longo tempo, este homem constrói uma canoa, sem muito dizer, embora fosse indagado pela esposa sobre sua finalidade. Quando pronta, o homem aproxima-se “sem alegria nem cuidado” e despede-se de todos, enquanto a mulher “alva de pálida, mascou o beijo e bramou: – *Ce vai, ocê fique, você nunca volte!*” (ROSA, 2012), e foi o homem habitar a terceira margem do rio, em cumprimento do seu destino.

Este conto é narrado pelo narrador-personagem, o filho, que conta os esforços para manter em vão o contato com o pai, até que a família desiste, buscando cada um o seu caminho: a mãe, entregue ao abandono, muda-se para outro lugar e a filha casa-se. Somente o filho – o narrador-personagem – mantém-se ali, na esperança de rever o pai até que, sob um forte acesso de culpa do que nem se supunha saber, vai à beira do rio e acena com um lenço para o pai, que atende ao chamado.

O filho, este narrador-personagem figurado como herói, **herdeiro** do legado familiar, diz em voz reforçada a seu genitor: “Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora, o senhor vem, não carece mais... O senhor vem, e eu, agora mesmo quando que seja, a ambas vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!” (ROSA, 2012, p. 85). E então, o pai **proava concordado para a beira do rio, levantando o braço num saudar de gestos**, quando o filho, o narrador-personagem, o herói formula “**E eu não podia...**”, tomando posição pelo corte daquele ciclo, deixado pelo pai como um legado hereditário. Vejamos o que diz o herói:

Por favor, arrepiados os cabelos, corri, fugi, me tirei de lá num procedimento desatinado. Porquanto ele me pareceu vir: da parte do além. Estou pedindo, pedindo, pedindo perdão. Sofri o grave frio dos medos, adoeci. [...] Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde. (ROSA, 2012, p. 85).

O filho pede que, depois de sua morte, o corpo fosse depositado numa **canoinha de nada, nessa água, que não pára, de longas beiras** e termina o conto confundindo em metáforas o **eu** com o **rio abaixo, rio a fora, rio a dentro**. O herói em Guimarães Rosa sucumbe ante o legado familiar, ao fugir e não assumir o lugar do pai na canoa, à terceira margem do rio. Da mediação entre deuses e humanos e possuir a **aretê** (*ἀρετή*) do homem grego, o conto de Guimarães Rosa constrói como metáfora um herói às avessas, representado pelos limites próprios de sua relação na história, a incompletude, a contradição e, ao mesmo tempo, regido no mundo também por uma ordem outra. O homem, em *A terceira margem do rio*, comporta a falta, como se marca na contradição que encerra o conto, em que o filho chama o pai para assumir o seu lugar e, ao mesmo tempo, afirma fugir, abrindo mão do contrato social em função do desejo. O conto de Rosa atesta, nessa perspectiva, que o poeta dá corpo ao sujeito que o habita, conforme Nazar (2009), pondo em jogo os (o)Outros dessa relação com linguagem.

Cabeludinho, a poesia de Manoel de Barros, publicada em *Poemas concebidos sem pecado* (1937), sob os efeitos do nacionalismo dos anos 20 do século passado, apresenta, ao lado de outras obras literárias como *Iracema* (1959), de José de Alencar, *Macunaíma* (1987), de Mário de Andrade, o herói nacional. Perfazendo o rebojo que contorna o vazio constitutivo da linguagem, logo do sujeito que se faz em metáforas, a poesia de Manoel de Barros apresenta, a seu modo, o personagem-narrador *Cabeludinho* referido à *Iracema*, o que, ao lado de *Iracema*, define-se como um herói nacional.

O personagem *Cabeludinho*, como mato-grossense, é bugre, nascido e criado na região e, sendo ainda criança, foi levado para o

Rio de Janeiro para estudar, fato que se marca na escrita poética por um *Antes* e um *Depois* de virar poeta, visto ser reconhecido como tal. O narrador inicia falando de *Cabeludinho* em 3ª pessoa e, a partir do 6º excerto (são 11 excertos ao todo), continua em 1ª pessoa, assim que *Cabeludinho* assume o lugar de poeta como personagem-narrador dado pelo padre:

5.

No recreio havia um menino que não brincava
com outros meninos
O padre teve um brilho de descobrimento nos olhos
– POETA!
O padre foi até ele:
– Pequeno, por que não brinca com os seus colegas?
– É que estou com uma baita dor de barriga
desse feijão bichado.

6.

Carta acróstica:
“Vovó aqui é tristão
Ou fujo do colégio
Viro poeta
Ou mando os padres...”

Nota: Se resolver pela segunda, mande dinheiro
para comprar um dicionário de rimas e um tratado
de versificação de Olavo Bilac e Guima, o do lenço.

O sujeito-poeta em *Cabeludinho* se dá como metáfora do herói, um herói nacional, que constrói pela literatura a relação língua/sujeito/nação (ALMEIDA, 2012), em que, pela língua e o sujeito nacional, integra o Mato Grosso à unidade dos sentidos brasileiros. O herói em *Cabeludinho* é poeta.

O fato de o sujeito que fala ser o mesmo que aquele do qual se fala no romance, no conto e na poesia organiza pela falta, o vazio da linguagem como objeto e suporte, realizando entre o escritor e o **outro**, o **sujeito** e o **Outro**, e estes entre si, a possibilidade mesma de o escritor, o narrador-personagem-herói escrever com o

inconsciente, estruturados pelo(s) Outro(s) que o habita(m), conforme Nazar (2009).

O sujeito-poeta diz do herói que o habita pela linguagem, seja o herói da **aretê**, aquele deslocado no tempo, sem glória e sem reconhecimentos, como o *Sargento Getúlio*; seja o herói que ignora o legado paterno, quebrando uma tradição hereditária; seja por fim o herói nacional *Cabeludinho*, poeta, cuja falta e incompletude marcam-se na língua e no sujeito, em relação à unidade nacional brasileira.

Referências

ALENCAR, José de. Iracema. *In*: ALENCAR, José de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959a. v. III. (Obra Completa).

ALMEIDA, Eliana de. Topografia discursiva: uma história das ideias em Mato Grosso. *In*: PAROLIN, Maria Inês; ALMEIDA, Eliana de (org.). **Fronteiras de sentidos & sujeitos nacionais**. Cáceres: Fapemat; Campinas: Editora RG, 2012.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BARROS, Manoel de. Cabeludinho. *In*: **Poemas concebidos sem pecado**. Rio de Janeiro: Record, 1937.

BARROS, Manoel de. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 6. ed. Martins Fontes: São Paulo, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. O que é o autor. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Estética**: literatura e pintura; música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **O pensamento do exterior**. São Paulo: Princípio, 1990.

FOUCAULT, Michel. Linguagem e literatura. *In*: MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HOMERO. **Odisséia**. Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Edusp, 1996.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução de Arthur M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JAKOBSON, Roman. **Linguística, poética, cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. **O Seminário**: as formações do inconsciente. Livro V. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LEITE, Nina Virginia de Araújo. Psicanálise e literatura. **Recorte**, Revista de Linguagem, Cultura e Discurso, ano 4, n. 7, jul./dez. 2007.

LEITE, Nina Virginia de Araújo. O poeta e a passagem ao ato. *In*: **O poético e o analítico**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

LE MOS, Cláudia Thereza G. Poética e significante. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 207-218, jan./jun. 2009.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2012.

NAZAR, Teresa Pallazzo. **O sujeito e seu texto**: psicanálise, arte, filosofia. Rio de Janeiro: Editor José Nazar, Companhia de Freud, 2009.

NAZAR, Teresa Pallazzo. O escrito da escrita. *In*: MARIANI, Bethania (org.). **A escrita e os escritos**: reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

ORLANDI, Eni P. O estatuto do texto na história da reflexão sobre a linguagem. *In*: ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formação e formulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípio e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradução de Bethania Mariani. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Cl. Haroche e P. Henry. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, 6e année, n. 24, p. 93-106, 1971.

QUINET, Antonio. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Sargento Getúlio**: romance. 21. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. 15. ed. *In*: ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

WALDMAN, Berta. **Do vampiro ao cafajeste**: uma leitura da obra de Dalton Trevisan. 2. ed. Campinas: Editora Hucitec; Editora da Unicamp, 1989.

L'adolescent et l'invention de sa signature

Eric Bidaud

Université Paris 13

Que faut-il pour que le signe graphique devienne lettre, c'est-à-dire symbole à même de rentrer en correspondance avec un phonème? Nous dirons qu'il doit être détaché de toute référence à la forme en tant que cette forme renverrait à une image, à une ressemblance avec la chose pensée. La lettre ne peut être qu'un élément de différenciation, égale à elle-même quelque soit le mot dans lequel elle s'insère, et différente des autres lettres avec lesquelles elle composera des séries infinies de mots ou de phrases indépendamment d'un sens qui ferait corps avec elle.

Dans le passage de l'oral à l'écrit, il s'agit d'accéder à l'opérativité symbolique de la lettre, c'est-à-dire sortir la lettre de son ancrage imaginaire et la faire fonctionner comme élément d'un ordre qui excède le sujet, admettre qu'une lettre peut être utilisée dans différents mots, qu'elle est une marque en soi dépourvue de sens. C'est lorsque la lettre s'assume comme ne signifiant plus rien qu'elle laisse derrière elle sa valeur de chose ou d'image, qu'elle peut alors fonctionner comme déclencheur d'écriture.

Mais aussi faut-il insister sur la valeur contenue dans l'écriture, non pas simplement comme code mais comme dégagement de l'emprise par le corps de la mère, ce par quoi sera rendu possible l'accès au savoir en distinction de la vérité originellement liée à la seule référence maternelle. Il s'agirait de rentrer dans un système

par lequel les mots vont s'éloigner de l'écho maternel, de tout effet de redoublement qui dans la psychose referme le langage sur lui-même. Aussi l'entrée dans l'écrit, dans cette compétence (que l'écrit soit effectif ou non) signe le refoulement de la langue maternelle, participe de sa mise en œuvre comme un appui de structure. C'est dans ce refoulement de langue maternelle que réside la constitution de ce que nous nommons la construction de l'Adresse comme cet au-delà du corps, par quoi est rendu possible l'usage du langage, la circulation du discours.

En revenant sur cette problématique de l'Adresse, nous soutiendrons ici l'idée que le temps adolescent marque et se marque d'une entrée nouvelle dans l'espace de l'écriture, non pas un réapprentissage de l'écriture mais un positionnement original du sujet quant à l'usage ou le mésusage de sa marque comme instauration d'un nouveau régime identitaire. Les relations entre le processus adolescent et le rapport au langage se jouent en particulier par un certain "remodelage" du langage au travers des inventions graphiques des adolescents et un nouvel investissement des formes écrites. C'est dans l'invention de sa signature que nous situons un acte essentiel de la ré-écriture de l'adolescent par lui-même, pour le dire autrement, dans l'acquisition d'un style.

Crise de l'écriture?

Posons déjà ce qui ne serait pas à proprement parler une hypothèse mais un point de rencontre pour un ensemble de questions: le sujet "contemporain" manifeste une crise dans son rapport à l'écriture, non pas crise de l'écriture, mais crise de ce par quoi un sujet peut se construire dans l'écriture (nous usons du terme de crise dans son sens le plus étendu, à savoir: crise comme déséquilibre et rupture mais aussi comme tournant, commencement d'autre chose). Peut-on alors tracer les contours d'un rapport singulier du sujet contemporain à l'écrit et même entrevoir une mutation, un passage critique en ce seuil de l'oral à l'écrit (du corps à la trace du corps) comme malaise dans la culture?

Nous pouvons même envisager la notion de "refoulement de l'écriture" (formule que nous empruntons à J. Derrida (1967)) comme

ce qui viendrait menacer le sujet dans la présence et la maîtrise de l'absence, de son manque fondamental.

Ne peut-on pas penser que les technologies nouvelles de l'écriture modifient l'acte même de l'écriture, modifient, si l'on peut dire, l'écriture en acte, c'est-à-dire la gestuelle et le maniement de la trace? Passer de la plume ou du stylo à un clavier d'ordinateur n'est pas simplement substituer un outil à un autre, c'est modifier son rapport à la trace qui répond d'un nouveau statut. La trace numérique n'est pas la même que la trace graphique. Celle-ci est instable, presque magique, elle passe et repasse du visible à l'invisible, de la présence à l'absence, du plein au rien. Elle fonctionne dans un autre rapport au temps et à l'espace, c'est-à-dire qu'elle porte sur la question de la limite: elle questionne la délimitation du sujet.

Ce qui disparaît sous l'anonymat de la lettre numérique est la morphologie même de l'écrit, sa personnalisation. Nous pourrions presque dire que cette expulsion du sujet dont nous avons parlé dans l'accès au champ symbolique de la lettre est ici redoublé par le gommage de toute trace du corps dès lors que le geste du sujet au-delà du code qu'il utilise ne laisse aucun reste, aucune singularité qui l'identifierait. Ce qui se perd, c'est le dessin de l'écriture, ce que nous pourrions nommer le visage de l'écriture du sujet et plus radicalement sa signature.

“Signer est notre lot commun, formule B.Fraenkel. Chacun sait depuis l'enfance les lois qui gouvernent ce jeu d'écriture. Il ne s'agit ni d'écrire ni de dessiner mais de fabriquer un signe hybride qui tient du mot et de l'image” (FRAENKEL, 1992, p. 7). La signature du sujet nous semble être un acte d'écriture essentiel et cependant peu étudié, comme abandonné à la marge. C'est pourtant par l'invention de sa marque, de sa griffe, que l'adolescent s'approprie son écriture, que celle-ci prend en même temps sa forme définitive, comme si elle accomplissait sa puberté. Ce qui échappe à la clinique et qui participe des multiples secrets de l'adolescent est la manière dont un adolescent *se cherche* sa signature en copiant celle de ses parents et souvent en combinant les deux modèles pour y guetter le creux, là où il inscrira sa différence. Et il n'est pas indifférent de constater que parfois, ça rate. Le sujet échoue à trouver sa trace. Il reste comme prisonnier du

nom propre, réduit même aux initiales. Il n'a pu donner au nom son mouvement, sa ligne, son dessin. C'est dans l'articulation du nom propre et du geste, d'un geste ritualisé comme une révérence, que réside la pleine originalité de la signature. C'est en ce sens que la signature est l'image de la lettre, son visage, c'est-à-dire que le nom propre formé dans et par la lettre incarne la forme particulière, stable et identifiable d'un sujet ainsi reconnu. La signature est le visage du sujet en tant qu'elle renvoie à sa trace. La signature n'est pas faite pour être lue mais pour être reconnue, elle se regarde. Elle a à voir avec la reconnaissance d'un sujet nommé et qui peut se compter parmi les autres.

Adolescence, visage et signature

L'adolescence, en tant qu'elle marque une reprise du stade du miroir, c'est-à-dire un "rejoue" de l'échange des regards, engage le sujet à se poser (à trouver sa pose) dans son rapport à son image propre et à l'image de l'Autre. L'adolescence est ce moment où, dans l'après-coup du stade du miroir, le sujet va devoir se réapproprier une image du corps transformée et ceci sous le regard de l'Autre. Nous voulons dire que le sujet ne peut éviter dès lors la question du "regardable" et de l'esthétique de ce "regardable": Que suis-je, peut-il penser, sous le regard de l'Autre, et qu'est-il, cet Autre, sous mon regard? Un objet attrayant, un objet de désir, où à l'inverse un objet sans attrait tirant du côté du risible, du honteux et plus encore de la laideur?

Aussi toute une problématique du voilement situera l'adolescent vers ce que nous pouvons nommer sa "revisagification" nécessaire comme réponse à son questionnement dans le champ de l'échange des regards. Le voilement de l'adolescent inclut aussi bien l'importance que celui-ci accorde au vêtement comme parure ou parade que le souci de l'esthétique du corps, de l'art de la coiffure au maquillage en allant jusqu'à l'inscription et l'ornementation sur le corps propre: tatouage et piercing. La mode de l'adolescent joue sur un partage entre le bon et le mauvais goût, l'ordre et le désordre, le beau et le laid. Elle court au devant du regard pour le capter, le provoquer, le questionner.

Ce que nous entendons sous la notion de “visagification” du sujet désigne ce jeu de découverture-recouvrement du corps propre comme nécessaire médiation dans la rencontre des regards. L’adolescence engage en effet une rencontre et une invention de l’Autre comme altérité vraie, sujet et objet du désir, rencontre que nous spécifions comme rencontre des regards. Aussi par invention de l’Autre, nous indiquons ce par quoi l’Autre est trouvé-retrouvé, ce par quoi s’opère une “revisagification” du corps de l’Autre, c’est-à-dire son voilement. Cette idée de construction du visage à l’adolescence peut être comprise comme cet espace où se joue et s’assume la revisite du stade du miroir, en particulier du côté du regard et de son appropriation, permettant de mettre en place les nouveaux montages entre le sujet et l’objet pour construire une relation génitalisée à l’autre sexe. Par le voilement, dans le sens que nous avons donné à ce terme, le corps prend visage, il s’envisage dans son rapport à l’Autre, il se construit comme regardable.

Nous soutenons donc que l’acte adolescent de la signature participe de ce processus de mise en visage du sujet en tant qu’il accompagne la conquête de sa nouvelle identité, parcourant les trois temps de la marque: la “scription”, l’inscription et l’écriture.

Il s’agirait d’interroger le statut en mutation du sujet dans son rapport à la signature articulée au nom propre. Cela implique sans doute de préciser la fonction monstrative de la signature et les effets de ses déplacements. Nous pourrions indiquer comme ligne de recherche l’étude de la valeur de signature des marques du sujet au travers de ses formations actuelles: les inscriptions sur le corps propre.

C’est précisément la fonction de l’Adresse qui nous semble mise à mal dans l’apparition croissante des scarifications d’une part, et du tatouage d’autre part.

Les scarifications, souvent appelés des “coupures” par les adolescents, semblent témoigner de ce manque à se signifier dans le rapport à l’Autre. Elles sont la marque cicatrisée d’une écriture sans Adresse, accroche pauvre et désespérée d’un geste de nomination qui ne porte nulle part. Comme l’écrit S.Lesourd: “Ces pratiques du marquage du corps, qui sont de plus en plus fréquentes, spécialement dans la part la plus jeune de nos sociétés, sont toutes plus ou moins

prises dans la difficulté que rencontre le sujet à trouver les signifiants nécessaires à la nomination...” (LESOURD, 2006, p. 228). Le tatouage de son côté qui est certes une inscription plus élaborée, plus inscrite dans l’histoire du sujet comme un lieu de mémoire sur le corps propre, participe d’une imagerie recluse, d’un sceau privé qui ne fait pas rentrer le sujet dans le champ de l’énonciation. Ceci permet de saisir toute la différence entre les scarifications dans les sociétés traditionnelles et les scarifications dans les sociétés contemporaines (le terme est d’ailleurs cliniquement très contestable). Dans le premier cas, les modifications corporelles sont portées par la communauté et participent d’un passage identitaire à haute fonction symbolique, dans le second cas il s’agit d’un acte d’assomption d’un corps privé contre le corps social. L’anthropologue D. Lebreton indique très bien cette opposition: “Si les modifications corporelles traditionnelles, répétant des figures ancestrales, inscrivent dans une filiation, celles de nos sociétés contemporaines sont à l’inverse des formes symboliques de remise au monde, mais d’une manière strictement personnelle, parfois à travers l’invention d’un signe propre. Elles sont peut-être avant tout une manière de se sentir vivant” (2002, p. 162). Faut-il sans doute, si l’on accorde à l’incise du corps sa qualité de signe, y voir surtout un proto-signe, ce que Pierce a nommé la “priméité” du signe. Il s’agit, sous ce terme, d’indiquer une première articulation de sens, qui ne s’est pas tout à fait détaché du substrat somatique qui l’exprime. Ce n’est pas encore l’idée, tout juste une sensation agie, “un degré au dessus de l’impression organique” (1978, p. 139).

Sans doute faut-il revenir sur la distinction souvent indiquée entre dimension de l’agir et dimension de l’acte, là où précisément la pulsion trouve son destin et montre toute sa nature “freudienne” d’être une limite entre le soma et le psychique, autrement dit là où s’articulent corps et signifiant, et plus encore dans nos exemples là où ça se mélange.

Commençons par cette première dimension de l’agir et posons que l’agir peut être compris comme la création de quelque chose, d’un espace où le sujet vient “se jeter” dans la contrainte de faire quelque chose de sa peau afin de se sortir d’une emprise du côté de l’Autre. C’est en somme une sortie, un arrachement à l’emprise de

l'Autre et une manière d'inscrire un rapport aussi rudimentaire soit-il entre l'Un et l'Autre. C'est en ce sens que le sujet gagne une certaine garantie d'existence dans l'agir. Dans cette "certitude" de l'agir ressenti comme la nécessité d'un faire, le sujet y joue sa peau, comme on peut le sentir dans l'acting de l'adolescent, comme vérité de son existence. Tout est là dans sa réalisation aveugle, à aller jusqu'au bout de sa décision sans avoir rien à en dire. C'est précisément dans l'espace creux de ce rien à en dire que vient se spécifier la différence d'avec la dimension de l'acte où surgit l'en plus, la plus-value d'une énonciation subjective. "Faire un acte, formule Lacan, c'est introduire un rapport de signifiant... l'acte est fondateur du sujet en ce sens que dans l'acte le sujet est équivalent à son signifiant" (LACAN, 1967). L'acte, au contraire de l'agir, est façon de se représenter dans le langage et d'engager la question de l'Autre, plus précisément de se poser dans une adresse à l'Autre et d'y engager une création de soi dont l'Autre aura à répondre. Mais c'est justement cet Autre à répondre qui est mis à distance dans un agir où le corps va être investi comme une adresse muette et surface illisible.

Les conduites adolescentes de marques et d'incision sur le corps propre témoignent de cette insistance de leur côté à rester dans l'agir dont ils n'ont rien à dire comme pour se protéger de l'acte qui signifie rapport, différence c'est-à-dire rencontre avec la division subjective entre je et l'Autre.

Une histoire de la signature

Signer n'est pas tout à fait écrire. On se tromperait à vouloir rattacher la signature à un indicateur d'alphabétisation, comme un premier pas vers la maîtrise du savoir lire et écrire. C'est un point que nous serions tentés de ne pas prendre en compte dans l'illusion de notre modernité où le sujet ne peut être qu'un lecteur. Comme le souligne B. Fraenkel dans son approche historique de la genèse de ce signe, la signature renvoie à bien d'autres choses. "Elle appartient avant tout à cette catégorie de signes qu'on connaît fort mal, les signes de l'identité. D'un point de vue général, ces signes indiquent les caractéristiques d'un individu de sorte qu'on puisse le reconnaître"

(FRAENKEL, 1992, p. 8). La signature ne connut pas de tout temps sa forme actuelle autographe, c'est-à-dire le lien qui unit le signe, le nom propre mais aussi le prénom. Cet enlacement du nom dans le prénom pour former la trace unique et exclusive du sujet est une invention qui appartient à notre modernité et révèle une nouvelle conception sociale de l'identité et de son inscription dans son rapport à l'Autre. Jusqu'au XVI^e siècle, la société européenne attache surtout sa production du signe de l'identité à la mise en avant de l'image: sceau, cachet, emblème, seing, blason, armoirie... C'est ensuite le recul de l'image face à l'écrit qui va orienter la mise en place de la signature sous sa forme actuelle autographique, c'est-à-dire conduisant à la conception d'un sujet qui doit être représenté par le geste de l'individu lui-même (que celui-ci sache ou non écrire). L'obligation de signer de sa main, comme phénomène récent, promeut le privilège accordé au corps et au geste comme acte de définition de soi et renvoie jusqu'à nos jours à la place du portrait et du visage comme référent de la signature, trace unique du sujet. Ainsi, le règne de la signature autographe entraîne une contrainte nouvelle, celle de la nécessité de la permanence du signe, c'est-à-dire de sa reproductibilité: il est indispensable de signer toujours de la même façon pour qu'une signature acquiert sa qualité définitive et sa valeur identitaire. "La signature instaure un nouveau régime identitaire fondé sur la permanence du soi, la répétition du même, par le truchement d'une maîtrise du corps et de la main... l'individu est pensé alors en terme de traits, traits de plumes, traits du visage, traits de caractère". (FRAENKEL, 1992, p. 10-11).

Notons que la promotion de la signature autographe n'est pas simplement un seuil d'entrée dans l'écrit ou la lecture qui n'est pas du reste une nécessité, mais inaugure un champ de pouvoir et de responsabilité qui tombe sur le sujet. Par cette possession de la signature, un sujet accède à un pouvoir contenu dans l' "inscrit". Cette marque de lui-même l'engage et le lie à son acte; il peut dès lors agir en son nom propre. Nous mesurons ici tout le poids psychique de la création de la signature et la valeur de représentation du sujet sous sa signature. Nous pourrions dire que la création de la signature du sujet participe comme le temps adolescent de mise en place d'une

nomination, comme cet acte essentiel d'écriture du Nom du père qui vient faire retour sur le sujet pour construire l'acte de se nommer.

Références

DERRIDA, J. Freud et la scène de l'écriture. *In*: DERRIDA, J. **L'écriture et la différence**. Paris: Editions du Seuil, 1967.

FRAENKEL, B. **La signature**: genèse d'un signe. Paris: Gallimard, 1992.

LACAN, J. **La logique du fantasme**: séminaire inédit. Leçon du 15 février 1967.

LEBRETON, D. **Signes d'identité**: tatouages, piercings et autres marques corporelles. Paris: Métailié, 2002.

LESOURD, S. **Comment taire le sujet**: des discours aux parlottes libérales. Toulouse: Erès, 2006.

PIERCE C.S. **Ecrits sur le signe**. Paris: Seuil, 1978.

6

O adolescente e a invenção de sua assinatura¹

Eric Bidaud

Université Paris 13

O que é necessário para que o signo gráfico torne-se letra, quer dizer, símbolo capaz de entrar em correspondência com um fonema? Nós diríamos que ele deve estar afastado de toda referência à forma enquanto essa forma, reenviaria a uma imagem, a uma semelhança com a coisa pensada. A letra não é senão um elemento de diferenciação, igual a ela mesma, qualquer que seja a palavra na qual ela se insere e diferente das outras letras com as quais ela vai compor séries infinitas de palavras ou de frases, independentemente de um sentido que faria corpo com ela.

Na passagem do oral ao escrito, tem-se o acesso à operatividade simbólica da letra, quer dizer, o fazer sair a letra de sua ancoragem imaginária, fazendo-a funcionar como elemento de uma ordem que excede o sujeito, o admitir que uma letra possa ser utilizada em diferentes palavras, que ela seja uma marca em si desprovida de sentido. É quando a letra assume-se como não significando mais nada daquilo que ela deixa atrás de si: seu valor de coisa ou de imagem, ou seja, quando ela aceita poder então funcionar como acionador de escritura.

¹ Tradução de Maria Iraci Sousa Costa (UFSM/Laboratório Corpus) e Maurício Bilião (UFSM/Laboratório Corpus), revisão de Bethânia Mariani (UFF/LAS).

Mas também é necessário insistir sobre o valor contido na escritura, não mais simplesmente como código, mas como desobstrução da dominação pelo corpo da mãe, pelo qual será possível o acesso ao saber em distinção da verdade originalmente ligada a sua única referência materna. Tratar-se-á de entrar em um sistema pelo qual as palavras vão se afastar do eco materno, de todo efeito de repetição que, na psicose, encerra a linguagem sobre ela mesma. Também a entrada na escrita – a entrada na competência da escrita (em que pode efetivar-se ou não) – manifesta a recusa da língua materna, participa de sua implementação como um apoio de estrutura. É nessa recusa da língua materna que reside a constituição disso que nomeamos a construção do Endereço – ou seja, como aquilo que, para além do corpo, pelo qual é possível o uso da linguagem, a circulação do discurso.

Retornando sobre essa problemática do *endereço*, nós sustentaremos aqui a ideia de que o tempo-adolescente marca e marca-sede uma entrada nova no espaço da escritura, não uma reaprendizagem da escritura, mas um posicionamento original do sujeito quanto, ao uso ou ao mau-uso de sua marca como instauração de um novo regime identitário. As relações entre o processo adolescente e a relação à linguagem efetivam-se em particular por uma certa “remodelagem” da linguagem, através das invenções gráficas dos adolescentes e por um novo investimento de formas escritas. É na invenção de sua assinatura que nós situamos um ato essencial da reescritura do adolescente por ele mesmo; para dizê-lo de outra forma, na aquisição de um estilo.

Crise da escritura?

Coloquemos desde já o que não seria propriamente uma hipótese, mas um ponto de encontro de um conjunto de questões: o sujeito “contemporâneo” manifesta uma crise na sua relação à escritura, não crise da escritura, mas daquilo que um sujeito pode construir na/pela escritura (nós empregamos o termo *crise* no seu sentido mais amplo, a saber: como desequilíbrio e ruptura, mas também como reviravolta, começo de outra coisa). Podemos então traçar os contornos dessa relação singular do sujeito contemporâneo com a

escrita e mesmo entrever uma mutação, uma passagem crítica nesse limiar do oral ao escrito (do corpo ao traço do corpo) como mal-estar na cultura?

Podemos considerar o recalçamento da escritura como resposta ao que viria ameaçar o sujeito na relação presença ausência, relacionado com sua falta fundamental. Nós podemos mesmo direcionar a noção de “recusa da escritura” (fórmula que nós tomamos emprestada de J. Derrida, 1967), como o que viria a ameaçar o sujeito tanto na presença quanto no domínio da ausência de sua falta fundamental.

Será que não poderíamos pensar que as novas tecnologias da escritura modificam o ato mesmo da escritura, modificam, se podemos assim dizer, a escritura em ato, quer dizer, o gestual e o manuseio do traço? Passar da caneta estilográfica ou da caneta esferográfica ao teclado do computador não é simplesmente substituir uma ferramenta por outra, é modificar sua relação ao traço que responde por um novo estatuto. O traço numérico não é o mesmo traço gráfico. Este é instável, quase mágico, ele passa e repassa do visível ao invisível, da presença à ausência, do pleno ao nada. Ele funciona em uma outra relação no tempo e no espaço, quer dizer que ele nos leva à questão do limite: ele questiona a delimitação do sujeito.

O que desaparece sob o anonimato da letra digital é a morfologia mesmo da escrita, sua personalização. Nós poderíamos quase dizer que esta expulsão do sujeito, da qual nós estamos falando, no acesso ao campo simbólico da letra, está aqui redobrada pelo apagamento de todo traço do corpo, uma vez que o gesto do sujeito – para além do código –, que ele utiliza não deixa nenhum resto, nenhuma singularidade que o identificaria. O que se perde é o desenho da escritura, o que nós poderíamos nomear é o rosto da escritura do sujeito e mais radicalmente sua assinatura.

“Assinar é a nossa parte comum”, formula Fraenkel (1992, p. 7): “Cada um sabe, desde a infância, as leis que governam esse jogo de escritura. Não se trata nem de escrever, nem de desenhar, mas de fabricar um signo híbrido que mantém palavra e imagem”. A assinatura do sujeito parece-nos ser um ato de escritura essencial; entretanto, pouco estudada, como que abandonada à margem. É,

porém, pela invenção de sua marca, de seu grifo, que o adolescente apropria-se de sua escritura, que esta toma ao mesmo tempo sua forma definitiva, como se ela alcançasse sua puberdade. O que escapa à clínica e que participa de múltiplos segredos do adolescente é a maneira pela qual um adolescente **se procura** na sua assinatura, copiando aquela de seus pais e, frequentemente, combinando os dois modelos para espreitar o vazio, lá onde vai se inscrever sua diferença. E não é indiferente constatar que, às vezes, isso falha. O sujeito fracassa tentando encontrar seu traço. Ele fica como prisioneiro do nome próprio, reduzido às iniciais. Ele não pôde dar ao nome seu movimento, sua linha, seu desenho. É na articulação do nome próprio e do gesto, de um gesto ritualizado como uma reverência, que reside a originalidade plena da assinatura. É nesse sentido que a assinatura é a imagem da letra, seu rosto, quer dizer, o nome próprio formado na e pela letra encarna a forma particular, estável e identificável de um sujeito assim reconhecido. Assinatura é o rosto do sujeito, como ele remete a seu traço. A assinatura não é feita para ser lida, mas para ser reconhecida, ela se mira. Ela tem a ver com o reconhecimento de um sujeito nomeado e que pode se contar entre os outros.

Adolescência, rosto e assinatura

A adolescência, enquanto marca de uma retomada do estádio do espelho, quer dizer um novo jogo na troca dos olhares, engaja o sujeito a se colocar (a encontrar sua pose) na sua relação à sua imagem própria e à imagem do Outro. A adolescência é este momento em que, depois do estádio do espelho, o sujeito deverá se reapropriar de uma imagem do corpo transformada, e isso sob o olhar do Outro. Nós queremos dizer que o sujeito não pode evitar, desde então, a questão do “regardable”² e da estética deste “regardable”: O que eu sou, pode-se pensar, sobre o olhar do Outro, e o que ele é, este Outro, sob meu olhar? Um objeto atraente, um objeto de desejo ou, ao inverso, um objeto sem atrativos, levando para o lado do risível, do vergonhoso e, mais ainda, da feiura?

² Optou-se por manter o original francês “regardable”, a pedido do próprio autor, considerando-se que “regardable” quer dizer que o sujeito não pode escapar ao olhar do Outro. (NT).

Assim, toda uma problemática daquilo que está encoberto situará o adolescente em torno do que nós podemos nomear de sua re-rostro-significação³ necessária como resposta a seu questionamento no campo da troca dos olhares. O que está encoberto no adolescente inclui também a importância que este acorda ao vestuário como decoração ou exibição que a inquietação da estética do corpo, a arte do penteado, a maquiagem, indo até a inscrição e a ornamentação sobre o próprio corpo: tatuagem e *piercing*. A moda do adolescente joga sobre uma partilha entre o bom e o mau gosto, a ordem e a desordem, o belo e o feio. Ela corre à frente do olhar para capturá-lo, provocá-lo, questioná-lo. O que nós entendemos sob a noção de rosto-significação do sujeito designa esse jogo de descobrimento-recobrimento do corpo próprio como necessária mediação no encontro dos olhares. A adolescência engaja, com efeito, um encontro e uma invenção do outro como uma alteridade verdadeira, sujeito e objeto do desejo, encontro que nós especificamos como encontro dos olhares. Assim, pela invenção do Outro, nós indicamos o que pelo qual, o Outro é encontrado-reencontrado, o que pelo qual se opera REVISAGIFICATION do corpo do Outro, quer dizer, seu encobrimento. Essa ideia de construção do rosto na adolescência pode ser compreendida como o espaço onde se dá e se assume a revisita do estádio do espelho. Em particular, do lado do olhar e de sua apropriação, permite-se dar lugar às novas montagens entre o sujeito e o objeto, para construir uma relação genitalizada ao outro sexo. Pelo encobrimento, nesse sentido que nós damos a esse termo, o corpo toma rosto, ele se olha na sua relação ao Outro, ele se vê como “regardable”.

Nós sustentamos, por isso, que o ato adolescente de sua assinatura participa desse processo de dar rosto ao sujeito enquanto ele acompanha a conquista de sua nova identidade, percorrendo os três tempos da marca: a “manuscrição”,⁴ SCRIPTION, a inscrição e a escritura.

³ O autor formulou o termo “revisagification”. Para a tradução, em comum acordo com o autor, chegou-se ao termo “re-rostro-significação”. (NT).

⁴ O termo em francês era “scription”. Em conversa com o autor, optou-se por “manuscrição”. (NT).

Tratar-se-ia de interrogar o estatuto em mutação do sujeito na sua relação à assinatura articulada ao nome próprio. Isso implica, sem dúvida, precisar a função monstrativa da assinatura e os efeitos de seus deslocamentos. Nós poderíamos indicar como linha de pesquisa o estudo do valor da assinatura, das marcas do sujeito através de suas formações atuais: as inscrições sobre o próprio corpo.

É precisamente a função do *endereço* que nos parece prejudicada na aparência de escarificações de um lado, e da tatuagem de outro. As escarificações, frequentemente chamadas de “cortes” pelos adolescentes, parecem testemunhar o que falta a se significar na relação com o Outro. Elas são a marca cicatrizada de uma escritura sem *endereço*, presa pobre e desesperada de um gesto de nominação que não leva a lugar nenhum. Como escreve S. Lesourd (2006, p. 228): “essas práticas de marcar o corpo, que são cada vez mais frequentes, especialmente na parte mais jovem de nossas sociedades, são todas mais ou menos levadas na dificuldade que encontra o sujeito a achar os significantes necessários à nominação [...]”. A tatuagem, por sua vez, que é certamente uma inscrição mais elaborada, mais inscrita na história do sujeito como um lugar de memória sobre o próprio corpo, participa de uma imagem reclusa, de um selo privado que não deixa o sujeito entrar no campo da enunciação. Isso permite apreender toda a diferença entre as escarificações nas sociedades tradicionais e as escarificações nas sociedades contemporâneas (o termo é aliás clinicamente muito contestado). No primeiro caso, as modificações corporais são colocadas pela comunidade e participam de uma passagem identitária a uma alta função simbólica; no segundo caso, trata-se de um ato de assunção de um corpo privado contra o corpo social. O antropólogo D. Lebreton indica muito bem essa oposição:

Se as modificações corporais tradicionais, repetindo figuras ancestrais, inscrevem em uma filiação, aquelas de nossas sociedades contemporâneas, são, ao inverso das formas simbólicas, recolocadas no mundo, mas de uma maneira estritamente pessoal, às vezes, através da invenção de um signo próprio. Elas podem ser antes de tudo uma maneira de se sentir vivo. (LEBRETON, 2002, p. 162).

É necessário, sem dúvida, se acordamos à incisa do corpo sua qualidade de signo, ver sobretudo um protosigno, ao qual Pierce nomeou de “primeiridade” do signo. Trata-se, sob esse termo, de indicar uma primeira articulação de sentido, que não é perfeitamente separado do substrato somático que o exprime. O que não é ainda a ideia, somente uma sensação que age, “um degrau acima da impressão orgânica”. (PIERCE, 1978, p. 139).

Sem dúvida, é necessário retornar sobre a distinção frequentemente indicada entre dimensão de agir e dimensão de ato, lá onde precisamente a pulsão acha seu destino e mostra toda sua natureza “freudiana” de ser um limite entre o soma e o psíquico; dito de outro modo, lá onde se articulam corpo e significante e, mais ainda, nos nossos exemplos, lá onde isso se mistura.

Começamos por esta primeira dimensão do agir e colocamos que o agir pode ser compreendido como a criação de alguma coisa, de um espaço onde o sujeito vem “se jogar” na sujeição de fazer alguma coisa na sua pele, a fim de sair de uma dominação do Outro.

É, de fato, uma saída, uma extração à influência do Outro e uma maneira de inscrever uma relação também rudimentar, seja ela entre o Um e o Outro. É nesse sentido que o sujeito ganha alguma garantia de existência no agir. Nesta “certitude” do agir, ressentido como a necessidade de um fazer, o sujeito coloca-se na sua pele, o que pode ser sentido no *acting* do adolescente como verdade de sua existência. Tudo está lá na sua realização cega, a ir até o fim de sua decisão sem ter nada a dizer. É precisamente no espaço oco desse nada, a dizer que vem se especificar a diferença com a dimensão do ato onde surge o(a) mais, a mais-valia de uma enunciação subjetiva. “Fazer um ato”, formula Lacan, “é introduzir uma relação de significante [...] o ato é fundador do sujeito no sentido que no ato o sujeito é equivalente a seu significante”. (LACAN, 1967). O ato, ao contrário do agir, é a forma de se representar na linguagem e de engajar a questão do outro, mais precisamente, de se colocar em um *endereço* ao outro e de engajar uma criação de si à qual o Outro terá que responder. Mas é justamente este outro a responder que é colocado a distância em um agir onde o corpo vai ser investido como um endereço mudo e uma superfície ilegível.

As condutas adolescentes de marcas e de incisão sobre o próprio corpo testemunham esta insistência de seu lado a ficar, no agir do qual eles não têm nada a dizer; como para se proteger do ato que significa relação, diferença quer dizer encontro com a divisão subjetiva entre o eu e o Outro.

Uma história da assinatura

Assinar não é exatamente escrever. Nós nos enganaríamos ao querer associar a assinatura a um indicador de alfabetização, como se fosse um primeiro passo em direção ao domínio do saber ler e escrever. Esse é um ponto, que nós seríamos tentados a não levar em conta, na ilusão de nossa modernidade, na qual o sujeito não poderá ser senão um leitor. Como destaca Fraenkel (1992, p. 8), em sua abordagem histórica da gênese desse signo, a assinatura reenvia a outras coisas. “Ela pertence antes de tudo a esta categoria de signos que conhecemos muito mal, os signos da identidade. De um ponto de vista geral, estes signos indicam as características de um indivíduo, de modo que se possa reconhecê-lo”. A assinatura não conheceu todo tempo sua forma atual *autógrafo*, quer dizer o laço que une o signo, o nome próprio, mas também o nome de batismo. Esse enlace do nome no nome de batismo, para formar o traço único e exclusivo do sujeito, é uma invenção que pertence à nossa modernidade e revela uma nova concepção social de identidade e de sua inscrição, em sua relação com o Outro. Até o século XVI, a sociedade europeia esteve presa sobretudo à sua produção do signo de identidade, levando em conta a imagem: selo, carimbo, emblema, autentificação de documentos, brasão, armas de brasão... É em seguida ao declínio da imagem face à escrita que vai orientar o estabelecimento da assinatura sob sua forma atual autográfica, quer dizer, conduzindo a concepção de um sujeito que deve ser representado pelo gesto do indivíduo ele mesmo (que aquele saiba ou não escrever). A obrigação de assinar com sua mão, como fenômeno recente, promove o privilégio acordado ao corpo e ao gesto como ato de definição de si e reenvia, até nossos dias, ao lugar do retrato e do rosto, como referente da assinatura, o traço único do sujeito. Assim, o reinado da assinatura *autógrafo* leva a uma restrição nova, aquela da necessidade de permanência do signo,

quer dizer, de sua reprodutibilidade: é indispensável assinar sempre da mesma forma para que uma assinatura adquira sua qualidade definitiva e seu valor identitário. “A assinatura instaura um novo regime identitário fundado sobre a permanência de si, a repetição do mesmo, pelo intérprete de um domínio do corpo e da mão [...] o indivíduo é pensado em termos de traços, traços de penas, traços do rosto, traços do caráter”. (FRAENKEL, 1992, p. 10-11).

Notamos que a promoção da assinatura *autógrafa* não é simplesmente um nível limiar da entrada na escrita ou a leitura que não é, enfim, uma necessidade, mas inaugura um campo de poder e de responsabilidade que cai sobre o sujeito. Por essa possessão da assinatura, um sujeito acessa um poder contido no “inscrito”. Essa marca dele mesmo o engaja e o liga a seu ato; ele pode, portanto, agir em seu nome próprio. Nós medimos aqui todo o peso psíquico da criação da assinatura e o valor de representação do sujeito sob sua assinatura. Nós poderíamos dizer que a criação da assinatura do sujeito participa, como o tempo adolescente de estabelecimento, de uma nomeação, como este ato essencial da escritura do sobrenome do pai, que vem fazer retorno sobre o sujeito para construir o ato de se nomear.

Referências

DERRIDA, J. Freud et la scène de l’écriture. In: DERRIDA, J. **L’écriture et la différence**. Paris: Editions du Seuil, 1967.

FRAENKEL, B. **La signature**: genèse d’un signe. Paris: Gallimard, 1992.

LACAN, J. **La logique du fantasme**: séminaire inédit. Leçon du 15 février 1967.

LEBRETON, D. **Signes d’identité**: tatouages, piercings et autres marques corporelles. Paris: Métailié, 2002.

LESOURD, S. **Comment taire le sujet**: des discours aux parlottes libérales. Toulouse: Erès, 2006.

PIERCE C.S. **Ecrits sur le signe**. Paris: Seuil, 1978. (Footnotes)

O discurso midiático e o sujeito (feliz) na atualidade

Fernanda Lunkes

UFSB

Silmara Dela-Silva

UFF

Considerações iniciais

Este trabalho¹ parte de diferentes encontros. Para além daquele que possibilita mesmo os trabalhos em conjunto, e que, neste caso, é de natureza teórica e afetiva, temos aqui o encontro de dois projetos de pesquisa. De um lado, aquele que tem se dedicado a pensar o acontecimento jornalístico como uma prática discursiva. (DELA-SILVA, 2015).² De outro, o que se volta ao discurso sobre a felicidade e o ser feliz na atualidade. (LUNKES, 2014). Dois projetos que se encontram nesta proposta que tem como foco o sujeito e os discursos da/na mídia.

Partindo do lugar teórico da Análise do Discurso, que se desenvolve com base nas reflexões de Michel Pêcheux e do nosso entendimento sobre o acontecimento jornalístico, tratamos, mais

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada na mesa intitulada “O sujeito contemporâneo”, durante o VI Simpósio Grupo de Teoria do Discurso (GTDIS), realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em dezembro de 2015.

² Trata-se do projeto de pesquisa docente “Do acontecimento jornalístico às práticas discursivas: o sujeito da e na mídia”, desenvolvido com apoio da Faperj (bolsa Jovem Cientistas do Nosso Estado 2015-2017).

especificamente, do modo como o sujeito e suas práticas têm sido assim construídos na atualidade. Nesse movimento de se dizer sobre o sujeito, a questão da felicidade é quase presença obrigatória nos discursos da/na mídia. Por isso, refletimos acerca da representação atual da felicidade e do sujeito feliz. Sustentadas por tais reflexões, empreendemos um gesto de leitura sobre a felicidade no discurso jornalístico, retomando um *making of* de uma capa da revista *Época*, a partir de materialidade discursiva que circulou em um *blog* da Editoria de Arte dessa publicação.

O sujeito como um acontecimento jornalístico

Iniciamos o nosso percurso por meio de uma breve reflexão acerca do modo como, na atualidade, a mídia tem alçado o sujeito à condição de acontecimento jornalístico. Para isso, voltamo-nos a esta noção – de acontecimento jornalístico – da forma como o compreendemos em seu funcionamento discursivo.

De nossa perspectiva teórica, entendemos que as práticas jornalísticas são práticas discursivas, ou seja, são práticas de produção de sentidos para e por sujeitos (ORLANDI, 2001) e, desse modo, são determinadas por condições específicas de produção e circulação. Como nos diz Orlandi (2001, p. 21): “[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação”.

Enquanto prática de linguagem, as práticas jornalísticas também estão sujeitas a esse mesmo funcionamento de que nos fala Orlandi (2001). Por isso, ao falarmos em acontecimento jornalístico, não pressupomos uma relação imediata entre um fato – um acontecimento pontual, empírico – e o seu relato na mídia jornalística, mas o tomamos como “uma prática discursiva, uma vez que, ao ser formulado, ele promove gestos de interpretação que atualizam e retomam sentidos em curso, em um dado momento histórico”. (DELA-SILVA, 2015, p. 224).

Assim, entendemos o acontecimento jornalístico como sendo da mesma ordem do acontecimento histórico, de que nos fala Le Goff (1996). Trata-se, conforme o autor, de um acontecimento pontual como tantos outros, mas que alcança a condição de acontecimento histórico por ser “discursivizado” pelo historiador. Desse modo, é o gesto interpretativo do historiador que promove a distinção entre as inúmeras ocorrências na vida de um povo e aquelas que irão fazer parte do dizer sobre a história desse povo. Ou, como nos diz Paul Henry (2010 [1984], p. 47),³ “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências”, ao sustentar que a história consiste justamente “nesse fazer sentido”, ou seja, no gesto de interpretação que inscreve um acontecimento entre outros.

Do mesmo modo, entendemos que os acontecimentos jornalísticos também são engendrados, a partir da “discursivização” do jornalista, que recorta, dentre tantos fatos ou ocorrências pontuais, aquelas que ganharão as páginas de jornais, revistas e *sites* de notícias. Sustentamos, assim, que qualquer ocorrência somente ganha existência enquanto relato jornalístico “por intervenção de um sujeito, que fará a sua inscrição na linguagem e na história, possibilitando o gesto de interpretação que o inscreverá dentre os acontecimentos de uma época” (DELA-SILVA, 2015, p. 223), ou seja, torna-lo-á um acontecimento jornalístico.

Um modo de tornar mais visível essa dissociação entre um fato, enquanto ocorrência pontual, e os relatos que viabilizam os acontecimentos jornalísticos, é pensarmos nos inúmeros casos em que os dizeres que ganham ampla circulação na mídia efetivamente não se vinculam ao que comumente entendemos como uma ocorrência pontual, ou seja, algo que se sucede no mundo. É o caso daquelas que são conhecidas no jornalismo como pautas frias ou motivadas

³ Ao longo do texto, colocaremos entre parênteses a data da edição da obra que estamos consultando e, entre colchetes, faremos referência à data de sua primeira publicação.

por um gancho,⁴ nas quais podemos observar uma fragilidade ou mesmo uma inexistência de vínculo entre o relato jornalístico e um suposto fato que o teria motivado. As inúmeras reportagens que se dedicam a dizer sobre o sujeito na atualidade, colocando em destaque suas práticas, seus hábitos, seus comportamentos e que se serve vastamente do recurso às chamadas personagens – entrevistados trazidos para ilustrar as questões que são apresentadas sob o efeito da evidência do sentido nessas reportagens – apontam o modo como o acontecimento jornalístico, uma prática discursiva, está dissociado de um acontecimento enquanto fato, e sempre demanda um gesto de interpretação para ganhar existência.

Convém destacar também a associação que estabelecemos entre o acontecimento jornalístico e o discurso como acontecimento. Conforme Pêcheux (1990 [1983]), podemos localizar o discurso no ponto em que o dizer encontra o já-dito, produzindo efeitos de sentido. Dessa perspectiva, entendemos o acontecimento jornalístico ao lado do discurso como acontecimento, cujos sentidos se produzem sempre na relação entre a formulação e a constituição do dizer. (ORLANDI, 2001a).⁵

⁴ Partimos de uma diferenciação bastante comum nas práticas jornalísticas entre as pautas quentes e frias. São consideradas pautas quentes aquelas que geram notícias e/ou reportagens que ganharão prioridade de circulação, por atenderem aos critérios de ineditismo e impacto junto aos leitores. As matérias frias, por sua vez, são aquelas decorrentes de pautas que não demandam urgência na publicação, servindo, muitas vezes, para preencher espaço nas publicações em momentos de poucas pautas quentes. Para exemplificarmos, enquanto um acidente automobilístico com vítimas constitui uma pauta quente, que demanda urgência em sua circulação, um panorama sobre as novas relações familiares nos dias de hoje poderia ser publicado na seguinte semana ou em 15 dias, por exemplo, sem perder a sua atualidade. Em sua proposta de classificação das notícias, assim afirma Erbolato (1991, p. 77, *itálicos do autor*): “*Quentes* (ou *competitivas*) são as notícias que devem ser divulgadas imediatamente, da melhor forma possível. *Frias* (ou *não-competitivas* e também chamadas de *features*) são as que podem aguardar certo tempo até irem para as páginas dos jornais”.

⁵ Conforme Dela-Silva (2015), distinguimos, assim, o discurso como acontecimento da noção de acontecimento discursivo, trabalhada em Indursky (2008). Entendemos o acontecimento discursivo como um processo que instaura sentidos outros, promove ressignificações, por filiação a outras redes de sentido, como observamos em Indursky (2008), a partir de sua leitura de Pêcheux (1997 [1975]).

Dela-Silva (2015; 2015a) tem mostrado como o sujeito tem se tornado um acontecimento jornalístico na atualidade, o que se marca, por exemplo, nas capas das chamadas revistas semanais de informação, dedicadas a uma condição do sujeito, como: as mulheres no Brasil, o homem em seus papéis sociais, ou como são os jovens brasileiros. Nesses casos, temos um dizer sobre o sujeito em seus diferentes momentos e condições (mulher, homem, jovem), “um gesto de interpretação, que inscreve sentidos para o sujeito na atualidade” (DELA-SILVA, 2015, p. 229); temos práticas discursivas que parecem dizer ao sujeito o que é ser sujeito na atualidade.

Nesse movimento de se dizer do sujeito, o discurso sobre a felicidade tem ocupado espaço privilegiado na mídia. Assim, a felicidade e o sujeito feliz também são transformados em acontecimentos jornalísticos, como veremos na materialidade discursiva que aqui trazemos para análise, um discurso que somente pode ser pensado em relação a uma conjuntura sócio-histórica dada, ou seja, a partir de suas condições de produção.

Sujeito e felicidade na atualidade

É possível compreender uma tensa relação de forças nos discursos sobre felicidade. Isso porque, se, de um lado, há efeitos de sentidos construídos em torno desse afeto, como sendo da ordem de necessidade e urgência subjetivas, por outro, constroem-se sentidos que o colocam acessível a qualquer um, de acordo com atitudes aparentemente simples. Desse modo, se **ser** feliz é, no fio de algumas discursividades contemporâneas, relativamente fácil, o efeito de urgência sobre essa condição, ou seja, a necessidade que parece se impor para todos aqueles que querem/precisam ser felizes, funciona como contraponto, obscurecendo as tramas discursivas ávidas em colocar a felicidade como um *rébus* passível de ser decifrado, por meio de fórmulas, receitas, manuais e, sobretudo, pelo consumo, sendo este último o enfoque de problematização neste estudo.

Nossa tomada de posição em relacionar sentidos entre felicidade e enigma tem como base teórica os pressupostos de Freud. Embora na obra *O mal-estar na civilização* (1996 [1930]) Freud postule que a felicidade é um termo que resume a busca de todo sujeito, o autor

afirma também que se trata de um objetivo repleto de conflitos, já que o sujeito apenas pode vivenciar momentos de extrema satisfação à medida que os sofrimentos estejam ausentes. A felicidade, de acordo com o autor, é este raro momento de suspensão dos sofrimentos e de um intenso sentimento de prazer. Por essa razão, a felicidade para o autor coloca-se como uma “satisfação (de preferência, repentina)” e de natureza “episódica”. (FREUD 1996 [1930], p. 84). São os efeitos de surpresa e a não constância que produzem justamente os traços de intensidade de felicidade em oposição aos momentos de insatisfação, tristeza, raiva, entre outros afetos. Ainda de acordo com Freud, a continuidade de felicidade derivaria, por sua vez, para outro estado afetivo que, não necessariamente negativizado, desliza da ordem de “felicidade”. Mesmo sem condições de afirmarmos de que outro estado afetivo se trata, posto que se relaciona à história particular de cada sujeito, Freud aponta o fato de que já não seria mais um estado de felicidade.

Além das relações de contraste, que já tornam os momentos felizes complexos e – por que não dizer (?) – raros, há outros fatores que Peres (2010), comentando o texto de Freud, afirma impedirem um estado de felicidade constante e sem sofrimentos: 1) o corpo, 2) a natureza, e 3) os vínculos interpessoais. Esses fatores impossibilitam um estado constante de felicidade, já que, em todos eles, é impossível qualquer tentativa de controle por parte do sujeito.

A despeito de todas as impossibilidades para um constante estado de felicidade, conforme apresentado por Freud (1996 [1930]), é preciso considerar um modo de formulação que comparece fortemente na contemporaneidade, segundo o qual a noção de felicidade é estreitamente relacionada ao consumo.

Sobre esse modo de formulação, Mariani e Magalhães (2011) analisam o enunciado “eu quero ser feliz, eu não quero ter razão”, que circulou estampando camisetas nas praias de Maceió. De acordo com as autoras, esse enunciado permite analisar diferentes funcionamentos discursivos hegemônicos da formação social contemporânea. Para nossa empreitada, vale trazer que este modo de formulação coloca em relevo uma vontade de felicidade que exclui de antemão a racionalidade, produzindo uma rivalidade ideológico-

discursiva entre felicidade e razão. Há também que se abordar a ilusão do sujeito posta como evidente no enunciado: o controle de seus desejos e a relação construída entre querer e poder. Nessa perspectiva, basta que o sujeito queira ser feliz para que, de fato, o seja.

As autoras mostram que, nesse processo de subjetivação contemporânea, o sujeito se preocupa apenas consigo mesmo e com seu bem-estar, sendo a felicidade, portanto, uma dessas “metas”, para retomar Freud (1996 [1930]). Uma felicidade “sem culpas, sem pagar o preço da renúncia ao objeto de desejo, que é a condição de estar na civilização, na cultura [...]” (MARIANI; MAGALHÃES, 2011, p. 137). Trata-se de uma busca, portanto, sempre exposta às fissuras próprias da constituição do sujeito, aos processos de cada um em sua história particular.

Contudo, os discursos de mercado e o midiático funcionam de modo a obliterar essa falta, essa impossibilidade mesmo de constância de felicidade. Trata-se de um funcionamento que enlaça o sujeito, produzindo efeitos de identificação entre consumo e felicidade. De acordo com as autoras, o sujeito, ao se flagrar inevitavelmente em sua falta, encontra, na atualidade, um ponto de fuga, produzido também pelo funcionamento do discurso midiático, que permite a ele relançar-se a diferentes objetos de consumo, ou recorrendo ao uso de pílulas medicamentosas, considerados como portadores de um valor de felicidade. Uma relação que, por sua vez, não cessa de produzir falhas, o que obriga o sujeito a consumir sempre.

Os trabalhos que aqui apresentamos apontam para os contraditórios efeitos de sentido produzidos pelas práticas discursivas na atualidade, pois, considerando o exposto por Freud (1996 [1930]), a constituição do sujeito impede um estado puro e pleno de felicidade, enquanto o trabalho de Mariani e Magalhães (2011) aponta para algumas práticas discursivas que, na conjuntura social contemporânea, denunciam um movimento de consumo efetuado por um sujeito fortemente identificado à relação estabelecida entre o ato da compra/posse com a felicidade. Uma relação, que, afinal de contas, funciona como uma “equação linguística” (MARIANI, 1998), a partir da qual um resultado possível inscreve-se no imaginário do **sujeito feliz**, em uma produção material de evidências sobre essa expressão.

O discurso jornalístico, sobre o qual nos detemos no presente trabalho, inscreve-se fortemente nessa perspectiva de produção de sentidos acerca do sujeito feliz. Conforme afirmamos anteriormente, o discurso jornalístico vem formulando, também na produção de sentidos sobre felicidade, práticas discursivas que não deslocam sentidos, não produzem desidentificações, o que caracterizaria o acontecimento discursivo, conforme Indursky (2008), mas que giram em torno da produção de evidências do que significa ser um sujeito feliz na atualidade, produzindo acontecimentos jornalísticos.

Conforme estudo anterior (LUNKES, 2014), uma dessas evidências produzidas no discurso jornalístico ocorre na relação entre felicidade e uso de medicamentos. Se aquele estudo se dedicava, sobretudo, à análise dos discursos sobre depressão no discurso jornalístico de *Veja*, não foi possível prescindir de uma análise de discursividades sobre felicidade, já que esse afeto, no modo como vem sendo formulado e posto a circular, é o que também permite estabelecer relações de sentidos entre depressão e uso de medicamentos. Foi possível compreender que o acontecimento jornalístico era construído em torno do uso de antidepressivos, sem que houvesse um movimento discursivo de desestabilização dos sentidos de medicalização; era, ao contrário, uma prática discursiva de sustentação do repetível.

No *corpus* em análise, o tema selecionado para comparecer na edição de capa da revista *Época* e apresentado no *blog* “Faz caber” volta-se justamente aos antidepressivos, conforme apontaremos em nosso gesto de leitura.

Um gesto de leitura sobre felicidade no discurso jornalístico: o *making of* da capa da revista *Época*

Nosso gesto de leitura será empreendido a partir da análise do *making of*, presente no *blog* “Faz Caber”, da Editoria de Arte da revista *Época*. O *blog*, segundo os seus próprios idealizadores, apresenta-se como um “pioneiro espaço criado pela editoria de arte da revista *Época*, que propõe mostrar os bastidores da criação artística da revista, dicas sobre *design* gráfico, infografia e fotografia”. (BLOG FAZ CABER, 2014). De modo geral, o *blog* tem como proposta explicar

o processo de elaboração de capas das edições semanais da revista e também submetê-las à apreciação e votação dos leitores internautas, durante a semana de sua circulação.⁶

Esse *blog* instaura um gesto outro de organização e arquivamento, o qual difere de muitos espaços de publicações jornalísticas disponíveis na rede eletrônica, pois estes apresentam, em ordem cronológica, as capas de revistas e jornais que circularam em um dado período. No *blog*, por sua vez, estão disponíveis e arquivadas as capas das revistas que efetivamente circularam, comparadas a outras possíveis capas de *Época*, publicação que circula semanalmente em todo o País. No *blog*, acessado via espaço “Colunas e blogs”, disponível no *site* da revista, as postagens são costumeiramente apresentadas por títulos como: “Capa de *Época* desta semana” ou “Qual capa você escolheria?” e, mais recentemente, “Como foi feita a capa desta semana”.

A seguir, apresentamos as capas (Figura 1), acompanhadas do texto que apresenta as possíveis imagens de capa daquela edição de *Época*:

Figura 1 – Reprodução das possíveis capas de *Época* no *blog* “Faz Caber”



⁶ Uma análise do funcionamento do *blog* Faz Caber, em relação à interpretação no jornalismo, foi realizada por Dela-Silva (2015b).



Fonte: Reprodução das imagens disponíveis em: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/fazcaber/2008/03/01/capa-da-semana-35/>. Acesso em: 30 jan. 2017.

Esta semana começou com várias opções de capa. Mas a única que vingou foi esta sobre a polêmica dos antidepressivos. O problema foi que esta matéria só foi decidida na quarta-feira, e nós tivemos apenas dois dias para criar e produzir algumas idéias para a capa. A capa escolhida foi um tratamento na imagem em que a foto original é um pouco diferente. No photoshop nós aplicamos a lágrima e mudamos a cor da foto. Confira a capa ampliada e a foto original. Façam seus comentários. (MARQUES, 2008).

(Marcos Marques, diretor de arte do blog 'Faz Caber' – Design editorial, infografia, fotografia, ilustração e *webdesign*).

O *making of* coloca em questão algumas possibilidades de dizer e de mostrar sobre felicidade. No entanto, o gesto de seleção dos dizeres e das imagens para comporem a capa da edição aponta para um processo de silenciamento (ORLANDI, 2002), possibilitando um jogo entre evidenciar e calar a tristeza ou a felicidade, a partir dos processos de formulação e de composição. (LAGAZZI, 2009). Entendemos, como afirmado em trabalhos anteriores, que o discurso jornalístico funciona como uma instância “gestora de arquivos”. (DELA-SILVA; DIAS, 2015, p. 130). Vale, pois, retomar uma passagem deste mesmo estudo para assumir, também, a tomada de posição de que “[...] todo arquivo tem suas regras: alguns dizeres não podem ali se inscrever, sendo interditados de fazer parte dele”. (DELA-SILVA; DIAS, 2015, p. 131). Desse modo, buscamos compreender gestos de leitura que podem ser elaborados a partir das possíveis imagens de capa formuladas para a edição.

Partindo para à análise do que comparece nas capas possíveis, entendemos uma regularidade nos processos de composição de imagens que trabalham no deslizamento entre felicidade e tristeza. Vamos traçar brevemente um possível “programa de leitura”, conforme exposto por Pêcheux (2010 [1983]), construído em cada uma das imagens, cujo movimento de descrição e interpretação será feito da esquerda para a direita.

A primeira imagem de capa traz a cor azul ao fundo do enquadramento. Em primeiro plano, há um desenho no qual aparecem apenas os olhos e um imenso sorriso. Essa imagem faz uma retomada do personagem Mestre Gato, a partir da materialidade fílmica da clássica obra *Alice no País das Maravilhas*. Retoma-se, desse modo, uma memória discursiva em torno do que seja felicidade. A memória discursiva, de acordo com Pêcheux, é concebida como “[...] um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. (PÊCHEUX, 2010 [1983], p. 56).

Após situar o conceito de memória discursiva no campo da Análise do Discurso, refletimos sobre os efeitos produzidos a partir

desta mobilização. Na cena retomada pela imagem, o personagem dialoga com Alice acerca da decisão sobre o caminho a ser escolhido.⁷

Na sequência fílmica, o sorriso e os olhos do Mestre Gato destacam-se das demais partes do corpo para aparecerem sozinhos no enquadramento da tela. No entanto, há um traço do corpo discursivo (FERREIRA, 2011) que, no enquadramento da tela, comparece antes do restante do corpo. Trata-se do sorriso, traço que surge antes mesmo de se compreender que se trata do Gato Mestre e que, também, por sua vez, é o último a desaparecer da tela.

Analisando a materialidade linguística da capa, o único termo que podemos reconhecer na simulação é “felicidade”. Consideramos, em nosso gesto de leitura, que há um deslizamento nos efeitos produzidos pelo olhar do Mestre Gato enquanto **traço do imaginário** de um sujeito feliz, já que está mais fortemente filiado a sentidos de insanidade, até mesmo de loucura, do que a sentidos de felicidade. Gostaríamos, nesse sentido, de propor um gesto de leitura, a partir do qual pode-se filiar o olhar do Mestre Gato a uma felicidade plástica (LUNKES, 2014), resultante do uso de medicamentos.

A segunda capa traz a reprodução de uma caixa de Prozac, um medicamento lançado no fim da década de 1980 e que consideramos superar a definição de medicamento de uso terapêutico para um funcionamento enquanto objeto cultural. De acordo com Davallon (2010 [1983]), os objetos culturais formam um “conjunto de objetos concretos (livros, escritos, imagens, filmes, arquitetura, etc.) [incluímos os medicamentos], que resultam de uma produção formal e que são destinados a produzir um efeito simbólico”. (DAVALLON, 2010 [1983], p. 35). Esta é a tomada de posição de um trabalho anterior (LUNKES, 2014), já que o imaginário construído pela circulação do medicamento Prozac, em diferentes materialidades significantes, como músicas, charges, produções fílmicas, desenhos,

⁷ Vamos reproduzir aqui parte do diálogo que comparece na cena citada:

Alice: [...] *só queria saber que caminho tomar.*

Gato Mestre: *Isso depende do lugar aonde quer ir.*

Alice: *Ora, realmente não importa desde que eu...*

Gato Mestre: *Então não importa que caminho tomar.*

entre outras, aponta para um processo polissêmico de sentidos, em torno do medicamento na formação social contemporânea.

No processo de composição, a imagem do medicamento funciona como uma espécie de resposta à questão colocada no fio do discurso para compor a capa: “A tristeza é necessária?” Deste modo, compreende-se um efeito de complementaridade que, tal como exposto em Souza (2012), é bastante recorrente no discurso publicitário. Trata-se, a nosso ver, de uma filiação de sentidos do discurso jornalístico ao discurso de mercado, no qual a “medicalização” é uma prática discursiva hegemônica, resultante, sobretudo, do mal-estar contemporâneo. (EHRENBERG, 2010; KEHL, 2009).

A terceira capa tem a cor amarela como plano de fundo e traz em seu processo de composição o termo “felicidade” a partir do qual a letra “D” produz o efeito de sentido de sorriso. Nesse gesto aparentemente simples de articulação, entendemos haver uma das mais fortes articulações de sentido entre felicidade e corpo discursivo: o sorriso.

A quarta capa traz a imagem de um sorriso com largos contornos e cujo preenchimento, ao invés de dentes e língua, é feito com pílulas medicamentosas. Na composição entre as materialidades imagética e verbal, há uma forte administração de sentidos que aponta para as causas e as possibilidades de se sorrir, a partir daquilo que preenche o sorriso: o medicamento.

A quinta e a sexta capas trazem no processo de textualização o seguinte enunciado: “O poder da tristeza”. Nelas, opera-se um processo de composição imagética a partir da qual **os traços do imaginário** do sujeito deprimido (LUNKES, 2014) inscrevem-se em sentidos de tristeza e até mesmo depressão, considerando o deslizamento metonímico entre esses afetos nas práticas discursivas contemporâneas. Nas imagens, o corpo inscreve alguns dos traços do imaginário do sujeito deprimido, por meio da lágrima e da ausência de sorriso. Vale esclarecer que a última capa disposta no *making of* foi a escolhida para compor a 35ª edição da revista *Época*.

Na sexta capa, no subtítulo da manchete, lê-se: “Novas pesquisas questionam o uso de antidepressivos e revelam que a infelicidade também pode ser boa para você”. Esse processo de formulação mobiliza, no uso do advérbio “também”, um pré-construído (PÊCHEUX, 1997 [1975]) em torno da inutilidade da tristeza e dos momentos de infelicidade. Para inscrever uma formulação cujo efeito de sentido poderia ser considerado um gesto de ruptura das discursividades de injunção à felicidade, as capas produzem a inscrição de uma memória discursiva segundo a qual somente a felicidade é válida, importante ou, retomando práticas discursivas do discurso de mercado, útil e produtiva.

Há também que se apontar para um efeito de equivocidade produzido nessa sexta capa. Trata-se de uma imagem que, mesmo com a ausência de sorriso, pode produzir efeitos outros, como, por exemplo, ser um registro imagético sobre um momento de bem-estar ou de felicidade. É o contorno nos lábios, sobretudo, que produz uma opacidade e impede um fechamento de sentidos em torno do afeto que está em jogo na imagem. Desse modo, pode tanto representar um estado de calma, de paz, podendo deslizar para a felicidade, assim como um estado de tristeza, corroborado pelo uso da lágrima. Conforme afirmado pelo diretor de arte, Marcos Marques, em sua postagem de apresentação do *making of* das capas, a lágrima foi um recurso acrescentado posteriormente à imagem para produzir um efeito de tristeza.

Prosseguindo em nossos gestos de leitura, podemos compreender que os processos de composição mobilizam diferentes efeitos de sentidos. O corpo discursivo inscreve o repetível, no que se refere aos **traços do imaginário** do sujeito deprimido: lágrima e ausência de sorriso. E o corpo é, também, o lugar privilegiado para a reinscrição de práticas discursivas que tomamos como traços do imaginário do sujeito feliz na atualidade: o sorriso, que pode ser considerado como um forte traço do imaginário para esta sustentação de sentidos. O medicamento, por sua vez, atravessa os dizeres sobre tristeza e felicidade, funcionando como aquilo que possibilita tanto a felicidade como a tristeza, a partir de diferentes direções de sentidos, quais sejam, a necessidade ou não de seu uso. Além do mais – o que

consideramos relevante nesta análise: compreendemos que o medicamento supera o movimento de atravessamento para compor, ele mesmo, um eixo próprio. É a segunda capa analisada, sobretudo, que nos dá condições de produzir este gesto de leitura, além de outras capas, pelo modo como são formulados os dizeres e as imagens no discurso de *Época*, acerca do medicamento.

Com base no que apresentamos, estabelecemos um conjunto geral dos sentidos produzidos a partir das opções para compor a capa de *Época*, no qual reunimos diferentes “sítios de significação”. (ORLANDI, 2007). Conforme Orlandi (2007), podemos afirmar que os sítios de significação resultam de uma relação entre aquilo que é formulado pelo sujeito-autor com a memória discursiva. Os sítios de significação são elementos que funcionam para o sujeito, na dupla ilusão, a saber, enquanto origem de dizer e na completude constituinte dos sentidos produzidos pelo sujeito na função-autor. É importante destacar que, ainda de acordo com a autora, este exterior não atua de modo a permitir que quaisquer sentidos sejam produzidos: há uma administração, uma necessidade de regência na construção dos sentidos, na relação estabelecida com a exterioridade, ou seja, com os aspectos histórico-ideológicos, com a memória discursiva.

Diante do exposto, formulamos o Quadro 1, no qual apresentamos os três eixos discursivos de sustentação, designados como felicidade, tristeza e medicamento, e os sítios de significação que depreendemos em cada um desses eixos:

Quadro 1 – Os sítios de significação em funcionamento no *corpus* de análise

	Felicidade	Tristeza	Medicamento
Sítios de significação	Corpo discursivo: Sorriso	Corpo discursivo: Lágrima	Corpo discursivo: Sorriso
	Medicamento (para alcançar um estado de felicidade)	Medicamento (para evitar a tristeza)	Inutilidade da tristeza

Fonte: Elaboração das autoras.

Como vemos, em nosso gesto de leitura, apontamos para um rodeio discursivo no qual o medicamento comparece nos processos de formulação com diferentes objetivos, seja para atingir um estado de felicidade, seja para evitar que haja um quadro de infelicidade, tristeza ou depressão. A materialidade do corpo discursivo é inscrita de modo a comprovar o já-dito. Assim, sorriso e lágrima são traços que reafirmam um já sabido: quem está triste, chora; quem está feliz, sorri. O medicamento, nesse processo, funciona como o que torna possível conseguir o sorriso e evitar o choro.

Retomando uma noção construída em trabalho anterior, gostaríamos aqui de enfatizar o político na imagem (LUNKES, 2014) do discurso jornalístico de *Época*. Situando o político como noção que permite considerar a divisão dos sentidos, ou seja, as diferentes formas de injunção para uma administração dos sentidos nos discursos circulantes em uma dada conjuntura social, entendemos que os processos de composição entre as materialidades imagética e verbal das capas produzem determinadas direções de sentidos, sendo o medicamento que comparece como elemento engendrador, ou mesmo triunfante, nesta produção de evidências. Na retomada de já ditos sobre felicidade e tristeza, há uma regularidade na filiação do discurso jornalístico ao discurso de mercado para falar sobre o medicamento.

Desse modo, no político da imagem das capas de *Época*, o sujeito feliz na atualidade é aquele cujo corpo discursivo inscreve-se nos efeitos de alegria, pelo sorriso, na ausência dos traços que possam comprometer o imaginário de felicidade, ainda que para isso seja necessário ou até mesmo indispensável o uso de medicamentos.

Considerações finais

Da perspectiva da Análise do Discurso, a ideologia é um ritual sujeito à falha, ao equívoco, ao deslize. (PÊCHEUX, 1997 [1975]). Os sentidos cristalizados não só podem, no enlace entre estrutura e acontecimento, engendrar-se a novas cadeias de significação, inscrever-se em novos rituais enunciativos, conforme apresentado em Pêcheux (1990 [1983]), mas também podem retomar

prioritariamente sentidos já-ditos. O acontecimento jornalístico funciona justamente como uma prática discursiva que atualiza e, ao mesmo tempo, retoma sentidos em curso, em uma dada conjuntura sócio-histórica. (DELA-SILVA, 2015). Trata-se de um processo que, articulando diferentes estudos formulados anteriormente (DELA-SILVA, 2015; LUNKES, 2014), permite apontar que o político das imagens em análise inscreve-se ao acontecimento jornalístico hegemônico na contemporaneidade acerca de felicidade, de tristeza e de uso de medicamentos, e que, de algum modo, diz ao sujeito sobre a sua condição atual.

Em nossas análises, vimos que alguns vestígios discursivo, que poderiam indicar um deslize, produzem-se quando há o comparecimento de um discurso que coloca a tristeza como causa, mas não sem uma forte ressonância do pré-construído sobre felicidade, o que, para nós, pode funcionar também como um processo de silenciamento (ORLANDI, 2002) da tristeza, mesmo que esta compareça no fio do discurso. Assim, trata-se, sobretudo, de um jogo no qual os processos de textualização e de composição imagéticos, postos a circular pelo e no discurso jornalístico, reafirmam o mesmo, inscrevem o repetível acerca do sujeito na atualidade: que ele pode e deve ser feliz; que o sujeito será feliz se utilizar medicamento (sobretudo antidepressivos, mas devemos considerar os deslizamentos para tranquilizantes e ansiolíticos); que o medicamento é uma via possível ou necessária para se evitar a tristeza.

Referências

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? *In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória.*** Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2010 [1983]. p. 23-38.

DELA-SILVA, S. (Des)Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. *In: FLORES, G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. (org.). **Análise de discurso em rede:*** cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015. p. 231-232.

DELA-SILVA, S. **Das imagens no discurso:** a mídia e as representações do sujeito hoje. Apresentação oral durante a 3ª JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso e 2º EID – Encontro Internacional de Imagem em Discurso, realizados em março de 2015a, na UEM, em Maringá-PR.

DELA-SILVA, S. Mídia, arquivo, rede eletrônica e o (não)lugar da interpretação no jornalismo. *In: DE NARDI, F.S.; POSTAL, R. (org.). **Memória, história, arquivo:*** fronteiras e intersecções. Recife: UFPE, 2015b. p. 140-156. v. 2.

DELA-SILVA, S.; DIAS, J. P. Felicidade, um arquivo. Sobre a noção de arquivo e o seu funcionamento no discurso da/na mídia. *In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. (org.). **Análise do discurso:*** dos fundamentos aos desdobramentos: 30 anos de Michel Pêcheux. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p.123-136.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance:** da aventura empreendedora à depressão nervosa. Organização e tradução Pedro Bendassoli. Aparecida: Idéias & Letras, 2010.

ERBOLATO, M.L. **Técnicas de codificação em jornalismo:** redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FERREIRA, M. C. L. Discurso, arquivo e corpo. *In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA SILVA, S. (org.). **Discurso, arquivo e...*** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 174-183.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. *In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud:*** edição standard brasileira. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Comentários e notas de James Strachey. Colaboração de Anna Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996[1930]. p. 67-148.

HENRY, P. A história não existe? *In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura:*** da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010 [1984]. p. 23-48.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. *In*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília. **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. (Coleção Ensaios – PPG-Letras UFRGS, n. 22).

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo da memória. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L.; MITTMANN, Solange. **O discurso na contemporaneidade**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 65-78.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LUNKES, F.L. **O discurso sobre depressão na revista Veja em materialidades verbais e não-verbais: o triunfo dos efeitos de sentidos de medicalização**. 2014. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MARIANI, B.; MAGALHÃES, Belmira. Eu quero ser feliz: O sujeito, seus desejos e a ideologia. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 125-141.

MARQUES, M. Capa da semana. **Blog Faz Caber**. 1º mar. 2008. Disponível em: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/fazcaber/2008/03/01/capa-da-semana-35/>. Acesso em: 1º nov. 2015.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2002.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001b.

ORLANDI, E. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001a.

PÊCHEUX, M. [1983]. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* [1983]. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2010. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. [1983]. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PERES, U. T. **Depressão e melancolia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

SOUZA, T. C. O papel da imagem na constituição da memória. *In*: SILVA, T.; SOUZA, T. C.; AGUSTINI, C. (org.). **Imagens na comunicação e discurso**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2012. p. 49-71.

O sujeito da contemporaneidade: espaço, dor e desalento¹

Joel Birman
UERJ/UFRJ

I. Considerando assim o tema que foi inicialmente proposto, **O sujeito na contemporaneidade**, lançado que foi como uma das questões centrais no Colóquio Sobre a Teoria do Discurso, a minha proposição é a de realizar o recorte de uma problemática que está naquele presente, de forma a colocar então em destaque a questão da arrogância. Apresentarei nesta conferência, portanto, uma leitura que poderia se intitular “Genealogia da arrogância”.

Este é um tema bastante atual, de forma que podemos dizer, sem pestanejar, que vivemos hoje numa sociedade marcadamente arrogante. Esse é o diagnóstico preliminar e a proposição inicial desta conferência, de maneira que a minha tentativa aqui será a de empreender uma genealogia esquemática da problemática da arrogância, e o que isso implica na teoria do discurso.

Existe certamente um discurso sobre a arrogância, enunciado hoje numa perspectiva interdisciplinar, que vai nortear esta conferência para pensar a existência de certa compatibilidade e até mesmo a convergência discursiva, que encontramos na

¹ Antes de mais nada, agradeço aos organizadores desse Seminário sobre Teoria do Discurso, particularmente à Bethania Mariani, que falou comigo várias vezes para acordarmos esse dia e essa data como possibilidade comum. Em seguida, este texto é o resultado da transcrição da conferência pronunciada, com as devidas correções e o acréscimo no final do texto da bibliografia citada ao longo da conferência.

contemporaneidade, no que concerne especificamente à relação entre a questão da arrogância e a do sujeito, entre os discursos da psicanálise e os discursos das ciências sociais. Vale dizer, existe a surpreendente convergência de leituras, oriundas daquelas diferentes disciplinas, e que se sobrepõem tanto na questão do sujeito quanto na da arrogância.

Assim, como dito inicialmente, a arrogância é uma problemática da atualidade. Participei recentemente de um Colóquio Internacional em Paris, de caráter estritamente interdisciplinar, cujo tema era exatamente esse. O mais interessante no que tange à questão da arrogância é o fato de que ela é uma experiência contemporânea, mas que se transformou radicalmente nas suas coordenadas, na medida em que, se desde o século XIX o qualificativo de **arrogância** tinha um caráter marcadamente pejorativo, ela transformou-se hoje, em contrapartida, numa experiência completamente naturalizada. Vale dizer, as pessoas são hoje arrogantes sem qualquer traço de culpa e tampouco de vergonha. Enfim, existe na atualidade a naturalização da arrogância e, além disso, a arrogância como problema é invariante está sempre subjacente numa série de práticas sociais contemporâneas, tão presentes, que às vezes nem as percebemos.

Um exemplo tangível disso é a questão da **corrupção** que, enquanto temática disseminada na contemporaneidade, está intimamente ligada à arrogância. É a arrogância dos agentes sociais, empresariais e políticos, o que faculta a esses a possibilidade de poderem realizar práticas de corrupção de maneira indiscriminada, como ocorre hoje em dia não só no Brasil, mas em escala internacional. No Brasil, tais práticas assumem evidentemente características barrocas, no campo da sociedade política, pois, na nossa tradição, as práticas de arrogância modelam-se num estilo marcadamente barroco.

Além disso, se nos deslocarmos do nível da sociedade política para o nível da sociedade civil, a arrogância expande-se em todos os setores da sociedade civil, de forma que a corrupção inscreve-se e declina-se no campo desta. Mesmo nos campos intelectual e universitário, onde deveria existir o reconhecimento e mesmo o

respeito pela sacralidade do saber, ocorre esta conjunção entre arrogância e corrupção.

Em relação a isso, é preciso evocar, como exemplo paradigmático, as bancas de concursos universitários – vocês sabem disso tanto quanto eu, pois vocês todos são universitários –, nas quais os processos de seleção, de reprovação e de aprovação de candidatos nos concursos são frequentemente manipulados por atos de arrogância dos componentes da banca dos concursos. Em algumas universidades brasileiras, estipula-se hoje uma regra que não permite haver um professor na banca que avalie alguém a quem orientou em mestrados e doutorados, para evitar esse tipo de prática de corrupção e de arrogância. Entretanto, isso é apenas um signo, dentre outros, de uma prática arrogante corriqueira dos professores universitários de quererem aprovar os seus discípulos, custe o que custar, para enaltecerem-se e ocuparem lugares estratégicos no campo universitário e, assim, empreenderem as suas “guerras de posição”, para evocar um conceito importante da filosofia política de Gramsci.

Portanto, a arrogância como forma de ser do sujeito está assim certamente instalada na contemporaneidade como prática naturalizada, tanto no registro da sociedade política quanto no registro da sociedade civil; é então um problema já francamente instituído e que se articula intimamente com a questão da corrupção. O reconhecimento dessa banalidade é a condição preliminar do desenvolvimento teórico que vou realizar no quadro desta conferência.

II. Assim, para circunscrever esta problemática, a pergunta inicial que se coloca é a seguinte: O que se entende efetivamente como arrogância?

Para respondermos a isso de forma, ao mesmo tempo, pertinente e consistente, é preciso examinar previamente o verbete sobre a arrogância em dicionários etimológicos, não somente em Língua Portuguesa, mas em Língua Francesa e em Língua Inglesa, nos quais encontramos a mesma compreensão semântica e etimológica da palavra arrogância.

O que se enuncia nesse verbete? Assim, a arrogância é uma palavra propriamente moderna que se constituiu nos séculos XV e XVI, ao lado da figura do arrogante, e significa basicamente – o que é comum a todos os dicionários –, o fato de um sujeito arrogar-se de um direito de sentir-se superior, melhor, e de submeter outro sujeito. O que está presente fundamentalmente na experiência da arrogância é a constituição de um campo de forças assimétrico e hierárquico entre dois indivíduos, de modo que, de um lado, um deles acredita ser superior e melhor do que o outro, e, por outro lado, o primeiro pode destituir o segundo da sua condição de maioridade.

Desta maneira, é preciso enunciar e sublinhar devidamente que o ato arrogante é um ato de destituição de direitos, por mais surpreendente que isso possa parecer para nós na atualidade, uma vez que convivemos numa ordem social que naturalizou a arrogância. Vale dizer, o sujeito arrogante – e é preciso destacar que encontramos essa mesma recorrência em diferentes dicionários etimológicos – é aquele que funciona como alguém que toma inquestionavelmente do outro a maioridade jurídica, sem deter sobre ele, em contrapartida, aquilo que se denomina de *pater* poder.

Portanto, no estabelecimento dessa relação hierárquica e assimétrica entre dois indivíduos, ocorre uma efetiva destituição de direitos. Além disso, impõe-se um ato de submissão do primeiro pelo segundo, de tal modo que esse sujeito é, assim, destituído de sua maioridade existencial e jurídica, sem deter qualquer poder simbólico para poder fazer isso. Cabe ressaltar que não se trata de relação de um adulto e de uma criança, isto é, entre um pai e um filho, mas da relação estabelecida entre dois adultos.

Esse é o ponto central que encontramos repetidamente em diferentes referências etimológicas, considerando que a arrogância é uma experiência de ordem fundamentalmente moral, além de jurídica. O que está presente na arrogância é uma experiência de ordem ética, o que implica certamente um desdobramento político e jurídico, de modo que algo da ordem da suspensão de direitos acontece efetivamente nessa relação. Em vista disso, o que está em pauta na arrogância é uma experiência moral e existencial ao mesmo tempo em que tem desdobramentos políticos e jurídicos tangíveis.

A hipótese fundamental a ser levantada aqui, para que possamos analisar devidamente o que está presente na leitura semântica da palavra “arrogância” e da correlata figura do arrogante, é que a arrogância é, em princípio, um conceito que se constituiu somente na modernidade.

Antes da modernidade, não existia a palavra “arrogância” e a experiência da arrogância era, então, certamente inexistente, pois, numa ordem política marcada pela naturalização da hierarquia, a arrogância não se constituía como um problema propriamente dito. Contudo, se foi somente na modernidade que a palavra e a experiência da arrogância constituíram-se no horizonte histórico, social e cultural, isso implica dizer que foi apenas na modernidade que a arrogância enuncia-se como um ato e uma experiência caracterizada propriamente como negativa. Dito de outro modo, a arrogância, como um ato inaceitável de soberba, na emergência da modernidade, como se sabe, colocou em questão frontalmente o problema da hierarquia e, conseqüentemente, passou a ser considerada como um ato e uma forma de ser negativamente configurada.

O ponto básico a ser evidenciado, no que concerne a isso é que, numa ordem político-hierárquica, como a pré-moderna, onde existia o *mestre* e o *súdito* na hierarquia natural dos seres estabelecida na ordem do Cosmos, não fazia qualquer sentido falar em arrogância. Ser *mestre* e ser *súdito* delineava lugares naturais configurados pela posição hierárquica dos seres no Cosmos, para falar de uma maneira que evoque os conceitos da física de Aristóteles. O que significa dizer que o problema da arrogância não se colocava, de fato e de direito. Desse modo, a arrogância vai constituir-se e colocar-se como problema exatamente no contexto político em que se configura uma nova ordem social, na qual a questão da hierarquia passou a ser progressivamente desconstruída, e o imperativo correlato da igualdade foi estabelecido, como ocorreu efetivamente na sociedade moderna.

III. Assim, para entendermos algumas dessas coordenadas presentes na configuração da sociedade moderna, que é considerada basicamente anti-hierárquica, o ponto de partida histórico desta

transformação crucial foram, certamente, as Revoluções Francesa e Americana, inauguradoras inofismáveis da modernidade nos campos social e político. No entanto, é preciso evocar ainda que diferentes discursos teóricos problematizaram esta transformação, colocando em evidência diferentes problemas, nos quais estes não são excludentes, mas convergentes e até mesmo complementares.

Considerando inicialmente a leitura antropológica de Louis Dumont, que realizou diversos estudos importantes sobre este tema, tanto na obra intitulada *Homo hierarquicus* como nos *Ensaio sobre o individualismo moderno*, o que caracterizou a emergência da modernidade foi a constituição do campo do individualismo, que se norteou pelo enunciado da categoria de *indivíduo-valor*. É preciso considerar, no que tange a isso, que a categoria do indivíduo-valor é fundamentalmente diferente da categoria do indivíduo considerado como realidade empírica.

Com efeito, é preciso destacar que o indivíduo, enquanto realidade empírica, é algo que historicamente sempre existiu nas sociedades pré-modernas, ordenadas de forma hierárquica, nas quais o indivíduo estaria subsumido a uma ordem coletiva maior, que regularia a constituição do sujeito. Em contrapartida, o que caracterizou a emergência da modernidade foi a perda progressiva dessa regulação hierárquica, de modo que o indivíduo-valor pode expandir-se e constituiu-se efetivamente como possibilidade antropológica. Por isso mesmo, ainda segundo leitura de Dumont, encontramos a referência comum, tanto em relação à constituição francesa quanto em relação à americana, decorrente das suas respectivas Revoluções, de que o fundamento básico da sociedade moderna seria a figura do indivíduo-valor. Nesta perspectiva, seria esta figura o átomo constitutivo da ordem social propriamente moderna, caracterizada pelos ideais de igualdade, fraternidade e liberdade.

Se o indivíduo-valor seria o átomo constitutivo da sociedade moderna, a hierarquia, quando se enuncia e tenta apresentar-se, faz a sua emergência no campo das relações sociais, sob a forma do fantasma e das práticas da arrogância, isto é, numa tentativa de reinstaurar a ordem pré-moderna. Seria exatamente por isso que, com

a emergência da modernidade, a figura da arrogância passou a ser essencialmente considerada de forma negativa e eticamente inaceitável, porque ela representaria o retorno, nos registros do imaginário e da ideologia, da ordem pré-moderna.

Além disso, segundo Dumont, é pela constituição da categoria do indivíduo-valor que devem ser também pensadas tanto a constituição da sociedade política quanto a da sociedade civil, assim como a própria constituição do mercado, no estrito sentido liberal do termo. O mercado seria, assim, composto de agentes econômicos que são indivíduos-valor. Desse modo, a modernidade tem a marca indiscutível do liberalismo, nos registros complementares da sociedade civil, da sociedade política e do mercado.

Se nos deslocarmos desta configuração antropológica inicial, enunciada por Dumont, sobre o registro da filosofia política, para caracterizar a sociedade moderna como marcadamente anti-hierárquica, dos pontos de vista moral e político, consideremos o *Ensaio sobre o político* do filósofo francês Claude Lefort (1985), que nos oferece indicações teóricas muito interessantes sobre isso.

Assim, Lefort formulou que a sociedade moderna seria caracterizada inequivocamente pela queda vertiginosa da figura do soberano, uma queda do registro vertical e hierárquico, que organizava as sociedades pré-modernas, em direção ao registro horizontal das relações sociais, de forma que os indivíduos foram assim lançados na horizontalidade tangível da condição do cidadão.

Nesta perspectiva, a ordem política moderna seria caracterizada, não mais pela concepção da unidade soberana na sua verticalidade, mas, em contrapartida, pela multiplicidade de laços sociais estabelecidos entre os indivíduos como cidadãos. Contudo, não obstante a nova configuração horizontal, a figura da soberania que foi deslocada de sua centralidade permaneceu como uma sombra permanente, como um fantasma presente no imaginário social e que permeia sempre este como uma ameaça permanente no espaço social moderno.

Portanto, inscrevemo-nos na modernidade como indivíduos numa sociedade constituída por laços sociais múltiplos, que

denominamos de sociedade democrática e republicana, mas, que, ao mesmo tempo, pela própria dificuldade em gerir esta multiplicidade de laços sociais e das relações intersubjetivas que lhes seriam correlatas, a presença do fantasma do retorno da verticalidade está permanentemente nos assediando, de forma imperativa. Com efeito, o que Lefort denomina de *sociedade totalitária* seria a restauração efetiva sociedade verticalizada, com o retorno virtual às coordenadas presentes na ordem pré-moderna. Contudo, mesmo que a restauração concreta da verticalidade não ocorra de fato, existe no imaginário coletivo a tentação do restabelecimento da unidade soberana vertical, diante dos impasses permanentes que ocorrem em gerir e estabelecer múltiplos laços sociais no plano da horizontalidade.

Como é conhecido de todos, ocorreram na primeira metade do século XX várias tentativas de restauração da unidade soberana e vertical pré-moderna, pretendendo restabelecer a antiga soberania absoluta, seja pelo nazismo, seja pelo fascismo, seja pelo stalinismo. Enfim, foram três soluções totalitárias que se constituíram a partir do fantasma da restauração da verticalidade, em decorrência das dificuldades sociais reais dos cidadãos, na gestão da multiplicidade de laços sociais, que está permanentemente presente no espaço social da modernidade.

Marcel Gauchet, autor francês também inscrito no campo da filosofia política, enunciou de forma eloquente que o fascismo, o nazismo e o stalinismo seriam as religiões seculares da modernidade. Esta é uma interpretação muito interessante e instigante, pois evidencia que tais regimes totalitários têm uma auréola moral e religiosa que os caracteriza, por um lado, assim como destaca a construção eminentemente teológico-política da unidade soberana e vertical pré-moderna, pelo outro.

Se nos deslocarmos agora do registro estrito da filosofia política para o discurso da filosofia da ética, mas que estabelece articulações fundamentais com a filosofia política, podemos retomar o ensaio de Foucault intitulado *Prefácio à Transgressão* (1963), que, publicado originalmente na revista *Critique*, foi a apresentação para a edição francesa das obras completas de George Bataille. Desta maneira,

Foucault enfatizou que a inflexão ética constitutiva da modernidade foi caracterizada pelo que denominou de *experiência da transgressão*.

Foucault pretendeu dizer com isso, retomando o aforisma do Nietzsche – Deus está morto –, como pressuposto do arcabouço ético da modernidade, pois, nesta condição ética e política inédita, estaríamos lançados num novo mundo, caracterizado por um horizonte completamente aberto, onde não existiria mais qualquer interdito que nos diga o que é certo e o que é errado, de forma absoluta. Vale dizer, na modernidade podemos fazer, em princípio, o que quisermos, sem que nada nos proíba disso de forma imperativa. Com efeito, não existiria mais a Lei, ao mesmo tempo simbólica e teológica, que nos interditasse de fazer qualquer coisa. Enfim, foi nesse sentido específico que Foucault formulou a tese aparentemente surpreendente, a saber, que aquilo que caracterizaria a experiência moderna seria efetivamente a transgressão.

Entretanto, a categoria de transgressão para Foucault deve ser entendida num sentido bem-específico. Assim, a transgressão não seria a tentativa de usurpar e desvirtuar uma lei que estaria instituída, porque a Lei maior (simbólica e teológica) já teria efetivamente sido silenciada com a morte de Deus. Nesta perspectiva, a transgressão seria assim a experiência crucial dos sujeitos modernos diante do vazio deixado pela suspensão e pelo silêncio da Lei simbólica e teológica, que lhes proibia de fazer o que quer que fosse, de forma sempre absoluta. Enfim, a experiência moderna da transgressão não seria o ato do sujeito em transgredir uma pequena lei existente, mas a consequência inevitável do sujeito ter diante de si o mundo inteiramente aberto, onde ele pode fazer o que quiser e bem entender, porque não existe mais, do ponto de vista absoluto, nenhuma Lei que o proíba de realizar o que queira.

A decorrência disso é que o sujeito moderno seria tomado por uma vertigem, em consequência de uma expansão infinita de si, justamente porque o sujeito em questão não se encontra jamais confrontado com uma Lei que o interdite, como existia nas sociedades pré-modernas. Por isso mesmo, na passagem do século XIX para o século XX, o escritor russo Dostoiévsky, leitor de Nietzsche, enunciou

por um de seus personagens, numa célebre passagem de *Os irmãos Karamazov* que, se Deus está morto, tudo seria então possível. Desse modo, foi a retomada incisiva desta formulação fundamental que Foucault articulou com a experiência da transgressão, como marca ética do sujeito na modernidade, inclusive sustentando que dita transgressão seria uma das condições de possibilidade para a constituição do discurso da Literatura, na virada do século XVIII para o século XIX, pela autonomização do registro das palavras do registro das coisas e a constituição correlata da linguagem ao infinito.

Evidentemente, essa leitura de Foucault sobre a transgressão, do ponto de vista ético e político, na caracterização do sujeito moderno, seria aquilo que permitiria interpretar a constituição da sociedade disciplinar, a qual estaria centrada na norma e não mais na Lei, isto é, nas práticas de normalização, como sendo aquilo que iria regular os laços sociais no vazio deixado pela Lei. Nesse sentido, diante da queda da Lei, organizou-se a sociedade moderna centrada nas práticas de normalização, tal como Foucault sustentou posteriormente, em 1974, na obra *Vigiar e punir*, quando inaugurou decididamente a genealogia do poder. Portanto, seria pela mediação dos discursos das ciências humanas, que constituiriam os dispositivos de poder, que as práticas disciplinares de normalização realizar-se-iam de forma decisiva. Enfim, Foucault retomou e promoveu aqui uma inflexão crucial da formulação que empreendeu anteriormente no livro *Nascimento da clínica*, segundo o qual o discurso da medicina seria o paradigma epistemológico e antropológico do campo das ciências humanas, que delineariam assim os dispositivos disciplinares de normalização.

Freud, no *Mal-estar na civilização* (1930)² e em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921)³, formulara que o mal-estar na modernidade seria causado pela ausência de um norteador ético, produzido no espaço social da modernidade, a saber, a impossibilidade existente entre os sujeitos de suportar o convívio com as diferenças. Vale dizer, se estamos inscritos numa ordem social

² Obra referenciada no título em frances Freud (1971).

³ Obra referenciada no título em frances Freud (1981).

constituída por indivíduos marcados formalmente pela igualdade, esta condição promove a disseminação ampla, geral e irrestrita da violência, decorrente daquilo que Freud denominou de narcisismo das pequenas diferenças.

No entanto, a experiência do narcisismo das pequenas diferenças não se restringe ao registro do indivíduo, mas pode ser igualmente realizada em registros dos grupos, dos segmentos e das classes sociais, uma vez que, em todas estas escalas sociais de grandeza, os sujeitos não suportam que existam outros indivíduos, grupos, segmentos e classes sociais que tenham formas de ser e experiências éticas diferentes das suas. Portanto, o narcisismo das pequenas diferenças seria aquilo que explicaria, para Freud, não só o mal-estar presente no interior das sociedades modernas, pelos confrontos individuais e coletivos em várias escalas de grandeza, mas também os confrontos políticos e bélicos entre as diversas nações.

Nesta perspectiva, o narcisismo das pequenas diferenças evidenciaria a constituição da experiência da arrogância, em diferentes níveis de organização social, na medida em que, na impossibilidade de aceitação e de reconhecimento da diferença, a figura do diferente poderia transformar-se nas figuras do adversário e do inimigo, e, como tais, deveriam ser decididamente eliminadas. Com efeito, a impossibilidade de aceitação/reconhecimento da diferença promove a restauração da hierarquia e das relações de poder entre indivíduos, grupos, segmentos e classes sociais, que constituiriam as coordenadas de base para a experiência da arrogância, como enunciei no início desta conferência. Enfim, seria pela mediação do narcisismo das pequenas diferenças, assim como da arrogância, como sua forma primordial de subjetivação, que se promove a produção e a disseminação da violência nas sociedades modernas e contemporâneas.

Evoquei esquematicamente cinco leituras teóricas diferentes para interpretar a constituição da modernidade e dos seus impasses, no registro social, ético, político e inconsciente, oriundas dos discursos da antropologia social, da filosofia política, da arqueologia do saber, da genealogia do poder e da psicanálise, formulados por Dumont, Lefort, Foucault e Freud, respectivamente. Em todas estas leituras

colocou-se em evidência que a modernidadese caracterizaria pela crítica incisiva da hierarquia, a qual teria consequências e efeitos decisivos nos processos de subjetivação. Em decorrência disso, a arrogância, enquanto marca insofismável da hierarquia, transformou-se num alvo crítico importante, passando a ter valoração negativa, do ponto de vista ético e político.

IV. Além disso, é preciso ressaltar que aquilo que a modernidade realizou mediante a criticada arrogância, através da habilidade de julgar sistemática da hierarquia, foi retomar uma antiga solução criada na tradição do Cristianismo, quando a Igreja católica instituiu a interdição para quem pretendesse atingir a condição de perfeição. Em *Le gouvernement du vivant* (O governo dos vivos), que foi um curso realizado nos anos 70, no *Collège de France*, Foucault empreendeu a genealogia do Cristianismo, mostrando como toda a ética cristã foi forjada pelo interdito de que o homem não poderia ter a pretensão de ser perfeito. Vale dizer, para o Cristianismo a perfeição seria um atributo marcadamente divino, de maneira que somente Deus poderia ser perfeito e que o homem seria fundamentalmente imperfeito.

Acreditava-se assim inicialmente, no Cristianismo primitivo, que a inserção do indivíduo na experiência da cristandade se realizaria através do batismo, o que faria com que o cristão fosse depurado da tentação dos pecados, dentre ao quais se destacava o anseio de ser perfeito. Entretanto, o que marcou decisivamente a tradição cristã posterior foi a criação progressiva de novas formas mais severas de regulação dessa tentação, a saber, práticas inicialmente de penitência e posteriormente de punição. Com efeito, essas práticas foram propostas como maneiras pelas quais se pretendia impedir e até mesmo exorcizar a pretensão orgulhosa dos indivíduos à perfeição.

Pretendo destacar com isso a questão seguinte. Assim, enquanto era um atributo fortemente valorado nas sociedades pré-cristãs, tanto na tradição grega quanto na romana, a perfeição seria a marca por excelência que distinguia tanto os heróis quanto os homens nobres e os homens fortes, nas culturas do paganismo. A partir da tradição cristã, portanto, a perfeição passou a ser ostensivamente punida e assim negativamente valorada, de maneira eloquente.

O que parece ter acontecido efetivamente na sociedade moderna – e essa é minha segunda hipótese de trabalho nesta conferência – é que esta retomou e secularizou a questão da perfeição, através da crítica sistemática à ideia de arrogância, na medida em que a arrogância seria uma forma moderna de o sujeito querer ser perfeito, de pretender ser Deus em relação ao próximo, na relação com os outros, que como cidadãos seriam seus iguais.

V. Desta maneira, se essa leitura é convincente e consistente, podemos aproximar-nos do lugar estratégico em que a psicanálise pensou a questão da arrogância e deste ideal de perfectibilidade enquanto versão moderna da arrogância, por um lado, e como essa categoria ocupa uma posição fundamental no discurso psicanalítico, pelo outro. Assim, é preciso considerar que o golpe de gênio de Freud foi o de realizar a leitura da arrogância através do âmago da constituição subjetiva, a saber, o campo do eu. Nesta perspectiva, quando Freud começou a problematizar que o registro psíquico do eu seria de ordem narcísica, ele pode delinear que tanto a questão da arrogância quanto a correlata questão da perfeição seria a problemática crucial em torno da qual a subjetividade moderna viveria a sua “conflitualidade” fundamental.

Assim, na obra intitulada *Introdução ao narcisismo* (1914),⁴ Freud começou a explorar propriamente a questão do eu de forma sistemática, enunciando então que o registro psíquico do eu seria primariamente o efeito da unificação e da organização da multiplicidade das pulsões que constituiriam o registro psíquico originário denominado de *autoerotismo*. Desta maneira, esta modalidade primária de organização do eu seria de ordem estritamente narcísica e marcada pelo narcisismo primário, pois, anteriormente ao que Freud denominou do registro do eu realidade definitivo, marcado pelo narcisismo secundário e regulado pelo princípio da realidade, existiria aquilo que ele denominou de registro psíquico do prazer-desprazer (narcisismo primário). Portanto, a primeira forma de organização do eu seria o registro do eu do prazer-

⁴ Obra referenciada no título em frances Freud (1973).

desprazer, no qual o sujeito acredita ser o seu próprio ideal, de forma que tudo o que é prazeroso seria dele e tudo o que é desprazeroso seria do outro.

Desta maneira, o que o discurso freudiano denominou de eu do prazer-desprazer, que é o eu propriamente narcísico, é aquilo a que ele refere-se no ensaio introdutório sobre o narcisismo, como a figura da sua majestade – o bebê –, pois para esta tudo que é prazeroso seria dela e tudo o que seria desprazeroso seria do outro. Nesta condensação máxima do prazer sobre si, o sujeito erige-se como sendo o seu próprio ideal, não se submetendo a qualquer outro ideal exterior a si mesmo. Constrói-se, assim, uma figura psíquica caracterizada pela onipotência. Daí a metáfora da majestade enunciada por Freud, para se referir a esta figura, isto é, a metáfora da soberania absoluta ao mesmo tempo, pois é a condensação da figura da arrogância originária que seria constitutiva do aparelho psíquico, na série das subjetivações.

Assim, se todos nós viemos ao mundo, segundo Freud, pulverizados numa multiplicidade de pulsões e marcados pelo autoerotismo, submetidos ainda ao cuidado absoluto dos outros, sem o qual não teríamos condições de sobreviver, somos levados, em contrapartida, por uma inflexão decisiva a constituirmos um eu e acreditar inicialmente que somos seres majestáticos. Seria desta posição originária que o sujeito poderia enunciar que tudo que é bom seria dele e tudo que não é bom faria parte dos outros e estaria fora de si. Contudo, se esta forma de subjetivação condensa a experiência originária da perfeição e evidencia a posição subjetiva da arrogância, na medida em que evidencia o signo da soberania que se delineia na constituição do eu, tudo isso é uma modalidade de defesa contra a ameaça permanente de fragmentação, com a perda correlata da posição de majestade do sujeito e que remete ao solo primordial da experiência psíquica que o discurso freudiano denominou de *desamparo originário*.

Contudo, se Freud problematizou a constituição do registro psíquico do eu articulado às figuras da arrogância e da perfeição, foi para enunciar, em seguida, que a construção subjetiva definitiva implicaria a perda desta condição de majestade. Com efeito, o que o

discurso freudiano denominou de *eu realidade definitivo* implicaria a transformação do *eu do prazer-desprazer*, conceituado também como *eu ideal*, em *eu realidade definitivo* e em *ideal do eu*, no qual o sujeito teria desde então um ideal que o transcenderia e que a este se submeteria, de forma que o sujeito perderia com isso, em princípio, as suas marcas de perfeição, de superioridade e de majestade. Esta transformação crucial seria regulada, enfim, pelo que Freud denominou de *angústia de castração*, no contexto do complexo de Édipo, de forma que estes promoveriam de maneira decisiva a passagem do registro psíquico do eu ideal para o do ideal do eu, ou, ainda, dito de outra forma, do registro psíquico do eu do prazer/desprazer para o do eu real definitivo.

O que é interessante no discurso freudiano é que, uma vez adquirida pelo sujeito a condição de reconhecer seus limites, com a constituição do registro psíquico do eu realidade-definitivo e regulado pelo princípio da realidade, norteado assim pela angústia de castração no contexto do complexo de Édipo, o sujeito pode tomar decididamente a direção regressiva retornando à condição psíquica anterior, caso não possa satisfazer seus desejos como gostaria e que não seja reconhecido como pretendia. Com efeito, o sujeito pode restaurar o registro psíquico do eu ideal e suspender a sua inscrição no ideal do eu, no contexto destes impasses psíquicos. Esta regressão pode ser provisória e temporária, ou, então, definitiva, de acordo com as circunstâncias de sua existência.

Assim, o sujeito pode ficar satisfeito em se inscrever no registro psíquico do ideal do eu desde que o mundo lhe ofereça aquilo que, de direito, acredita ser merecedor, porque, se isso não ocorrer, o sujeito a qualquer momento pode regredir ao registro psíquico do eu ideal. Portanto, existiria na estrutura psíquica uma tensão permanente entre o ideal do eu/ eu realidade-definitivo e o registro psíquico do eu ideal/eu do prazer-desprazer, que pode conduzir o sujeito, seja ao movimento regressivo (eu ideal), seja ao movimento progressivo (ideal do eu), num processo psíquico regulado pela economia erótica da satisfação no psiquismo. Enfim, o que o discurso freudiano enunciou foi uma leitura dinâmica do psiquismo, de forma a existir uma instabilidade permanente entre o ideal do eu e o eu ideal, entre

o narcisismo primário e o narcisismo secundário, de maneira que existiria a tensão permanente forjada pelas condições de distribuição do prazer, podendo assim o sujeito pender para o polo do ideal do eu ou para o polo do eu ideal, em que a condição subjetiva da arrogância instaura-se.

Lacan inscreveu-se na tradição psicanalítica voltando-se para a leitura da categoria do eu, tanto no ensaio sobre a agressividade em psicanálise quanto no ensaio sobre o estádio do espelho, de 1948 e 1949, respectivamente, realizando comentários sobre os conceitos enunciados por Freud.

Assim, segundo Lacan o registro psíquico do eu ideal foi interpretado como um eu de ordem estritamente especular. Com efeito, se o eu é primariamente especular, isso seria decorrente da fragilidade humana originária, isto é, o ser humano viria ao mundo despreparado para a vida, biologicamente falando, sendo marcado por aquilo que ele denominou deieência primária e que Freud denominou de desamparo originário, de forma que a angústia consequente disso conduziria o protossujeito a apelar pelo cuidado do outro, que lhe oferece o reconhecimento mediante uma imagem, que constituiria a dita imagem especular. Tal imagem, contudo, criada pela criança, diante do espelho e do olhar da mãe, sustenta-se na medida em que a mãe reconhece que aquela imagem evidencia o bebê e este, por sua vez, incorpora esta imagem de si.

Esta experiência promove uma alienação fundamental, mas que seria constitutiva e estruturante do sujeito. Além disso, é preciso dizer que esta imagem é duplamente alienada, porque ela não corresponde ao que experimentaria o protossujeito na condição da deieência primária e que depende ainda do olhar do outro para se sustentar. No entanto, quando não pode sustentar esta imagem de si e quando o reconhecimento efetivo não ocorre, o sujeito começa a se misturar com o outro, de forma que, para se autonomizar relativamente frente ao outro, o sujeito lança mão da experiência da agressividade, da violência e até mesmo da crueldade.

É preciso evocar ainda que foi neste contexto teórico que Lacan empreendeu também a análise dos crimes e dos crimes paranoicos,

para evidenciar como os crimes passionais seriam sempre produzidos pelo indivíduo, em decorrência da impossibilidade de reconhecimento pelo outro do eu ideal.

É preciso evocar ainda que Lacan estabeleceu a oposição entre a categoria de eu (*moi*) e a de sujeito (*je*), para delinear a condição de possibilidade, para que o sujeito não fique prisioneiro do olhar do outro, que seria alienante, e possa inscrever-se no mundo de trocas simbólicas centradas na linguagem. Esta seria a possibilidade de o sujeito sair do impasse condensado no registro do eu especular.

De qualquer forma, podemos constatar que, tanto em Freud quanto em Lacan, existe a concepção de forma originária de organização subjetiva centrada no eu narcísico (Freud) e no eu especular (Lacan), de modo que o olhar do outro seria assim fundamental. Em decorrência disso, uma série de perturbações psíquicas e de patologias sociais, presentes na modernidade e na contemporaneidade, estaria articulada a uma matriz psíquica originária, fundada na submissão do sujeito ao outro. Portanto, tanto a submissão do sujeito ao outro quanto a violência, a agressividade, a crueldade e o crime tomariam corpo e forma nesta matriz originária.

VI. De qualquer forma, o que aparece de modo eloquente, tanto na retórica conceitual de Freud quanto na de Lacan, na leitura do registro psíquico do eu ideal, é que o infante teria sido altamente investido pela figura materna. Daí porque Freud denominar o infante *de sua majestade o bebê*, sendo assim a figura do bebê altamente investida eroticamente pelo olhar da mãe. Contudo, se estou colocando este tópico em destaque é porque aquilo que caracteriza a contemporaneidade é que a figura do bebê passou a ter um investimento insuficiente. Portanto, este perde decididamente a condição de majestade.

Nesta perspectiva, as novas formas de sofrimento contemporâneo são caracterizadas pela dor, de maneira que suas diversas manifestações, nas diferentes modalidades de subjetivação, coloca em evidência o investimento erótico insuficiente do eu ideal. Portanto, as perturbações psíquicas contemporâneas giram em torno desta

insuficiência narcísica fundamental. Com efeito, deslocamo-nos das formas de sofrimento centradas na conflitualidade psíquica e em que existem o potencial de simbolização da experiência psíquica, como ocorria na modernidade, para formas que, em contrapartida, a dor impõe-se no psiquismo e que se canaliza pela via da descarga. Esta pode realizar-se pelos diferentes registros do corpo, da ação e da intensidade, como os grandes eixos constitutivos das perturbações psíquicas contemporâneas. Enfim, com a perda da dimensão de alteridade na experiência psíquica, o sujeito inscreve-se no campo do desalento, pela perda da possibilidade de apelo ao outro, que tinha ainda na modernidade e que se evidenciava pela experiência do desamparo.

Assim, tanto pelas formas de patologias ligadas ao corpo, como a síndrome do pânico e a fadiga crônica, quanto pela expansão da violência e das várias formas de compulsão, assim como sob a forma da depressão, todas estas perturbações psíquicas evidenciam o desinvestimento narcísico dos sujeitos na contemporaneidade, pelo qual a dor se manifesta de forma pungente pelo desalento do sujeito. Deslocamo-nos, decisivamente, com Freud (eu ideal) e Lacan (eu especular), do narcisismo positivo e de vida para aquilo que alguns psicanalistas contemporâneos, como André Green, denominam de narcisismo negativo e de morte.

É possível entender esta transformação crucial de muitas maneiras. Uma delas remete à desorganização da família nuclear burguesa e a nova ordem familiar que se constituiu na contemporaneidade, nas formas pelas quais as crianças passaram a ser socializadas desde os anos 1970, que seriam as responsáveis pelo desinvestimento maciço que se dá na ordem do corpo, da imagem e do narcisismo. Esta modalidade de transformação psíquica, que é o corolário das novas formas de organização familiar, produz novas formas de perturbações psíquicas que, na tradição psicanalítica anglo-saxônica e em algumas escolas francesas de psicanálise, denominam-se de estados-limite e de experiências *border lines*, isto é, propriamente fronteiriças, inscritas que seriam nas bordas entre a neurose e a psicose.

O que é interessante de se destacar nessas novas formas de subjetivação, na descrição que os autores realizaram, é que se constitui uma figura psíquica muito importante que é aquilo que denominam da figura do eu grandioso. Kohut descreveu a figura psíquica do eu grandioso, que se refere à figura do eu que vertiginosamente se expande sem limite, de forma inebriante, que buscaria assim de forma voraz o acolhimento e o reconhecimento do outro. De forma similar, o psicanalista inglês Winnicott (1997) enunciou ainda a categoria clínica do falso si (*self*), que se contraporía à categoria clínica do verdadeiro si, para se referir a modalidades de subjetivação caracterizadas pela fragilidade narcísica.

Estas seriam assim formas de subjetividades que buscam, através de uma expansão de si, ultrapassar a falta de solo narcísico que, efetivamente, as sustenta. O que está em pauta nessas formas de subjetivação é uma experiência paradoxal, pois os sujeitos em questão incham-se e inflacionam-se, mas que, ao mesmo tempo, fazem isso para forjar desesperadamente uma corporeidade consistente, que é o que tais sujeitos não possuem efetivamente na sua estrutura psíquica.

As diferentes formas de utilização de drogas é um modo bastante importante de criação do eu grandioso na contemporaneidade, pois assume a maneira de compulsão, na medida em que o que o sujeito consome nunca é suficiente; não lhe oferece assim a “musculatura” narcísica pela qual ele sofre por não possuir. Além disso, estas experiências de inflação de si e do eu grandioso são formas patentes de arrogância e que estão presentes numa série de patologias sociais contemporâneas, evidenciando a existência de sujeitos destituídos e empobrecidos de investimento narcísico.

VII. Entretanto, se nos deslocarmos do campo psicanalítico para o campo das ciências sociais, podemos encontrar algo muito interessante, porque, nestes discursos teóricos, enunciam-se leituras sobre a contemporaneidade que são bastante próximas das que são realizadas pela psicanálise, sem se referir de forma direta, no entanto, ao discurso psicanalítico na sua tecnicidade.

Assim, na obra dos anos 70 intitulada *O declínio do homem público* (1973), o sociólogo norte-americano Sennett enunciou que, na contemporaneidade, ocorreu o esvaziamento significativo do espaço público, que pode ser entendido como a maneira pela qual aquele interpreta a constituição da sociedade neoliberal. Com efeito, a retração do espaço público tem, como contrapartida, a expansão do espaço privado e da intimidade na existência dos indivíduos. Nesta perspectiva, as referências narcísicas incrementam-se na contemporaneidade, de forma que os indivíduos passariam a estar submetidos às *tirantias da intimidade, que é, aliás, o subtítulo deste livro* de Sennett.

Desta maneira, as tiranias da intimidade são de ordem estritamente narcísica. Sennett valeu-se da categoria de narcisismo para se referir a estas modalidades de tirania, que remetem para o registro do eu grandioso. Neste contexto, o sujeito volta-dr para si, numa tentativa desesperada de se exaltar e de se inflacionar, diante da quebra de qualquer possibilidade de uma circulação social maior, pela retração significativa que ocorreu do espaço público.

Numa obra seguinte, dos anos 90, intitulada *A corrosão do caráter* (1999), Sennett analisou as novas condições de trabalho no mercado neoliberal, na sociedade que perdeu a referência axial no espaço público e que inflacionou o espaço privado. Para Sennett, o conceito de caráter é similar ao que, no discurso psicanalítico, é denominado de ordem simbólica, de forma que por corrosão de caráter se enuncia a perda do eixo simbólico organizador do sujeito, de forma que, na contemporaneidade, ter-se-ia perdido a referência a uma estrutura organizadora e, com isso, se perde também aquilo que seria estruturante para o sujeito, a saber, as categorias do tempo e do espaço.

Além disso, o historiador norte-americano Lasch, em sua obra intitulada *A cultura do narcisismo* (1983), pontuou o que Sennett configurou, mostrando como o indivíduo na sociedade contemporânea perdeu as dimensões do tempo e da História, de forma que se ordena numa espacialidade permanente. Nesta perspectiva, o sujeito volta-se para si, num movimento psíquico de ordem estritamente narcísico.

De forma similar, o filósofo francês Debord caracterizou a contemporaneidade como sociedade do espetáculo, considerando que a sociedade transformou-se num grande teatro, onde o eu busca, na cena social, através do olhar do Outro, um reconhecimento especular de si, sem o qual o sujeito não poderia mais subsistir, porque não teria recursos eróticos e narcísicos para isso.

Portanto, o conceito de sociedade do espetáculo seria a síntese daquilo que tanto Sennett quanto Lasch conceituaram, como a queda do espaço público, a expansão do espaço privado, a tirania da intimidade e a cultura do narcisismo. Além disso, o que se evidencia nos discursos das ciências sociais remete ao que a psicanálise destacou para enunciar as novas formas de sofrimento denominadas de estados-limite, onde a questão da arrogância impõe-se com características positivadas, como uma busca desesperada do sujeito de reconfigurar-se para não cair no abismo vertiginoso da sua insuficiência narcísica, de modo que o sujeito precisaria ser arrogante para não sucumbir. Enfim, a transformação simultânea da economia psíquica e dos laços sociais teve um efeito fundamental na transformação da experiência da arrogância, do mundo moderno para o mundo contemporâneo, que se reconfigurou nas coordenadas que procuramos colocar em destaque.

Perguntas no final da conferência gravada

Pergunta 1

– Com o advento das redes sociais, há certa troca do espaço público de interação pelo espaço virtual; em contrapartida, há uma exposição do espaço privado nesse mesmo espaço, não sei como isso pode dialogar como essa questão que foi colocada na sua fala.

JOEL BIRMAN: Esta é certamente uma boa pergunta. Sobre a questão das redes sociais, uma das obras de referência é a do sociólogo espanhol Manuel Castells, que trata da importância das redes sociais, como maneira de reconfiguração de um espaço

público, pela mediação do espaço virtual, numa escala inclusive planetária. Digamos assim que a questão sai do espaço restrito da nação e entra numa dimensão global; traz por um lado uma nova possibilidade de criar outro espaço público, outra possibilidade, inclusive, de nos dar acesso para dialogar e criticar a mídia oficial, como os grandes jornais e com as cadeias de televisão. Temos acesso a informações sem precisarmos necessariamente ficar submetidos às informações que os jornais e as redes de televisão, com seus interesses particulares, querem nos vender e impor, o que entreabre para nós outras possibilidades. Por outro lado, você tem razão, tem a contrapartida disso, é que os agentes sociais no espaço virtual se inscrevem também numa grande teatralização narcísica. O que se evidencia, por exemplo, no fato de que há muitas pessoas que vivem hoje centradas no *facebook*.

O *facebook* é um espaço de busca de um olhar, de um reconhecimento do **eu**, que se tornou um canal fundamental de subjetivação na contemporaneidade. Qualquer coisa que você pensa, aquilo que antigamente se falava na esquina, no boteco e pelo telefone, hoje as pessoas imediatamente colocam no espaço do *facebook*. Então você cria toda uma rede de relações sociais e psíquicas. Voltando assim para uma das hipóteses básicas que coloquei aqui, sobre o **eu** grandioso que busca ser reconhecido, que quer ter uma plateia para si, que lhe dê um olhar “renarcisante”, esse canal virtual oferece seguramente para o indivíduo essa possibilidade. Portanto, o que assim se delineia é o equivalente multiplicado da ideia da sociedade do espetáculo, na medida em que o *facebook* é a multiplicação dos efeitos da sociedade do espetáculo, que se dá agora no campo virtual, numa rede que é, em princípio, infinita.

Pergunta 2

– Joel, frente a esse cenário de arrogância, o sujeito desejante hoje, ele é da falta ou do excesso?

JOEL BIRMAN: Esta é também uma boa questão. Olha, é difícil responder se o sujeito desejante é o da falta ou do excesso, pois é preciso ponderar a experiência em pauta, já que ocorre uma fome de “renarcisação”, de maneira que o sujeito busca permanentemente estar submetido a esse excesso. O que se tem menos hoje é a ideia da falta, exatamente porque a ideia de falta remete-nos certamente para essa coisa mais básica na contemporaneidade, que eu estou chamando aqui de “desnarcisação” fundamental, que nos coloca no limite de uma experiência que Lacan denominaria de privação, de forma que há uma busca pelo excesso exatamente porque a falta está nas bordas da possibilidade da privação, de uma experiência de privação. Daí porque os sujeitos suportam hoje muito menos coisas daquilo que eles suportavam há 50, 60 ou 70 anos, a começar pelo silêncio do analista, que é uma experiência de falta. Suportam também cada vez menos deitar no divã, que é uma experiência de ruptura do olhar, buscando assim cada vez mais a posição de face a face com o analista. Então, eles têm uma espécie de fome do olhar, suportam menos o silêncio, que é uma experiência de falta, da mesma forma como sofrem com a privação do olhar. Do ponto de vista da configuração do espaço clínico, você tem cada vez menos experiências de um *setting* clássico e cada vez mais um *setting* reconfigurado em função do tipo de demanda dessas novas formas de subjetividades, nas quais a questão do olhar e a questão de uma plethora de palavra ocupam mais o espaço clínico hoje. Se tomarmos isso como um paradigma daquilo que se passa no espaço social e do que acontece nas redes sociais, podemos constatar que, analogicamente, é a mesma experiência que está em jogo. O psicanalista francês Pontalis, num texto muito interessante, nos fala exatamente a respeito da necessidade do olhar e de uma palavra farta que esse tipo de sofredor contemporâneo demanda,

e para isso usa uma metáfora lacaniana, que é a metáfora da carta, isto é, da carta que circula e da carta roubada, nos dizendo o seguinte: para ler uma carta, precisamos primeiro abrir o envelope e o envelope representa o **eu nesta metáfora**. O envelope é aquilo que tem que ser sustentado pelo olhar e pela palavra do outro, no caso em questão a figura do analista. Portanto, quem sabe, a partir disso, possamos posteriormente abrir o envelope. De qualquer maneira, a questão do excesso está colocada de forma eloquente no centro da experiência contemporânea.

Referências

- DEBORD, G. **La société du spectacle**. Paris: Gallimard, 1990.
- DUMONT, L. **Homo hierarchicus**. Paris: Gallimard, 1975.
- DUMONT, L. **Ensaio sobre o individualismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- FREUD, S. La moral sexuelle civilisée et la maladie nerveuse des temps modernes. In: FREUD, S. **La vie sexuelle**. Paris: PUF, 1973.
- FREUD, S. Pour introduire le narcissisme. In: FREUD, S. **La vie sexuelle**. Paris: PUF, 1973.
- FREUD, S. La psychologie des foules et l'analyse du moi. In: FREUD, S. **Essais de psychanalyse**. Paris: Payot, 1981.
- FREUD, S. **Malaise dans la civilisation**. Paris: PUF, 1971.
- FOUCAULT, M. Preface à la transgression. In: FOUCAULT, M. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994. v. I.
- FOUCAULT, M. **Naissance de la clinique**. Paris: PUF, 1963.
- FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard, 1974.
- LACAN, J. Le stage du miroir comme formateur de la fonction du je. In: LACAN, J. **Écrits**. Paris: Seuil, 1966.

LACAN, J. L'agressivité em psychanalyse. *In*: LACAN, J. **Écrits**. Paris: Seuil, 1966.

LASCH, C. **The culture of narcissism**. New York: Warnes Barnes, 1979.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1973.

LEFORT, C. **Ensaio sobre o político**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SENNETT, R. **A decadência do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WINNICOTT, D. **De la pediatrie à la psychanalyse**. Paris: Payot, 1997.

Uma literatura da “despalavra” ou para além da grosseria e da burrice

Lauro José Siqueira Baldini

Unicamp

Começo tentando não ser grosseiro nem burro, ou, nas palavras de Lacan:

por exemplo, [...] atribuir a técnica declarada de um autor a uma neurose qualquer – grosseria, e [...] demonstrá-lo pela adoção explícita dos mecanismos que dela compõe o edifício inconsciente. Burrice. (LACAN, 2003, p. 200).

Confesso que a afirmação soa incômoda: não é bem isso que tanto Freud quanto Lacan fizeram algumas vezes? Deixo essa questão em suspenso, na dúvida se ela provém de minha própria ignorância e/ou burrice, ou se ela apenas indica que o campo da Psicanálise não tem a consistência homogênea e eterna que alguns leitores, do tipo primeiro Lacan, segundo Lacan, último Lacan, ultimíssimo Lacan, querem crer e que, na verdade, é preciso levar em conta que tanto Freud quanto Lacan **leram** de modo diverso ao longo de seu percurso. Essas múltiplas leituras nos dão pistas de como a questão da Arte foi encaminhando-se no interior da Psicanálise.

Retomo textos de duas pesquisadoras de nosso grupo:¹ o primeiro é *A literatura como duplo da psicanálise* (2014), de Maria Cláudia

¹ Refiro-me ao grupo de Teoria do Discurso, coordenado por Bethania Mariani (UFF).

Maia Brasil, o qual caminha para além da ideia da arte como protocolo de ilustração de conceitos psicanalíticos, ou como campo de criação de operadores de leitura para a análise literária. Para essa autora, a Literatura atua na Psicanálise, no sentido de que as “palavras fazem ato”. (BRASIL, 2014, p. 83). Nesse sentido, o autor em Literatura, então, deixa de ser objeto de uma investigação (que na maior parte das vezes se reduz a uma psicobiografia) para ser considerado um aliado. Pensando as consequências do fato de que não se escreve hoje como antes de Freud e da descoberta do inconsciente, a autora aponta para a resistência do objeto artístico à interpretação, enfatizando que “dessa resistência um lance de efeito emanará como verdade da psicanálise”. (BRASIL, 2014, p. 92). Assim, ao colocar à prova tanto o saber da psicanálise quanto o saber do escritor, a literatura opera sua função de duplo. O escritor é, portanto, aliado e testemunha, e muito pouco objeto de investigação. Efeito de afeto, a obra de arte dá forma a um objeto.

É nesse ponto que chegamos a Abraão e Sousa, em “O vazio como condição” (2013), na medida em que a autora parte justamente da questão do objeto para pensar a escrita. Retomando a definição de Lacan da **Coisa** como o “que do Real padece do significante” (LACAN, 2008, p. 152), a autora nos mostra como a lacuna que a falta de objeto opera é da ordem de produzir “espirais incompletas” (ABRAÃO E SOUSA, 2013, p. 64), que demarcam o vazio ao mesmo tempo que procuram suturá-lo. Desse modo, como diz a autora,

a língua não dá conta de abrigar e conter essa Coisa, apenas contorná-la; as palavras faltam diante do que é absoluto vazio e o simbólico aparece vergado em seu des-poder, enfermo de potência e rendido a uma condição de não-todo. (ABRAÃO E SOUSA, 2013, p. 65).

São essas duas questões que eu gostaria de mencionar brevemente aqui: de um lado, a literatura como duplo, colocando em xeque o saber tanto da Psicanálise quanto do escritor; de outro, o simbólico como campo furado e atravessado pelo objeto, tanto em sua dimensão de **Coisa** quanto em sua dimensão de **causa**.

Passemos para Beckett (1937), esse autor estranho, essa testemunha, esse aliado. Ele mesmo diz que procura chegar, na literatura, a algo que a música e a pintura já alcançaram. Na “Carta Alemã” (1937), Beckett lamenta que a literatura esteja, em sua relação com as outras artes, atrasada e perdida em questões já há muito superadas por outros procedimentos artísticos:

Ou será que a literatura, solitária, deve permanecer atrasada em seus velhos caminhos preguiçosos que há tanto tempo foram abandonados pela música e pela pintura? Há alguma coisa paralisantemente sagrada na natureza viciosa da palavra que não se encontra nos elementos das outras artes? (BECKETT, 1937 *apud* ANDRADE, 2001, p. 169).

De fato, como aponta Safatle, “a crítica à mimesis [...] já havia sido operada pela música em meados do século XIX”. (SAFATLE, 2006a, p. 163-164). Parece-nos que é essa defasagem que desorienta Beckett, em busca de uma nova escrita, desfeita dos compromissos com a representação e a figuração.

Ora, no caso de Beckett, estamos diante de um problema semelhante. Conforme Andrade (2001), há dois processos que marcam a evolução de Beckett como romancista:

[...] por um lado, um abandono da representação realista do mundo, característica dos romances que continuavam na tradição do modelo francês do século XIX, enraizado na tríade Balzac, Flaubert e Stendhal. Por outro lado, uma recusa absoluta da concepção do romance enquanto movimento, ação que se alimenta de personagens a baterem-se contra circunstâncias exteriores adversas, abandonada em nome da encenação interiorizada deste conflito em personagens imobilizadas e ensimesmadas. (ANDRADE, 2001, p. 30).

Esse paradoxo estético, essa impotência erigida como a única potência possível, é uma certa forma de ato que encontra sua possibilidade numa conduta que atesta sua própria impossibilidade:

[...] ser artista é falhar, como ninguém mais ousou falhar, que o fracasso é o seu mundo e que recuar diante dele é deserção, artesanato e habilidade, prendas domésticas, vida. [...] Sei que tudo que é preciso agora, para conduzir este assunto horrível a uma conclusão aceitável, é fazer desta submissão, desta admissão, desta fidelidade ao fracasso, **uma nova ocasião**, um novo termo da relação, de cujo ato, incapaz de agir, obrigado a agir, ele gera, um ato expressivo, mesmo que apenas de si mesmo, de sua impossibilidade e de sua obrigatoriedade. (BECKETT, 1949, *apud* ANDRADE, 2001, p. 181, grifo nosso):

No caso de sua primeira trilogia romanesca,² estamos diante da solidão, da incomunicabilidade, da hesitação infundável, da dúvida incessante (não ao modo cartesiano, em que a dúvida metódica conduz à certeza, mas num processo em que a dúvida simplesmente produz uma fala que não cessa de hesitar diante de si mesma). Em meio aos “insondáveis abismos de silêncio” (BECKETT, 1937, *apud* ANDRADE, 2001, p. 169), Beckett se encontra, enquanto autor, no mesmo lugar em que todos nós, como sujeitos falantes: numa relação particular com o silêncio e com o Real, que pode tomar as mais variadas formas e nos atingir com afetos também múltiplos.

Esse narrador que se narra sem saber de que fala, esse narrador que narra sem narrar, que parece querer chegar a alguma certeza sem conseguir nunca se parece em muito com a alternativa que Beckett diz ser a do artista contemporâneo: “a expressão de que não há nada para expressar, nada com que expressar, nada a partir do que expressar, nenhuma força para expressar, nenhum desejo de expressar, junto com a obrigação de expressar”. (BECKETT, 1949, *apud* ANDRADE, 2001, p. 175). Passagem incessante do silêncio às palavras, das palavras ao silêncio... Dizer, embora sem amparo, sem saber, dizer apenas. Esse “ter que dizer”, esse imperativo de expressar, no entanto, não conduz o leitor a uma experiência de observação de um sentido sendo construído no próprio ato de narração. É Leminski quem aponta em Beckett “uma certa erosão e anulação do significado”.³ Assim

² Composta por **Molloy** e **Malone morre**, ambos de 1951, e **O Inominável**, de 1953.

³ No anexo à edição brasileira de **Malone morre**, p. 159.

que o leitor se coloca confortavelmente no lugar do sentido, podem ser esperadas, frequentemente, expressões do tipo “ou não é nada disso”, “quem sabe”, enfim, marcadores que se não destroem o sentido do que estava sendo tecido, pelo menos o tornam puído, fragmentado. Não se confortar com nenhuma certeza provisória, mas ir em frente, com as palavras à mão, pois no sertão da fala não há outro meio. Há um provérbio latino que Beckett mais de uma vez citou: “*nec tecum nec sine te*”. “Nem contigo, nem sem ti”, talvez nos mostrando que, para os protagonistas dos romances de sua trilogia, é impossível viver na linguagem, como também é impossível viver fora dela. Tal conclusão poderia conduzir ao silêncio permanente, ao estoicismo de que nada há para se fazer, mas tanto Beckett como seus personagens prosseguem, lutam com as palavras, tentam atravessar algo, continuar... Ainda, passagem incessante.

Disse Beckett certa vez: “O Inominável colocou-me numa situação da qual não consigo me desvencilhar”. (BECKETT, 1949, *apud* ANDRADE, 2001, p. 187). Mais do que um impedimento ligado a um procedimento artístico, esse impasse é o de todos nós. Dizer sem poder dizer, sem última palavra, sem adequação às coisas, de uma vez por todas. Mas isso não deve nos conduzir à adoração do inefável e ao misticismo, como também não conduziu Beckett. Como ele mesmo disse, “é porque não há apenas a escuridão, mas também a luz que nossa situação se torna inexplicável”. (BECKETT *apud* BESBES, 2007, p. 97).⁴ Beckett fez dessa oscilação inexplicável – que às vezes se resolve em cinza – uma forma de escrita. Uma cesura, um corte, um traço na matéria espessa, gordurosa, enfastiante da linguagem.

Se, como diz Pêcheux,

a escritura de Joyce é feita de enunciados justapostos a conexões implícitas, de frases nominais, de frases interrompidas ou parcialmente apagadas, de acumulações e enumerações grotescas onde pululam os ‘conjuntos mal formados’ [...] As desconstruções gramaticais se emanam ao discurso oral, até enterrar as frases na litania dos enunciados. (2016, p. 147).⁵

⁴ Tradução minha.

⁵ Tradução minha.

Como pensar a escrita beckettiana? Aqui, arriscamos, Beckett parece apontar para a afirmação de Pêcheux de que o “real da língua é, portanto, o impossível que lhe é próprio” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 52), buscando nesse impossível a possibilidade de que algo possa ser dito. Se o “real da língua não é costurado em suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz e das séries associativas que desestratificam sem apagá-lo” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 55); nossa hipótese é a de que a escrita de Beckett constitui-se nesse ponto de limite de uma desestratificação da língua e de uma destituição subjetiva.

Em seu *Pequeno manual de inestética* (2002), Badiou, ao comentar as relações entre psicanálise e arte, faz a seguinte afirmação: “a relação da psicanálise com a arte é sempre apenas um serviço prestado à própria psicanálise. Um serviço gratuito da arte”. (BADIOU, 2002, p. 18). Será tão nítido assim que a Arte nada deve à Psicanálise? Ou poderíamos supor que depois de Freud, depois de Lacan, a Arte mesma sofre os efeitos da Psicanálise? De qualquer modo, o que nos parece claro é que a arte, de alguma maneira, estabelece relações com a Psicanálise, embora essas relações não sejam de modo algum evidentes e pareçam se orientar, pelo menos na escrita freudiana, por uma trilha um tanto quanto parasita. Mesmo em Lacan é possível encontrar, num certo momento,⁶ referências à Literatura como algo que “ilustra”, “esclarece” e “exemplifica” os conceitos psicanalíticos. Que relações seria possível estabelecer entre Arte e Psicanálise e, mais especificamente, entre Literatura e Psicanálise? Seria possível que essa aliança e, ao mesmo tempo, separação pudesse produzir uma afetação de uma prática pela outra? A pergunta não é retórica, pois como diz o próprio Lacan, “a evocação de um texto de Dostoiévski por Freud não basta para dizer que a crítica do texto, até aqui reserva exclusiva do discurso universitário, tenha recebido mais alento na psicanálise”. (LACAN, 2003, p. 106). Por isso, deveríamos ser levados a concluir que as relações entre Psicanálise e Arte são a “história de um fracasso”, como pergunta Safatle em trabalho recente?

⁶ Estou me referindo, é claro, ao seminário sobre “A carta roubada”.

Antes de nos decidirmos por esta ou aquela via, um pequeno percurso pela argumentação de Safatle pode ser interessante. Para esse autor, se tanto a clínica quanto a análise de produções culturais são campos inteiramente válidos na produção do saber psicanalítico, apenas a clínica funcionaria como “campo indutor de produção de conceitos metapsicológicos”. (SAFATLE, 2006a, p. 270). Desse modo, não estaria colocada, para Freud, uma possível resistência do material estético para os modelos de interpretação analítica. Além disso, não haveria modificações internas ao campo analítico pela via da Arte, isto é, produzidas pelo contato com a estética própria de cada objeto artístico. Nesse sentido, as investidas de Freud no campo da Arte se dariam pela via hermenêutica, sem que os procedimentos formais específicos do objeto estético pudessem ser levados em conta ou integrassem uma possibilidade de modificação dos conceitos psicanalíticos. Para Safatle (2006a, p. 271), é esse tipo de abordagem que faz com que “a maioria das análises freudianas de obras de arte obedeçam normalmente a uma análise semântica de conteúdo que não dá lugar, ou que secundariza, a análise das estruturas formais em sua dinâmica interna, assim como as considerações sócio-históricas sobre as obras”.

Nem formalista nem historicista, o modelo de interpretação freudiana permaneceria alheio àquilo que, da obra, faz-se Arte: sua estrutura e seu acontecimento.

Lacan, no entanto, ainda segundo Safatle, operaria por uma via mais complexa e sutil. De fato, o recurso de Lacan à arte se daria segundo duas articulações: no primeiro caso, o que ocorreria é “uma interpretação do material estético como desvelamento da gramática do desejo” (SAFATLE, 2006a, p. 272), e um exemplo dessa abordagem seria o comentário sobre *A carta roubada*; uma segunda articulação encontrada na obra de Lacan seria aquela que se dá “em torno do problema do estatuto próprio ao objeto estético em sua irreducibilidade” (SAFATLE, 2006a, p. 273), ilustrada pelo recurso de Lacan à pintura, por exemplo. Dessa maneira, preservado o caráter opaco e irreducível do objeto estético, o que se veria em seguida não seria o desvelamento hermenêutico do sentido psicanalítico da obra, mas sim o encontro com o inominável. Como diz Lacan, “aquilo a

que nos dá acesso o artista é o lugar do que não pode ser visto – e resta ainda nomeá-lo”. (LACAN, 2003, p. 192).

Mais adiante, ao comentar os três protocolos de sublimação existentes na obra lacaniana, Safatle (2006a) irá refletir sobre o terceiro protocolo, que nomeia como “literalização”, enquanto procedimento estético. Para ele, uma “escritura da letra” é o que pode ser apreendido deste modo de funcionamento da sublimação. E, aqui, tal escritura deve ser entendida da seguinte maneira: “uma escritura da letra é uma escritura da resistência do material”. (SAFATLE, 2006a, p. 297). Essa escritura se colocaria como resistente a qualquer procedimento hermenêutico e, assim, indicaria a “presença do real do objeto no ato de formalização”. (SAFATLE, 2006a, p. 297). Nesse campo, estariam todas as obras que ultrapassam qualquer abordagem da língua por uma via comunicacional. Sob esse ponto de vista, talvez pudéssemos dizer que se trata de obras que não comunicam, mas transmitem, dão a ver algo, enquanto permanecem opacas a qualquer olhar interpretativo do tipo hermenêutico.

Nesse sentido, podemos afirmar, com Safatle, que o modo lacaniano de pensar a articulação entre Psicanálise e Arte pode ser disposto segundo três grandes linhas:

a Coisa (no **seminário VII**), o semblante (no **seminário XI**) e a letra (em **Lituraterra**). Cada um incide sobre um problema específico: o estatuto da presença e da ausência no objeto estético (a Coisa), a relação da arte com a irredutibilidade da aparência (semblante) e a resistência do material na formalização estética (a letra). (SAFATLE, 2006a, p. 289).

Por essa via, podemos considerar maneiras distintas de pensar a sublimação, segundo o modo como opera esse mecanismo:

pela subtração das qualidades do objeto imaginário (o exemplo aqui privilegiado é a mulher no amor cortês), pela posição da aparência como pura aparência (a pintura como jogo de semblantes) e pela literalização da resistência do material (a escritura do Joyce de *Finnegans Wake*). (SAFATLE, 2006a, p. 289).

É levando em conta esses protocolos distintos de sublimação que pensamos que nosso olhar pode ser dirigido às obras de Beckett.

De qualquer modo, o que parece indicado é que, pelo menos em Lacan, a resposta à pergunta de Safatle é negativa. Na verdade, o encontro de Lacan com a arte, sobretudo, a arte vanguardista, é produtora de conceitos, isto é, produz saber e ao mesmo tempo é pensada como portadora de um saber. Talvez o lugar mais exemplar dessa diferença de abordagem entre Freud e Lacan, no que diz respeito à literatura, esteja em *Lituraterra*, de 2003; nela Lacan afirma sem reservas o caráter irredutível da obra de arte. Como diz Lacan, o que se diz em *A carta roubada*, por exemplo, não poderia, de nenhum modo, ser elucidado pelo recurso à psicobiografia de Poe.

Nesse mesmo texto, Lacan utiliza uma expressão que nos parece interessante para pensar a relação entre sublimação e procedimentos artísticos, ao comentar que os “devotos da literatura” deveriam começar sua parte fazendo do “âmbito do recalçamento uma ideia menos psicobiográfica”. (LACAN, 2003, p. 17). O que seria pensar o recalçamento de forma menos psicobiográfica? É nesse ponto que nos parece que a literatura serve, para Lacan, não como ilustração, mas como enigma a produzir conceitos.

Pensemos em dois instantes: o primeiro, o *Seminário 7, A ética da psicanálise*, em que Lacan formula: “Reparem que não há avaliação correta possível da sublimação na arte se não pensamos nisto – que toda a produção da arte, especialmente das Belas-Artes, é historicamente datada”. (LACAN, 2008, p. 132). O segundo, a Lição sobre *Lituraterra*, em que Lacan coloca que “a literatura talvez vire em lituraterra”. (LACAN, 2003, p. 20). Nesses dois momentos, o que estaria em jogo não seria justamente o fato de que a literatura coloca problemas para o pensamento lacaniano, problemas que este tensiona ao produzir novos conceitos, como o da literatura como acomodação de restos, lituraterra, “rasura de traço algum que seja anterior?” (LACAN, 2003, p. 21).

Seja através dos castelos de Joyce ou das ruínas de Beckett, o que Lacan parece apontar é que devemos estar atentos não à interpretação das obras, tarefa para a qual os críticos afiaram seus

instrumentos há muito mais tempo, mas para aquilo que resiste à interpretação, para aquilo que Felman chama de a coisa literária e que se define como “o resíduo da explicação, o excesso ou o remanescente de interpretação”. (FELMAN, 2003, p. 160).⁷ Aquilo que resta como algo a-não-se-ler, enigma presente tanto na escrita apoteótica de Joyce como na escritura do fracasso de Beckett. Tanto numa como noutra encontramos sementes.

Pensando a escritura do fracasso de Beckett, retomamos Milner (2012) em sua apropriação do conceito de *lalíngua* em Lacan. Se é verdade que *lalíngua* é o registro da língua que a consagra ao equívoco, não é menos verdade que “Lalíngua é não-toda. Disso deriva o fato de que há algo nela que não cessa de não escrever – e esse algo exerce uma ação em todas as formas discursivas que se relacionam com lalíngua”. (MILNER, 2012, p. 39). Ora, a via para a qual Beckett parece apontar é justamente aquela na qual do fracasso produz-se um ato expressivo, mesmo que esse ato seja apenas aquele da constatação de uma impossibilidade e de um muro. De qualquer modo, como continua Milner,

o ato da poesia consiste em transcrever em lalíngua mesma, e por suas próprias vias, um ponto de cessação da falta de escrever. É nisso que a poesia tem a ver com a verdade (dado que a verdade é, estruturalmente, aquilo com o que a língua está em falta) e com a ética (já que o ponto de cessação, uma vez circunscrito, exige ser dito). (2012, p. 39).

Mesmo essa exigência ética que se origina do ato poético não parece ter escapado a Beckett, que faz dela o mote de uma exigência estética incontornável rumo ao inominável na arte.

Com relação a isso, não nos eximiríamos de qualificar Beckett de poeta, pelo menos no sentido preciso que Milner dá a esse termo:

⁷ Tradução minha.

O surpreendente é que o fracasso não seja absoluto e que se reconheça um poeta por isso que efetivamente consegue: se não preencher a falta, pelo menos afetá-la. Em lalíngua, a qual ele frequenta, acontece de um sujeito imprimir uma marca e abrir uma via onde se escreve um impossível de escrever – é isso o que acontece. (MILNER, 2012, p. 40).

E, se isso acontece, esse impossível de escrever só pode ser reconhecido naquilo que resiste a ser interpretado na obra, que permanece como “coisa literária” e que avaliza que na arte não se trata de imitação, mas de metáfora: “E se a obra não imita o efeito do inconsciente, se ela não imita nada, ela não é uma metáfora da estrutura. Ela “encena a estrutura”. (LEITE, 2007, p. 7). Nesse caso, ninguém melhor que o “encenador” Beckett para indicar que encenar a estrutura passa por sua própria relação com a língua materna, com o impossível da narrativa, com o jogo entre escrever e se dar conta de que não há nada a ser escrito, a não ser isso.

Bem, para terminar, não sei se Beckett é um autor, um poeta, se sua obra é mesmo o ápice da literatura ocidental. De fato, para mim, ele é um enigma, e, no mais das vezes, um enigma incômodo, algo que não compreendo. Entretanto, como diz Lacan, “algo de que não se compreende nada é a esperança absoluta, é o sinal de que se foi afetado por aquilo”. (LACAN, 2009, p. 99).

E uma das coisas que não entendo é o porquê, depois de uma longa produção em francês, Beckett retorna ao inglês, e num texto justamente intraduzível. Não estaria aí a estratégia de minoração que Deleuze atribui aos grandes escritores e que “equivale a dizer que um grande escritor sempre se encontra como um estrangeiro na língua em que se exprime, mesmo quando é a sua língua natal?” (DELEUZE, 1997, p. 124). Talvez, no final, Beckett possa ter voltado à sua língua materna, precisamente porque havia aprendido a tratá-la como radicalmente *estranha*...

Referências

- ABRAHÃO E SOUSA, L. M. O vazio como condição. **Revista Gragoatá**, Niterói: Niterói, n. 34, v.1, p. 61-76, 2013.
- ANDRADE, F. S. **Samuel Beckett: o silêncio possível**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- BADIOU, A. **Pequeno manual de inestética**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BECKETT, S. **Malone morre**. Tradução de Paulo Leminski. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BECKETT, S. **Molloy**. Tradução de Ana Helena Souza. São Paulo: Globo, 2007.
- BECKETT, S. **O inominável**. Tradução de Ana Helena Souza. São Paulo: Globo, 2009.
- BESBES, K. **The semiotics of Beckett's theatre**. Flórida: Universal Publishers, 2007.
- BRASIL, M. C. G. M. A do. A literatura como um duplo da Psicanálise. In: BALDINI, L. J. S; ABRAHÃO E SOUSA, L. M. **Discurso e sujeito**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2014.
- CATÃO, I. **O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo**. São Paulo: Instituto Langage, 2009.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FELMAN, S. **Writing and madness**. Palo Alto: Stanford University Press, 2003.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.
- LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LACAN, J. **O Seminário: livro 7 – A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LACAN, J. **O Seminário: livro 18 – De um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- LEITE, N. Psicanálise e literatura. **Recorte**. Três Corações, ano 4, n. 7, v. 1, jul./dez. 2007.
- MILNER, J-C. **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- PÊCHEUX, M. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise;

MARANDIN, Jean-Marie; PECHEUX, Michel (org.). **Materialidades discursivas**. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SAFATLE, V. **A paixão do negativo**: Lacan e a dialética. São Paulo: Unesp, 2006a.

SAFATLE, V. Destituição subjetiva e dissolução do eu na obra de John Cage. *In*: RIVERA, T.; SAFATLE, V. (org.) **Sobre arte e psicanálise**. São Paulo: Escuta, 2006b.

Como viver junto? Uma arquitetura discursiva em *Minha Casa Minha Vida*¹

Luciene Jung de Campos
UCS

Este texto aborda algumas das reflexões produzidas, durante o projeto de extensão universitária *Tenda: Como viver junto?*, realizado em um residencial do Programa Minha Casa Minha Vida. Tal projeto é um desdobramento da pesquisa *Artesanato e turismo: transformações e trocas simbólicas*,² em que o artesanato é entendido uma herança cultural de uma comunidade que contém aspectos de memória transmitida através de uma técnica, transformada no cotidiano e reinventada no coletivo. Nessa visada, o artesanato é o que resta de um tempo e de uma história. Trata-se de um fragmento de um todo que se dinamiza, produzindo sentidos.

Na relação com o turismo, campo do saber que tem por objeto o deslocamento humano, o artesanato pode funcionar como um

¹ Nossos agradecimentos à Raquel Alquatti, BIC-UCS-Fapergs, a Ismael Pereira, BIC-UCS-CNPq; à Paula Carina Meyer da Silva, bolsista Capes-UCS, pela participação nas oficinas e pelas contribuições valiosas na análise e discussão dos fatos. Também à Rosane Hambsch do Nascimento, coordenadora do projeto técnico-social de pós-ocupação no PMCMV no Município de Caxias do Sul, e às crianças moradoras que desenharam conosco.

² O projeto de pesquisa *Artesanato e turismo: transformações e trocas simbólicas* foi acolhido no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – PPGTUR/UCS e tem apoio do CNPq.

mediador entre o visitante e a cultura local. O artesanato oferece-se, às vezes, como um objeto apaziguador do estranhamento daquilo que o visitante jamais poderá apropriar-se ou dele saber.

O presente trabalho busca apresentar a tessitura artesanal engendrada entre um projeto de extensão universitária e um projeto social de moradia. Em direção à demanda de laço social, as aflições são muitas. Talvez o fazer-saber artesanal – o trabalho enquanto portador de uma verdade, de um saber sobre o sujeito que habita – possa surgir como uma travessia. Nesta empreitada, juntamente à Análise do Discurso pecheutiana, buscamos amparo teórico, literário e artístico nas obras de Roland Barthes (2003), Tomás Morus (1997) e Hélio Oiticica (1986).

A tessitura engendrada consiste na elaboração, em conjunto, de um móbile grandioso que nomeamos *Arquipélago*, por reunir metaforicamente, ao mesmo tempo, muitas ilhas isoladas e circunscritas, mas também configuradas e ligadas a um conjunto. Alusão à Ilha da Utopia, de Tomás Morus (1997), ligada a um projeto político-social com maior equidade entre os seus habitantes.

A colocação da demanda

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado pelo governo federal em março de 2009. De acordo com a Lei n. 12.424, de 16 de junho de 2011 – que altera a Lei original n.11.977 de 2009 –, o PMCMV tem como finalidade “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais”. (BRASIL, 2011). Esse programa destina-se a famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), abarcando o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A viabilidade do programa dá-se através da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). É dever dos estados e dos municípios a execução do trabalho técnico e social pós-ocupação. O trabalho técnico e social é orientado pelas diretrizes do Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), elaborado pela Caixa Econômica Federal –

o qual tem como objetivo disponibilizar diretrizes e informações para

a elaboração, implantação, registro, monitoramento e avaliação do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS, apoiando a implementação das ações desde a concepção do projeto até a etapa posterior à conclusão das obras e serviços. (UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR, 2009).

Em função de nossa pesquisa, que tem como materialidade o artesanato, fomos convidados a propor um projeto de extensão universitária, no trabalho técnico e social pós-ocupação em uma das unidades do PMCMV. A solicitação era para que trabalhássemos em um residencial com aproximadamente 100 famílias, a partir de duas metas: geração de trabalho e renda através do trabalho artesanal, bem como elaboração de uma cartilha com regras de boa convivência.

O trabalho técnico e social pós-ocupação (em parceria com a Prefeitura Municipal, a Caixa Econômica Federal e a Universidade) já havia viabilizado vários minicursos aos condôminos desse residencial, tais como: curso de administração de condomínios; curso de economia doméstica; curso de orçamento doméstico familiar; curso de acondicionamento de lixo e meio ambiente; curso de direito de família; curso de direito civil.

Enquanto professores universitários, indagávamo-nos: quem, dentre nós, havia recebido tal preparação para ocupar nossos imóveis de classe média brasileira? Um misto de ironia e inveja tocou alguns de nós. Na posição de analistas de discurso, procuramos compreender as condições de produção no contexto imediato e estranhemos tanta qualificação para ocupar um condomínio.

Na tentativa de compreender a função desses rituais ideológicos de iniciação à democracia capitalista para, assim, reformularmos a demanda e construirmos uma proposta que não obturasse os furos e as falhas do sistema através do silenciamento dos moradores, lançamos mão de uma memória teórica. Tal exigência de capacitação para habitar um imóvel remeteu-nos ao conceito de *dejeito integrado*, de Barthes (2003), presente em sua obra *Como viver junto?*

Segundo o referido autor, ao mesmo tempo, o viver junto é escolher e eliminar, “é o status contraditório da pátria: rejeitado e integrado, integrado como dejetos. [...] Toda sociedade guarda ciosamente seus dejetos, impedem que eles saiam”. (BARTHES, 2003, p. 158). O dejetos, apontado pelo autor, desperta curiosidade, pois se coloca tanto como o ponto que carrega o lixo de uma comunidade quanto aquilo que carrega o enigma. Em um último movimento, pode também levar à glorificação e à consagração, quando integrado, recuperado, pelas instâncias de poder.

Além do dejetos consagrado, de Barthes, associamos, aos fatos em análise, o conceito de *hipócrita cultural*, de Freud (1976 [1915]).³ Em seu texto *Reflexões para os tempos de guerra e morte*, o autor argumenta que a sociedade civilizada, estimulada pelo êxito de conquistar a obediência de muitos sujeitos, “se permitiu o engano de tornar maximamente rigoroso o padrão moral”. (FREUD, 1976 [1915], p. 321). Dessa forma, força seus membros a deixarem de lado suas exigências pulsionais, produzindo assim, ao invés de cidadãos civilizados, hipócritas culturais. O hipócrita cultural é aquele que vive acima de seus meios psicológicos, coagido por uma sociedade demasiadamente exigente.

Sobre a hipocrisia social, Barthes acrescenta: “todo edifício burguês é um espaço de escutas e espionagem. A parede, limite da respeitabilidade, máscara colocada sobre a vista, é forçada pela escuta”. (BARTHES, 2003, p. 159). A escuta faz tecer conjecturas sobre as possíveis formas de gozo do outro.

Para controlar o gozo e gerir a vida em comum, passam a ser discutidas ou impostas regras e regulamentos que normatizam a convivência, a cidade e o espaço em comum. Barthes (2003) trata do viver junto como uma complexa tarefa mergulhada em regras e regulamentos. O autor diferencia a regra, enquanto ato individual, ético, que pode ser posto em comum; já o regulamento é da ordem do escrito, da lei e da punição proveniente da infração. Entretanto, se “toda regra contém um germe de regulamento, que todo costume é uma forma disfarçada de lei” (BARTHES, 2003, p. 235), ao mesmo tempo em que a casa cerceia o espaço que demarca o privado, o viver junto diz respeito ao público.

Nessa linha, Freud (1976 [1930], p.105) aborda a contradição e o sofrimento dos sujeitos na vida em sociedade, pois “nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça”. O viver junto exige o sacrifício de abdicar do prazer pulsional, impondo limites ao gozo, e a sublimação, por sua vez, nem sempre é um destino facilmente dado aos impulsos sexuais e agressivos, para salvaguardar a vida em sociedade e, em troca, obter segurança e conforto.

Propor uma discussão sobre o espaço comum requer levar em conta que “viver junto é do campo do desejo”. (BARTHES, 2003, p. 147). Viver junto é ocupar espaço, é expor o corpo, é traçar limites e revelar fronteiras. Habitar espaço com outros significa preencher um vazio. Começamos a habitar através do nosso corpo e das coisas que trazemos, mas principalmente com a nossa voz. Falar é revelar. A voz é um corte no silêncio e uma manifestação no espaço.

Para Lacan, a voz é um corpo: “a fala, com efeito, é um dom de linguagem, e a linguagem não é imaterial. É um corpo sutil, mas é corpo. As palavras são tiradas de todas as imagens corporais que cativam o sujeito”. (LACAN, 1998 [1966], p. 302). Para Barthes (2003), a proximidade dos corpos implica o questionamento do espaço, coloca-se naquilo que pode ser visto, sentido e, principalmente, ouvido. Viver junto é escuta. E Lacan (1998 [1966], p. 302) adverte que “as próprias palavras podem sofrer lesões simbólicas e realizar os atos imaginários”, atos dos quais o morador é o sujeito, diríamos.

Daí a importância de recolocarmos a demanda e resistir à tentação de falarmos pelos moradores; assim, que eles falem por si mesmos e que nós façamos a escuta.

Reposicionando a demanda, pois não há ritual sem falhas

Na operação de subversão da demanda que nos foi colocada, insistimos com Tomás Morus:

Se você não pode extirpar radicalmente opiniões errôneas, remediar o que considera como abusos inveterados isso não é uma razão para se afastar da coisa pública: não renunciamos a salvar o navio na tempestade, só porque não saberíamos impedir o vento de soprar. (MORUS, 1997, p. 55).

A obra clássica de Tomás Morus, publicada inicialmente em 1516, *A Utopia* – esse lugar que ainda não existe, mas que não nos impede de desejá-lo –, guarda estreita ligação com o projeto de moradias para todos os brasileiros. O PMCMV e a obra de Morus instalaram-se no contrafluxo dos valores da classe dominante vigente à sua época, revelam-se trabalhos de crítica social.

“Sob o pretexto de remediar a loucura dos outros, vamos delirar em companhia deles”. (MORUS, 1997, p. 56). Assim como o autor, tentamos trabalhar através dessa via torta, sem propor um modelo a ser seguido, instigando à experimentação entre loucuras e remédios, traçando um caminho indireto para navegar com o barco em meio à tempestade, sem a pretensão de salvá-lo. Assim, buscávamos “um copo de mar para navegar”, como queria a poesia de Jorge de Lima (1997 [1952], p. 510) na *Invenção de Orfeu*.

Dessa forma, enunciamos o Projeto *Tenda: como viver junto?* com o objetivo de identificar os modos de ocupação e a tomada de posição do sujeito no discurso enquanto (m)orador. A partir de um espaço de experiência e convivência para o compartilhamento de diferentes saberes e práticas do cotidiano, buscamos compreender o processo de construção do coletivo. Em relação à demanda inicial, ele já se instala como equívoco, pois não se dispõe ao pragmatismo nem à docilização dos corpos para o trabalho. Aposto no trabalho sem mestre, próprio do inconsciente.

O Projeto *Tenda* é inspirado no Projeto *Barracão*, idealizado por Hélio Oiticica em 1968. Oiticica propõe a construção de um lugar-recinto-casa enquanto composição de uma obra que seja também um espaço de moradia. O *Barracão* – que, segundo o artista, é uma formulação de seus Parangolés, que apareceram em 1964 – tem fundação na raiz brasileira em oposição à folclorização do Brasil e revela uma “possibilidade viva da cultura em formação”. (OITICICA, 1986, p. 116). O projeto *Barracão* é, portanto, um lugar de possibilidades, onde se faz possível a “catalisação das energias não-opressivas e a proposição do lazer ligado a elas”. (OITICICA, 1986, p. 117).

O *Barracão* é proposto como uma moradia inspirada na estrutura habitacional das favelas, como uma crítica à organização social

capitalista, guardando certa precariedade e vulnerabilidade, arriscando a desmontar-se. “A favela foi para Oiticica a experiência do viver comunitário, alternativo e marginal”. (FAVARETTO, 1992, p. 195). O projeto, no entanto, nunca foi concretizado em uma obra. Objetivava a construção de uma casa de madeira, onde, segundo o artista, as pessoas deveriam sentir-se no seu lugar, onde também se reuniriam para criar, inventar. Favaretto (1992) argumenta que a ruptura do modelo habitacional burguês é o que possibilitaria viver na margem, fragmentar as estruturas opressivas “condicionantes”. O espaço de criação é vinculado então à margem social, e é, nesse lugar, que se poderia encontrar o lugar da criação e a experiência.

Compreendemos que o viver-junto vai além das barreiras físicas. As paredes, os corredores, as escadas, portas e janelas pouco delimitam um território e pouco garantem privacidade. Podemos ouvir, sentir, ver o outro, assim como somos percebidos por aqueles que habitam o espaço comum. O residencial compõe um novo tecido urbano com um vocabulário próprio. Mais que um conjunto de sotaques e expressões, é um idioma que pode ser falado e aprendido. Esse tecido urbano reclama por ser entendido como um grupo que possui costumes, comportamentos, solicitações e formas de expressão característicos. O contato com a sua linguagem permite o surgimento de um espaço onde um novo discurso pode apresentar-se. Já que falamos a mesma língua, não precisamos impor a tentação acadêmica de falar por eles. Que falem sobre si mesmos, sobre sua posição, seu espaço e seu lugar. (CAMPOS; ALQUATTI; PEREIRA, 2013).

Dentro da execução do projeto, foram realizados doze encontros no salão de festas do residencial: adultos foram convidados, mas, para a nossa surpresa, a resposta veio das crianças, de quem tivemos uma significativa participação. Observamos que as crianças conheciam-se, chamavam-se pelo nome e ocupavam intensamente a área comum do residencial, acompanhadas por gatos e cachorros que, algumas vezes, não chegavam a ser animais de estimação. Disponibilizamos retalhos de tecido, lã, fios, argila, papel, cola, canetas e pincéis coloridos. Foram produzidos, crescente e coletivamente, trabalhos de desenho, colagem e escultura, cujo tema perpassa a experiência afetiva compartilhada.

Nesse sentido, o Projeto *Tenda* busca instalar um espaço simbólico que permite emergir o desejo dos sujeitos em contraponto às regras e às normas que assolam os que vivem junto em um espaço comum. O interesse é a mera convivência. Não buscamos ensinar, nem organizar, tampouco higienizar. Buscamos o contato com a linguagem dos moradores, para oportunizar o surgimento de um espaço onde outra posição-sujeito possa delinear-se.

Podemos registrar os resultados: na ocupação coletiva-lúdica-reflexiva do espaço comum; nas atividades conjuntas do grupo de crianças abordando o viver-junto; na elaboração dos desenhos e das esculturas; na construção do móbile *Arquipélago*.

A ocupação coletiva-lúdica-reflexiva do salão de festas pelas crianças dá outro sentido para o espaço comum. Trata-se da ampliação do espaço social e da potencialização do espaço coletivo. Propor a abordagem do espaço comum requer levar em conta que “viver junto é do campo do desejo”. (BARTHES, 2003, p.147). Viver junto, portanto, é ocupar espaço, é expor o corpo, é traçar limites e revelar fronteiras. Habitar espaço com outros significa preencher um vazio.

Se o laço social é dado ao fracasso, as crianças subvertem a ordem. Convivem, brincam, brigam, jogam. Como diz Leminski (2014): “Adão nasceu pelado e nada era o que ele tinha, me explica, me explica vizinha como é que tem gente rica [...]”. Se viver-junto é utopia, o espaço *Tenda* possibilitou – tal como a proposta de Hélio Oiticica – um espaço de catalisação de energias não opressivas: um espaço na contramão das normas que regulamentam o viver-junto, sem preocupação de educar, organizar, disciplinar ou produzir, mas possibilitar corajosamente a expressão social do sujeito.

A criação de desenhos em companhia de outros vizinhos mobilizou a narrativa de histórias. Essas histórias, às vezes singulares, às vezes reprodução de novelas e de notícias, tornam-se uma intervenção viva e eficaz. Permitem que se observe os desenhos a uma certa distância, nos traços grandes e simples que caracterizam o narrador e que nele se destacam. Surge uma cabeça humana ou o corpo de um animal, um edifício ou uma casa no alto de uma montanha; ali onde alguém manifesta o desejo de ouvir uma história, instala-se a capacidade de trocar experiências.

Mó(b)ile – Mot íle: um projeto para o Viver-Junto?

No final, tínhamos uma montanha de desenhos, quando começamos a discutir com as crianças o que iríamos fazer com esses desenhos. Um varal, uma toalha, um tapete, um quadro... Optamos, conjuntamente, por dispô-los na forma poética de um grande móbile. Os desenhos foram envelopados em sacos plásticos e suspensos por finas correntes pendentes em um móbile circular e labiríntico, uma escultura penetrável com inspiração em Oiticica, que pode ser “vestida”, atravessada, vivida como uma roupa-lugar-recinto-casa.

O móbile, enquanto um objeto suspenso que vai do chão (de onde ele se levanta, pois muitas crianças se sentavam ou deitavam no chão para desenhar) até o teto, funciona como uma árvore cheia de galhos e folhas que se enraizou no teto e que pode ser experimentado, manuseado. Guarda algo da ordem do estranho, à medida que faz retorno sobre o imóvel habitado – o apartamento de cada um – com suas janelas abertas que se entrecruzam transcodificando o mundo recôndito da vida privada para os outros, para o mundo abrigo. Assim como a capa parangolé de Hélio Oiticica (SALOMÃO, 2015), o móbile é um exemplar de um esteticismo *low-tech*, amostra representativa de um universo de escassez. Uma caixa de *slides*. Lâminas de um retroprojektor. Um tipo de leque. Um visor.

A esta obra coletiva foi atribuído o título *Arquipélago* – uma peça nem linear nem inteiriça – um conjunto de ilhas, “Ilhas de papel” numa alusão à obra revolucionária de Tomás Morus (1997), *A Utopia*. O móbile expõe uma representação do Viver-Junto, um projeto poético-político utópico, que reúne diferenças e semelhanças. Dá visibilidade ao coletivo em sua produção artesanal.

Vale dizer que, na perspectiva de Tomás Morus (1997), esse próprio texto é também uma “Ilha de papel”, igualmente utópica, uma alavanca infatigável que existe apenas no sonho de uma escrita, no viés fragmentário do recorte do pesquisador. No entanto, não deliramos a sós, o texto teórico-científico é uma produção artesanal que se tece para mobilizar a condição crítica em relação à sociedade, à cidade e às instituições, caso contrário, de nada vale o conhecimento.

Diríamos, juntamente com Pêcheux, que esses desenhos reunidos coletivamente ganham o *status* de acontecimento discursivo, pois são

[...] objetos discursivos de talhe estável, detendo o aparente privilégio de serem, até certo ponto, largamente independentes dos enunciados que produzimos a seu respeito, vêm trocar seus trajetos com outros tipos de objetos, cujo modo de existência parece regido pela própria maneira com que falamos deles [...]. (PÊCHEUX, 2012, p. 28).

Sem dúvida, essas criações aproveitam-se de um desequilíbrio do sistema dominante, de uma falha desse ritual, irrompem e apresentam-se em formato do inesperado, surpreendem em sua equivocidade em relação ao que estava posto. No jogo da livre-associação, rasgamos o significante móbile. Ele reapresenta-se a nós, analistas do discurso, faz retornar ao real da língua, transposto para a linguagem. Também pode ser tomado como o real da imagem como mo(b)ile: mot île, “palavra ilha”, a ilha da utopia como queria Morus e como queremos nós do “b” do Mó(b)ile. Na esperança de que o “b” (de Brasil) adquira um sentido antes ausente, mas que é possível de ser produzido no encontro das formulações artísticas com a historicidade, fazendo surgir esse “copo de mar” onde possamos navegar, pensar e habitar.

Referências

BARTHES, R. **Como viver junto**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Lei n. 12.424, de 16 de junho de 2011**. Altera a Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12424.htm. Acesso em: 20 maio 2016.

CAMPOS, L. J.; ALQUATTI, R.; PEREIRA, I. O percurso centro-borda na cidade labirinto. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 10., 2013, Caxias do Sul. **Anais[...]** São Paulo: Aleph, 2013. Disponível em: http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2013/index.php. Acesso em: 20 maio 2016.

FAVARETTO, C. F. **A invenção de Hélio Oiticica**. São Paulo: Edusp, 1992.

FREUD, S. Reflexões sobre tempos de guerra e morte. In: SALOMÃO, J. (ed.). **Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1915]. p. 311-326. v. XIV.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: SALOMÃO, J. (ed.). **Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1930]. p. 81-174. v. XXI.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1966].

LEMINSKI, P. Adão. In: **Leminskanções**. Curitiba: Whols Produções, 2014.

LIMA, J. A invenção de Orfeu. In: LIMA, J. **Jorge de Lima: poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p. 505-802.

MORUS, T. **A Utopia**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

OITICICA, H. **Aspiro ao grande labirinto**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Editora Pontes, 2012 [1997].

SALOMÃO, W. **Hélio Oiticica: qual é o parangolé? e outros escritos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. **Orientações Formulários para Projeto Técnico Social**. 2009. Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=313:orientacoes-formularios-paraprojeto-tecnico-social&catid=75:minha-casa-minha-vida-entidades&Itemid=98. Acesso em: 20 maio 2016.

“Bela, recatada e ‘do lar’”: efeitos metafóricos na trama do político

Lucília Maria Abrahão e Sousa – FFCLRP/ USP
Dantielli Assumpção Garcia – PNPD/Capes-Unioeste

Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida. (Simone de Beauvoir)

Uma capa de revista, uma reportagem da mesma revista: dois pontos, muitas reticências. Para nós uma grande interrogação: O que pode e deve ser falado sobre a mulher na esfera da vida pública? Que sentidos são considerados pertinentes ou indesejáveis de circular sobre ela? Por que, em um caso, cabe discursivizar efeitos de terror e ameaça à paz cívica com uma fotomontagem muito trabalhada no *fotshop* e disposta na capa e, em outro caso, é evidente que seja apresentada uma imagem singela e doce, quicá de uma miss submetida à coroa e ao manto? Ora, sabemos, pela teoria de Michel Pêcheux, que os sentidos não são neutros nem vivem colados a palavras em estado de dicionário, mas indicam modos de o político fazer ranger posições endereçadas, atribuídas ou tomadas pelos sujeitos. Assim dá-se a operação discursiva sobre ser mulher na conjuntura brasileira, sustentada por uma memória que dita certas regiões de sentido como naturais e aceitas, ao mesmo tempo em que outras devem ser rejeitadas. Desse modo,

falar da condição feminina nos remete a um passeio por discursos que se enredam e cruzam pelos fios da memória, indicando representações socialmente aceitas por regiões de dizer e poder; marcando lugares que foram legitimados em situação de embate e luta e abrindo poros de resistência que, aos poucos foram desvelando e inscrevendo sentidos. (PACÍFICO; ROMÃO, 2006, p. 74).

Neste texto, analisamos o funcionamento desses discursos que se enredam e cruzam pelos fios da memória e dizem sobre a mulher, interpretando postagens que circularam no *Twitter* e no *Facebook*, a partir de uma publicação da revista *Veja* sobre Marcela Temer, esposa do então vice-presidente do Brasil, Michel Temer, logo na semana seguinte à votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em abril de 2016. Interessa-nos investigar quais sentidos sobre o feminino circulam a partir da posição mulher do vice, o que para nós implica considerar também a posição de presidenta, já que o jogo no político é indiciário de um certo modo de inscrever efeitos sobre o que pode e deve ser esperado sobre a mulher no espaço privado e público. Trabalhando com a noção de “efeito metafórico”, almejamos discutir como o enunciado “Bela, recatada e ‘do lar’” (título da matéria da *Veja*), ao deslocar-se para o ciberespaço, produz um movimento de migração dos sentidos de um campo semântico para outro; movimento este que busca inscrever (e fazer pertencer) a mulher em uma esfera restrita ao lar, em contradição com outros, em que ela se coloca e é falada para além dele.

No dia 18 de abril de 2016, a revista *Veja* publica a matéria “Bela, recatada e ‘do lar’”, na qual traça um perfil de Marcela Temer, mulher de Michel Temer, então vice-presidente do Brasil. Após algumas horas, em resposta à matéria, diversas postagens nas redes sociais começam a circular em que o enunciado “bela, recatada e ‘do lar’” passa a ser confrontado, esgarçado e desdobrado em efeitos inesperados. Na reportagem jornalística, Marcela Temer é discursivizada como uma mulher que “sempre chamou a atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, que “gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, que é uma “mulher de sorte”. Essas marcas linguísticas não são transparentes e, pela opacidade do que parece

óbvio, podemos considerar, em um primeiro exercício de análise, o avesso dessas formulações: chamar a atenção por não ter beleza, ser extrovertida e gostar de roupas curtas e coloridas estão no avesso do dito e sinalizam não ter sorte, não ter os atributos que a revista valoriza como aqueles capazes de fazer um homem ser “de sorte.” Essa formação discursiva (PÊCHEUX, 1990 [1969])¹ é enfeixada por um imaginário sobre o feminino, que se sustenta a colocar a mulher como parte de um homem, como sombra de seu sobrenome e como prótese do cargo ocupado por ele. Assim, tem-se a mulher como impedida de ter autonomia e ser reconhecida por si mesma, por seu trabalho e por sua voz, o que implica considerar que a função da mulher é estar silente como adorno masculino; em outros termos, trata-se de ser “a mulher do vice” ou “uma vice-primeira-dama do lar”.

Chama a nossa atenção que “do lar” não seja uma marca qualquer, o uso das aspas aqui não é inocente, e o discurso midiático como que se isenta de assumir tal denominação, marcando-a como estranha ao discurso, uma citação de algo que circula em outro lugar e já há muito. Em outro momento, há uma Marcela Temer em posição de recato, contudo, não vestida com roupas claras, como diz a *Veja* – que Marcela gosta –, mas com um vestido preto rendado com flores vermelhas e pétalas verdes. Com um braço totalmente coberto por uma echarpe preta e o outro parcialmente à mostra, a foto de Marcela Temer não é no ambiente do lar, mas provavelmente em um evento social ou em um “jantar romântico” com o marido. Mesmo dizendo que Marcela é “do lar”, a foto mostra um outro espaço de circulação da vice-primeira dama, não mais o espaço privado, mas um espaço público (seria do bar?); o que se sabe, todavia, é que não é o espaço da rua. Algo da ordem do equívoco materializa-se na imagem e contradiz o dizer da revista. É interessante pontuar que, na matéria da revista *Veja*, o enunciado “do lar” está escrito entre aspas. Como afirma Authier-Revuz, as aspas são

¹ Ao longo do texto, colocaremos entre parênteses a data da edição da obra que estamos consultando e, entre colchetes, faremos referência à data de sua primeira publicação.

[...] a marca de uma operação metalingüística local de distanciamento: uma palavra, durante o discurso, é designada na intenção do receptor como o objeto, o lugar de uma suspensão de responsabilidade – daquela que normalmente funciona para as outras palavras. Essa suspensão de responsabilidade determina uma espécie de vazio a preencher, através de uma interpretação, um “apelo de glosa”, se assim se pode dizer, glosa que, às vezes, se explicita, permanecendo mais frequentemente implícita. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219).

O uso das aspas, “eco de seu encontro com o exterior” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219), pode indicar um distanciamento do enunciador em relação à afirmação de que Marcela Temer seja realmente “do lar”. Em geral, o uso dessa expressão indica a mulher dona de casa, a mulher que cuida do marido, dos filhos, do ambiente doméstico. As aspas põem em suspensão talvez esse “do lar” por ser Marcela Temer, de certa forma, uma figura pública. Além disso, sendo esse dizer atravessado pela questão da luta de classes, dizer que Marcela é “do lar”, como mulher branca e rica, indica sua posição de “patroa”, da mulher que administra o lar, mas não que é, de fato, “do lar”.

Tal indicativo de lugar dado por “do lar”, muito regularizado pelo efeito da memória discursiva (PÊCHEUX, 1999) em outros contextos sociais, é entendido aqui como um pré-construído para situar a mulher, circunscrevendo-a ao espaço doméstico e privado, nem mesmo na calçada ou no portão, como analisamos, em um conjunto de fotografias dos anos 1950 a 1990 (PACÍFICO; ROMAO, 2006), os discursos sobre o feminino – casa e corpo – deslocantes da casa para a rua, mas dentro do lar. Lá, a mulher não se compromete com o que está do lado de fora, não toca (e não é tocada pela) a rua, não se coloca no espaço público, não tem autonomia decisória sobre seu sustento e sua liberdade, o que faz falar uma maneira de ser sustentada pelo homem, ser obediente e submissa a ele. “Do lar” opõe-se, dentre outras inúmeras possibilidades que veremos a seguir, a “da rua”, o que marca um modo de circulação de efeitos sobre o feminino, no país, em uma década de inúmeras lutas de mulheres por direitos e por acessos, em marcha na rua e na rede (GARCIA;

SOUSA, 2015, 2014; CHAVES, 2015), na mídia e na universidade. (CESTARI, 2011). Efeitos esses de uma ocupação cada vez maior de lugares do espaço público – tanto por uma maior participação política da mulher quanto por sua maior inserção em algumas atividades do mundo do trabalho. Nessas lutas feministas/femininas: “uma perspectiva de atuação das mulheres na qual elas têm voz para questionar o que é política e levar ao espaço público temas antes considerados privados e pessoais, como o trabalho doméstico, a sexualidade, a família e a educação das crianças”. (CESTARI, 2011, p. 151).

Figura 1 – Desdobramentos de uma notícia na rede digital



Fonte: <https://www.facebook.com/NaoKahlo/?fref=ts>.

Nesses termos, compreendendo a matéria como de efeito machista, por colocar como opção à mulher a beleza, o recato e o lar, diferentes dizeres passam a circular na rua e no ciberespaço, buscando furar o discurso da *Veja*, tão arraigado em uma formação discursiva dominante sobre a mulher da sociedade brasileira. Na perspectiva discursiva, o funcionamento das palavras e dos enunciados está vinculado às formações discursivas, não estando os sentidos presos às palavras, nem sendo deriváveis de um suposto sentido literal: “O sentido é sempre uma palavra, uma proposição por outra: os sentidos só existem nas relações de metáfora dos quais certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório”. (ORLANDI, 1996, p. 21). Destacamos outro ponto dessa trama discursiva que nos parece bastante emblemático da mulher “do lar”: a maternidade. Na reportagem, a formulação é “sonha ter mais um filho com o vice”; “sonha” silencia, por um efeito de seleção na rede de constituição de outros possíveis dizeres, outros verbos, como, por exemplo, deseja, quer, luta. Esse movimento faz falar uma relação doce e ingênua com a prole, colocando a mulher no lugar daquela que anseia (para não dizer a ela só resta) a maternidade no âmbito do lar.

Os sentidos do discurso midiático da *Veja*, ao circularem no eletrônico, desvinculam-se de um suposto sentido literal em que adjetivar a mulher como “bela, recatada e ‘do lar’” poderia ser visto como elogioso para passar a funcionar como uma valorização que subjuga a mulher que não age e/ou não é assim (filiando, desse modo, a um discurso machista). Não estando os sentidos presos às palavras, esses escapam, fazendo funcionar uma outra memória sobre a mulher, memória essa filiada às lutas por espaços legitimados e menos violentos a elas. É justamente isso que nos interessa: investigar como o “do lar” dá-se a desdobramentos afetados pelo ranger de tensões sociais e pela emergência de uma posição-sujeito mulher, que se posta fora do lar, em lutas por outros dizeres. Estamos diante de uma propriedade fundante da palavra, qual seja, ser um origami com inesgotáveis possibilidades de dobra e de arranjo, visto que a tensão da história produz na língua seus efeitos. Pêcheux define o “efeito metafórico” como

[...] o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre *x* e *y* é constitutivo do “sentido” designado por *x* e *y*; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, em que o sentido é fixado de antemão. (PÊCHEUX, 1990 [1969], p. 96).

A metáfora, na Análise do Discurso francesa, vista como uma transferência, funcionando no deslizamento entre formações discursivas, faz parte do processo de constituição dos sentidos e dos sujeitos, estando o processo de produção dos sentidos sujeito ao deslize “havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui”. (ORLANDI, 2002, p. 79). Ainda sobre o efeito de substituição, temos que

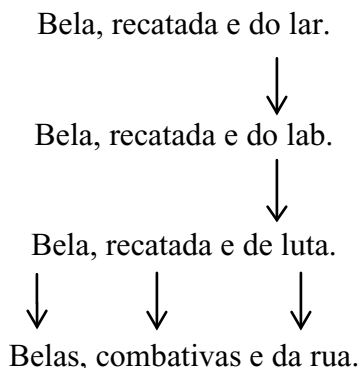
a metáfora é tradicionalmente repertoriada nos tropos do discurso como uma figura de estilo fundada em relações de similaridade, de substituição. [...] é um processo que consiste em designar alguma coisa por meio do nome de uma outra coisa. (DOR, 1995, p. 43).

Também em Mariani (2007, p. 67), observamos esse jogo metafórico como o próprio da língua abrindo espaço para a substituição de uma palavra ou outra e para a substituição de uma palavra por outra. Vejamos.

Ora, está em jogo aí tanto a possibilidade de se usar uma palavra ou outra, em função de relações de similitude (sinonímia), quanto a possibilidade de, nesse processo de substituição contextual de uma palavra por outra, chegar-se a um termo bastante distanciado do primeiro, mas que guarda, com esse primeiro termo uma memória de sentido. (MARIANI, 2007, p. 67).

É esse outro possível que constitui os sentidos que emergem das postagens que passam a circular no dispositivo eletrônico, a partir de um deslizamento do discurso midiático da *Veja*, as quais são

imediatamente inscritas após a publicação da reportagem da revista e em número estrondoso. Temos, nas postagens, vários deslizamentos de sentido, dentre os quais destacamos:



A formulação “bela, recatada e ‘do lar’” tem seus efeitos metaforizados e deslocados, substituídos e torcidos por um jogo que passa pelo humor, pelo chiste, pelo joke e pelos vários modos de dizer sobre ser mulher no espaço público. Essas substituições contextuais inscrevem os enunciados em outras regiões de sentido imprevisíveis e improváveis para o que *Veja* regularizou, e instalam o desacordo em relação à suposta unicidade do discurso midiático. Não mais a mulher “do lar”, mas sim a mulher “da rua”, “da luta”; não mais a “recatada”, mas a “combativa”. Deslizando entre uma FD machista e uma FD feminista, os sentidos passam a circular no ciberespaço – funcionando como um espaço de ativismo político – e mostram diferentes lugares que, historicamente, vêm sendo ocupados pelas mulheres: no laboratório com Marie Curie, na luta com Dilma Rousseff, na rua com estudantes e mulheres militantes. Observemos.

Figura 2 – Ressonâncias em rede



Nessa postagem, Marie Skłodowska Curie é apresentada em seu espaço de trabalho; fora do lar, a cientista polonesa com naturalização francesa, mulher que conduziu pesquisas pioneiras no ramo da radioatividade, é colocada em relação de desacordo com a “mulher de sorte” dita pela revista de circulação nacional. Destacamos que Madame Curie foi a primeira mulher a receber o título de Doutora na Sorbonne, primeira mulher a ser laureada com um prêmio Nobel no começo do século XX. Enquanto cientista, desenvolvia pesquisas nas áreas de Física e Química, e, na postagem, seu lugar de pertencimento é o laboratório. A mulher retratada é aquela que produz

ciência, e a postagem mostra que, historicamente, a mulher vem ocupando esse lugar para além do lar, mesmo, às vezes, sendo silenciada. No “lab” implica considerar que a mudança do “r” revoluciona todos os sentidos regularizados anteriormente, implodindo o lar como único lugar do feminino, inserindo aí um efeito de ruptura e ainda mantendo a beleza e o recato. “Ser do lab” faz troça e reviramento em “ser do lar”, tornando-o outro a partir do mesmo, fazendo “bela e recatada” filiar-se a outra região de sentidos.

Figura 3 – Efeitos de memória atualizados em outro contexto



Fonte: <https://twitter.com/nsettanni/status/723489302932541442>.

A fotografia histórica em preto e branco faz outra dobra no enunciado midiático, visto que marca uma posição para a mulher que a revista quer silenciar e apagar, especialmente porque diz respeito à ex-presidenta Dilma. Como ocorre na Figura 2, mantêm-se os dois primeiros atributos para o feminino, mas explode-se o último e inserem-se as reticências. Escutamos que “de luta” marca uma polissemia imensa, porque não se trata de uma bela “da luta”, ou seja, de uma luta definida e estabelecida por um artigo definido; mas implica algo mais que isso: ser “de luta” produz uma tagarelice de efeitos possíveis, luta contra a ditadura, contra a falta de liberdade,

contra a tortura, contra os padrões estabelecidos para a mulher, contra os generais torturadores, contra o poder instituído outrora. Faz ressoar ainda efeitos do que hoje leva Dilma a estar em outra luta política, a saber, para manter-se no Poder Executivo, enfrentando a denominada oposição ao seu governo, ou seja, a foto estabelece uma substituição em relação ao enunciado original da revista e faz deslocar sincronicamente dois momentos de luta da militante e presidenta Dilma. As reticências colocam uma abertura para que estes sentidos – e tantos outros – possam pulular.

Figura 4 – Nos sites imagens e palavras de deslocamento



Fonte: <https://twitter.com/uneoficial>.

A Figura 4 não traz somente uma mulher no centro, mas sim um grupo de mulheres que seguram cartazes (“#feminismo”, “contra a violência”), o que indicia um modo de dizer das lutas de coletivos de mulheres. Por ser uma publicação da União Nacional dos Estudantes, podemos dizer que as mulheres, na imagem, são estudantes, militantes, “combativas” que ocupam as ruas. Continuam belas, sem o recato que poderia ser confundido com timidez ou inibição, por

isso, estabelecem uma inscrição “nova”: ser combativa. Combate implica resistência e/ou luta contra um outro, contra um opressor, contra um lugar de dizer naturalizado como único e estabelecido como o melhor para a mulher (o lar). Aqui elas são mesmo da rua, o que faz uma diferença imensa em relação a formulações anteriores, visto que a rua é o espaço público por excelência, é lugar de todos e, de qualquer um, até mesmo dos excluídos de toda sorte de inclusão; é onde circula o burburinho da vida, se ganha o pão, se trabalha e encontram-se outras mulheres em marcha.

Nas postagens, os deslizamentos (do lar → do lab → de luta → da rua) buscam furar uma memória discursiva que coloca como lugar de pertencimento à mulher o espaço privado (do lar) e não o espaço público (da rua, da militância, da pesquisa). Tanto nas postagens, como na matéria da revista *Veja*, as mulheres ocupam o centro da imagem. Mesmo as postagens que retomam do enunciado o “bela” e o “recatada”, o funcionamento se dá de modo diferente. Pelo avesso, “o bela”, “o recatada” funcionam negando a imagem da mulher submissa, da mulher de sorte por ser casada com um homem de sucesso. A mulher é bela por desenvolver ciência, por lutar contra governos ditatoriais, por ocupar as ruas pelo feminismo e pelo fim da violência. Pelo efeito metafórico, a mulher, de recatada, passa a ser combativa. E o combate atual é a dizeres, filiados ao discurso machista, que tentam impor um único lugar a ela: o lar. Deslocando dizeres, sentidos outros metaforizados surgem às mulheres. Como nos diz Pêcheux:

[...] é *porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma* outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, 2011, p. 158, grifos do autor).

Nesse deslocamento, há irrupção de um acontecimento do discurso (ZOPPI-FONTANA, 2009), uma vez que o enunciado “bela, recatada e ‘do lar’” é

[...] assombrado, mesmo depois de produzido, isto é, do acontecimento de sua enunciação pela *instabilidade radical* do seu vir-a-ser-consumado, isto é, pela possibilidade nunca cancelada de vir-a-ser-outro ou de vir-a-não-ser (ou seja, de não durar o suficiente para produzir um encontro “feliz”, um sentido que “pegue” historicamente, para se estabilizar como processo discursivo). Neste sentido, o acontecimento do discurso definido como encontro de uma atualidade e de uma memória, enquanto fato consumado, não se opõe nem exclui a possibilidade de ser outro. (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 138-139, grifos da autora).

Como mostramos, o enunciado “bela, recatada e ‘do lar’” não dura suficientemente para produzir um encontro “feliz”, historicamente sustentado, na imagem da mulher submissa e do lar. Esse enunciado, pelo funcionamento metafórico, vem a ser outro, atualizando uma memória acerca do que é ser mulher. Para Zoppi-Fontana (1997), o acontecimento do discurso é entendido como

[...] a ruptura de uma prática discursiva pela transformação dos rituais enunciativos que a definem; a interrupção de um processo de reformulação parafrástica de sentidos pelas mudanças das condições de produção; enfim, a emergência de um enunciado ou de uma posição enunciativa novos que reconfiguram o discurso, e através deste participam do processo de produção do real histórico. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 51).

Em um processo de reformulação parafrástica, tendo como condições de produção o ciberespaço, a emergência de enunciados (“bela, recatada e do lab”, “bela recatada e de luta”, “belas, combativas e da rua”) e de uma posição discursiva (a mulher combativa) novos que reconfiguram o discurso e participam do processo de produção do real histórico que diz sobre a mulher. Essas reformulações buscam ressignificar a mulher para além de uma clausura simbólica e imaginária do lar, pois as mulheres

ainda que vestidas de maneira moderna, inseridas na esfera pública e constituídas como mão de obra ativa, elas se inscrevem naquele lugar em que parecem ter um dono, um poder alheio e sustentador de tiranias diversas que as controla, muitas vezes, marcando-as com bofetadas. (PACÍFICO; ROMÃO, 2006, p. 88).

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Palavras mantidas a distância. *In*: AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 217-237.

CESTARI, M. J. **A constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina na década de 1970**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CHAVES, T. V. **Feminismo e novas práticas de resistência**: uma análise discursiva da Marcha das Vadias. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GARCIA, D. A.; SOUSA, L.M.A. A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, p. 991-1008, 2015.

GARCIA, D. A.; SOUSA, L.M.A. A marcha das vadias nas redes sociais: um discurso da militância? **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, p. 1041-1055, 2014.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan**: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v.1.

MARIANI, B. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. **Revista Trama**, Marechal Rondon, v. 3, n. 55, p. 55-71, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PACÍFICO, S.M.R.; ROMÃO, L.M.S. A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino. **Em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 73-90, jan./jul. 2006.

PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.p. 49-57.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990 [1969].

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos**. Campinas: Unicamp, 1997.

ZOPPI-FONTANA, M. O acontecimento do discurso na contingência da história. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C. L.; MITTMANN, S. (org.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

<http://piadasnerds.etc.br/bela-recatada-e-do-lab/>.

Canto onde me calo

Márcia Maria da Silva Cirigliano

Conservatório Brasileiro de Música/Centro Universitário, RJ

Este trabalho pretende dar continuidade às reflexões que surgiram a partir de pesquisa para tese de doutorado (CIRIGLIANO, 2015), concluída há um ano. Buscando respostas musicais de crianças e adolescentes autistas, chegou-se a confirmar a hipótese de que organizar, em uma estrutura musical, os gritos e balbucios dos sujeitos autistas, não apenas modificava o discurso em seu entorno, mas propiciava que comportamentos agressivos de uns e o mutismo de outros cedessem seus lugares. Nesses lugares, entravam melodias complexas entoadas com afinação impecável e emissão de palavras soltas, aparentemente sem valor significativo, mas com a aposta de uma enunciação, por parte de quem os escutava em atendimento.

As observações para esta pesquisa originaram-se no Instituto Benjamin Constant, uma escola do governo federal brasileiro, fundada em 1854, sob a denominação de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Localizada no bairro da Urca, Rio de Janeiro, visa a atender crianças e adolescentes cegos ou de baixa visão. Nos últimos anos, a escola vem recebendo um contingente cada vez maior de alunos que, para além dos problemas visuais, portam diagnósticos médicos, laudos psicológicos, neurológicos e psiquiátricos.

A escola oferece ensino regular (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), além de atendimentos na área médica. Conta também com um polo esportivo, que é incentivado, nas aulas de Educação Física, por atividades na piscina, no ginásio e em quadras de esportes, como o *goalball*, *football* adaptado para cegos.

Os alunos estudam desde a Educação Infantil até o nono ano. Além disso, há o Setor de Estimulação Precoce, que atende bebês de zero a quatro anos. O Instituto também conta com o Programa Educacional Alternativo (Prea), que trabalha com a múltipla deficiência, assim descrita como toda e qualquer patologia física, emocional ou mental associada: esquizofrenia, autismo, etc.

Conta-se ainda com oficinas de artesanato e aulas de música nos programas de reabilitação para os adultos que ficaram cegos, por acidentes ou doenças, como o diabetes. É importante ressaltar que as aulas de música não são ministradas pelo setor de Musicoterapia, para que não se confundam os papéis profissionais, já que, na sessão de musicoterapia, não se prioriza a estética musical, a afinação e a *performance* musical, seja no instrumento ou na voz, como na aula de música.

O setor de Musicoterapia é parte dos vários setores que compõem o quadro técnico de apoio às atividades escolares: serviço médico oftalmológico, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicomotricidade e fisioterapia. Na Musicoterapia, as sessões são semanais, no período letivo. Além disso, no setor, foi estabelecido, semanalmente, um horário denominado “plantão” para atender aos familiares que buscam esclarecimentos ou querem contar algo sobre as crianças/adolescentes atendidos. No horário de “plantão”, igualmente, os outros profissionais do Instituto podem se dirigir à sala de Musicoterapia para trocar ideias sobre os pacientes comuns a seus respectivos setores.

Assim, escutando mães e profissionais, priorizou-se, com o consentimento dos mesmos, o registro, em anotações de diário de campo, do que era dito acerca da criança/adolescente autista e suas reações ao atendimento. Paralelamente, registram-se, também, alguns relatos de pais e responsáveis, a partir de contatos em reuniões e conselhos de classe. Em outras palavras, o ponto de partida para a pesquisa da mencionada tese foi retirado deste trabalho de campo, com base nos atendimentos realizados em Musicoterapia, definida como prática clínica que utiliza a música como elemento terapêutico:

Musicoterapia é a utilização da música e/ou seus elementos (som, ritmo, melodia e harmonia) por um musicoterapeuta qualificado, com um cliente ou grupo, num processo para facilitar e promover a **comunicação**, relação, aprendizagem, mobilização, expressão, organização e outros objetivos terapêuticos relevantes, no sentido de alcançar necessidades físicas, emocionais, mentais, sociais e cognitivas. A musicoterapia objetiva desenvolver potenciais e/ou restabelecer funções do indivíduo para que ele/ela possa alcançar uma melhor integração intra e/ou interpessoal e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida, pela prevenção, reabilitação ou tratamento. (*Federação Mundial de Musicoterapia*, Inc. – 1996, Comissão de prática clínica, Hamburgo, 1996, grifo nosso).¹

Retomando o grifo na citação, cabe salientar que o termo *comunicação* neste trabalho, redimensionado, tanto pela Análise do Discurso quanto pela escuta psicanalítica, supõe o inconsciente e o sujeito do inconsciente, que é pontual e evanescente, que se equivoca. Por exemplo, em uma troca de nomes, pode-se supor que o sujeito queria dizer outra coisa e se equivocou. Também na Análise do Discurso o equívoco está em jogo. Nas palavras de Maia

mesmo no controle, entretanto, em se tratando de língua, o equívoco está posto, não como algo a ser descartado, mas como fato de estrutura, já que não existe uma relação direta entre o mundo e a linguagem, entre as palavras e as coisas. (2006, p. 18).

Portanto, este aspecto merece discussão quanto à metodologia da musicoterapia com autistas. Prosseguindo com a descrição do trabalho com musicoterapia no Instituto Benjamin Constant, deve-se explicar que os professores encaminham ao atendimento clínico musicoterápico quando, no convívio escolar, seu(sua) aluno(a) apresenta comportamentos considerados inadequados, como gritar

¹ Definição promulgada em Congresso em Hamburgo e assim utilizada como referência nas publicações da Musicoterapia.

e agredir. No intuito de discutir o funcionamento discursivo dos termos *gritar* e *agredir*, consideramos alguns de seus significados já fixados na Língua Portuguesa. Segundo o *Dicionário Aurélio* (1995), por exemplo, um dos significados para *gritar* é o de “vozes inarticuladas por quem sente dor, alegria ou espanto”. (FERREIRA, 1995, p. 706). Porém, para o estudo do autismo, quais os sentidos de gritar? Em termos desta pesquisa, e a partir de uma escuta da Análise de Discurso, consideramos, então, que “gritar” não tem um sentido único. Para os profissionais que mencionam os gritos do paciente, gritar se refere à ocorrência de gritos prolongados e sucessivos em ocasiões inusitadas, quando deveria haver silêncio. O termo *agredir*, segundo o mesmo dicionário, é definido como *bater, surrar, espancar*. (FERREIRA, 1995, p. 52).² A partir dessa definição, consideramos que *agredir*, quando usado pelos professores e pais, refere-se à autoagressão, momento em que o aluno pode inclusive se machucar seriamente: morder a própria mão, por exemplo.

É importante relembrar que o Instituto, enquanto escola para alunos cegos e de baixa visão, vem recebendo, cada vez mais, um contingente de crianças com comportamentos dessa monta, associados à cegueira. Incluem-se aí os já mencionados diagnósticos médicos, nos quais se destaca, para efeito desta pesquisa, o diagnóstico de autismo.

Trabalhando como musicoterapeuta no Instituto Benjamin Constant, ao escutar mães das crianças que apresentavam, além da cegueira, o diagnóstico de autismo, comecei a me indagar que lugar era dado àquelas crianças nos relatos de suas mães.

Paralelamente, em reuniões e conselhos de classe, era surpreendente escutar profissionais falando a respeito das mesmas crianças. Raramente a palavra *autismo* era empregada por esses profissionais, ainda que soubessem que as características das crianças que recebiam atendimentos correspondiam ao termo. Verificando também vários relatórios, novamente não se encontrava referência: a palavra “autismo”/“autista” tampouco figurava em qualquer apreciação escrita. O que levava a tal silenciamento?

² Para Horta Nunes (2006), o dicionário também é discurso.

Nesse ponto, fazer-se-ia necessário um estudo mais aprofundado do discurso, na perspectiva pecheuxtiana, uma vez que o filósofo Michel Pêcheux articula, em sua teoria, conhecimentos da psicanálise lacaniana. Isto porque, para além da escuta psicanalítica, que já fazia parte de minhas intervenções, enquanto musicoterapeuta, percebi a necessidade de um campo de estudo que ajudasse a responder sobre o que estaria em jogo, tanto na mudança de atitudes e falas de mães e profissionais, a partir dos ganhos da criança com a música, como também nos silêncios que se faziam, tanto na fala quanto na escrita, em torno do significativo *autismo* em todo esse contexto institucional.

O autismo é definido, nos tratados de Psiquiatria, como transtorno do desenvolvimento que compromete a socialização da criança. O autismo manifesta-se geralmente até os trinta meses de idade. (LEWIS, 1995). Quando a fala está presente, esta se dá em padrões incomuns, acompanhados de respostas bizarras ao ambiente. A criança autista, em geral, apresenta, portanto, dificuldades de relacionar-se com outras crianças e adultos, respondendo de maneira adversa ao meio em que vive: pode gritar sem razão aparente, por exemplo, rodar objetos e fixar-se neles, não se importar com o entorno, enfim, comportamentos estranhos à conduta social. A partir do desenvolvimento da tese de doutorado já mencionada, uma vez em Análise do Discurso, questionou-se a definição do autismo, pois ela se altera ao ser abordada por outros campos de estudo.

Diante de tal problemática, como pensar as situações da clínica, para além do decantado poder da música? Calando e escutando. A Música é uma arte que porta algo do Real: mesmo guardando relações com a Matemática, é possível desconfiar de sua precisão. Lacan, no *Seminário Identificação*, mostra-nos que A não é igual a A. Assim, com as figuras musicais, podemos também verificar, por exemplo, que uma semínima não é igual a duas colcheias, ainda que a Matemática e a notação musical garantam-nos isso. Então, se, em atendimento musicoterápico, eu bato quatro palmas e meu paciente desdobra cada palma em duas, ainda que o valor matemático seja o mesmo, o que ocorre sonoramente é distinto: poderia dizer que se desenvolvem aí duas ideias musicais diferentes.

Em Música, é possível refletir fazendo um recorte, a partir de uma pulsação. O pulso é uma medida física não visual, e, assim como os minutos e segundos do relógio não voltam mais quando a hora avança, o pulso demarcado pelo metrônomo marca uma sequência, mas não há repetição de um mesmo pulso: será sempre o próximo. Mantendo a comparação, assim como o relógio ajuda-nos em alguma noção de tempo, o pulso permite-nos estabelecer uma referência de regularidade, a partir da qual se constroem ritmos e melodias. Estas, quando ensaiadas, tampouco se repetem: mesmo que o ensaio musical proponha-se a uma repetição, quando são desbastados os possíveis erros de afinação e de métrica, um ensaio pode até resultar melhor que a *performance* final. De maneira análoga, nas partituras musicais, o sinal de *ritornello* mostra a intenção do compositor para que determinado trecho seja repetido, mas jamais garante que tal repetição seja exatamente igual. Está em jogo o que cada músico traz de si ao cantar ou tocar aquilo que o compositor escreveu.

O efeito de corte em Música, presente no ritmo, que pontua, separa em compassos as ideias sonoras, traz consequências importantes para o autista. Os comportamentos estereotipados tendem a ceder quando o ritmo é deslocado naquilo que se canta ou até mesmo na palavra cantada. Assim, na melodia da minha voz, incidirá o ritmo, bem como outros elementos musicais: ligaduras, pausas, etc. Insisto nesses detalhes porque a clínica demonstra que eles não passam despercebidos aos autistas, que muito bem respondem às sutilezas sonoras.

Lacan, no *Seminário 10*, afirma que o ouvido é o orifício que não se pode fechar. Entretanto, nossa sociedade tem filtrado informações a este orifício, não raro, colocando telefones espertos e inteligentes como intermediários nas conversas, dando ao interlocutor a impressão de não ser escutado. Com o autista, que está assoberbado de ruído (MALEVAL, 2009) e sofre a dolorosa liberdade de não ser invocante, de não ter voz própria, a voz precisa vir cantada para que ele a escute.

A voz encarna a falta no campo verbal (MALEVAL, 2009) e, ao se incorporar, escolher o órgão da palavra, permite modelar-se ao olhar do Outro, fazendo desse Outro um lugar apto a receber um significante portador de enunciação:

Aceitar falar é também aceitar os contrastes (*contraintes*) da linguagem: ser obrigado a responder, obedecer mas também fazer *semblant* de não escutar, não compreender e assim conservar uma total liberdade. O autista seria então dolorosamente livre de uma liberdade alterada no engajamento à linguagem. Ele rejeita toda dependência ao olhar do Outro, recusa ceder ao objeto de seu gozo vocal, de sorte que resiste radicalmente à alienação de seu ser à linguagem. (MALEVAL, 2009, p. 81).

A voz, enquanto mediadora, comporta o silêncio, o fazer calar, o pulsional. Na relação com a voz materna, o bebê está na presença-ausência, continuidade e descontinuidade. Há, portanto, uma travessia: “do som à música há um passo assim como da música à voz há outro” (CATÃO, 2009, p. 225). Esta travessia, citada, mas não desenvolvida no tocante à música, encontra eco no trabalho clínico musicoterápico, dispositivo para as reflexões acerca das crianças e dos adolescentes autistas neste trabalho. Para Catão e Vivès,

[...] a fala é uma conquista do *infans*, implica uma escolha do sujeito antes de seu advento **enquanto sujeito do inconsciente**. A fala da criança não é produto de um tipo qualquer de adestramento, mas o resultado esperado da estruturação do seu funcionamento psíquico. (CATÃO; VIVÈS, 2011, p. 87, grifos nossos).

O circuito pulsional dessa voz enquanto objeto, como se processaria para o autista? (CATÃO, 2009). Tal circuito processa-se em três tempos lógicos. (DIDIER-WEILL, 1997). Num primeiro tempo, o bebê é atraído pela melodia e pelo ritmo da voz humana a ele dirigida: está em jogo o seio materno, enquanto alimento; mas, antes mesmo da pulsão oral, é a voz que atrai. É o tempo do ouvir que se segue ao tempo de “se ouvir”, onde o grito ou os balbucios do bebê são interpretados pela mãe. Nesse tempo, a mãe responde aos sons sem inversão pronominal: “o grito do *infans* retorna da mãe sob a forma de uma demanda”. (CATÃO, 2009, p. 125). Aí a mãe, por exemplo, diria “estou com fome”, no *manhês*, referindo-se ao bebê,

ao seu choro. O terceiro tempo é o de se fazer ouvir. Nesse ponto, a voz no autismo não se constitui como objeto pulsional.

A particularidade da voz em relação aos outros objetos pulsionais é de ser objeto do desejo do Outro (LACAN, 2004), o que implica uma dupla direção: do Outro em direção ao sujeito, e deste em direção ao Outro. Catão (2009), a partir do *Seminário 5*, recorta o enlaçamento do Outro, considerando esse o “espírito” de que se trata na encarnação da linguagem, com o que é inusitado, ratificado pelo Outro, faz marca. Remetendo-se ao Witz, em Lacan, e ao *Dritten Person*, em Freud, a propósito do chiste, Catão (2009) aproxima essas funções da relação mãe-bebê. A primeira destaca a importância de a mãe surpreender-se:

Neste ponto vale notar a escolha de Lacan em traduzir o termo alemão *Witz* pela expressão *trait d'esprit* ao invés de *mot d'esprit*, também utilizado por ele. É que o *trait d'esprit* acentua o caráter de traço. O espírito de que se trata, quando nos referimos à sua encarnação no *infans* é esse – traço (*trait d'esprit*) – deixado pelo gozo do Outro no corpo da criança. (DIDIER-WEILL, 1997). Pois, se supomos que alguma coisa se encarna no real do corpo do bebê, esse algo é a linguagem. (CATÃO, 2009, p. 141, grifos do autor).

No autismo, a voz não se constitui enquanto função psíquica. Do grito inarticulado aos pedaços de palavras, há que fazer uma passagem pelo encantamento melódico. Dizer sim à dimensão da voz do Outro cuidador, aceitando-a, e dizer não, aceitar perdê-la tornando-se surdo a ela para que a sua própria voz advenha. Na clínica com autistas, um evitamento seletivo da voz, seja defensivo ou primário, faz com que esta permaneça como puro som, ruído. Nessa direção, como vimos, Bentata (2009) traz, para discussão, três dimensões para a voz articuladas aos registros lacanianos.

A partir daí perguntamos: O que se passa na constituição do sujeito em relação à pulsão invocante? O que pode o autista, que nem aí chegou? Bentata (2009), aludindo ao mito de Ulisses, preso ao mastro, para resistir ao canto da sereia, reconhece que, do ponto de vista clínico, provavelmente a maior dificuldade para o autista é poder amarrar-se ao mastro e suportar a acalentadora voz materna,

com sua continuidade e descontinuidade, nas vogais e consoantes, em uma travessia que lhe permitiria apropriar-se dela, fazê-la sua. Seria, então possível que, através da música, se instaurasse um encantamento melódico que não aprisione, quando o musicoterapeuta canta, endereçando seu cantar ao paciente? Nos atendimentos às crianças e adolescentes, para este estudo, percebemos que, para além da voz imaginariamente constituída no cantar, por exemplo, há uma aposta de sustentar a pulsão invocante, a voz que há no autista e cujo circuito não se completou.

A voz constituída, essa nossa voz, quando canta, precisa cantar também as pausas: nelas, não há ritmo sonoro, mas um vazio no ritmo que pode ser mensurado. Assim, as pausas necessariamente são colocadas para haver música, em meio aos sons. O autista tapa os ouvidos frente ao excesso de ruídos que há nele, ao qual não consegue responder. No autismo, quando se trabalha clinicamente na contramão do “tudo ou nada” (o excesso de cuidados ou o abandono da criança em meio às atividades da rotina escolar), buscam-se os espaços dos intervalos entre os sons das notas musicais, dos diferentes registros da voz e dos efeitos de silêncio impostos pelo ritmo.

Inspirada na subversão que Lacan faz do *cogito* cartesiano, penso que, para alcançar meu paciente autista, preciso silenciar e escutar o que ele canta nos gritos e em frases aparentemente estranhas. No Instituto Benjamin Constant, onde iniciei minhas observações musicoterápicas, o autista G, seis anos, cego e, segundo algumas de suas professoras, “completamente inadaptado”, ao entrar na sala de musicoterapia joga longe os próprios sapatos e lambe suas solas, enquanto chora, mas nesse choro, canta algo muito baixinho: “eu vou voltar aos velhos tempos de mim”. Essa frase musical foi celebrizada por Evinha no Festival Internacional da Canção (1969). G é muito novo para ter conhecido de canções dessa época. Entretanto, brincar com as frases da canção e reproduzir os agudos de sua música tornam-no mais “sociável”: desapega-se dos sapatos e entrega-se à canção, fazendo com a musicoterapeuta um divertido jogo de perguntas e respostas, nas frases musicais: invisto nos agudos da canção quando deixo espaço para que ele complete. Em conselho

de classe, vem a informação de que uma tia, que nunca cheguei a conhecer, cantava para ele. Mediante a melhora que assinalei no comportamento de G, a partir dos atendimentos de musicoterapia, a equipe de profissionais providenciou imediatamente letra e melodia do “Casaco marrom”, a canção do Festival. Entretanto, isso não funcionou para G em sala de aula: as melhoras de comportamento não ocorreram pela audição do CD. Em contrapartida, nos atendimentos musicoterápicos, surge uma nova canção na seriação da anterior: *O tic tac do meu coração*, imortalizada na voz de Carmen Miranda (1935) e posteriormente gravada por Ney Matogrosso (1978).

Embora as canções também possam ser trabalhadas a partir do sentido de suas letras, optamos por pensar um pouco mais sobre os agudos da melodia, as possibilidades de pontuação no ritmo e as formas como sons e silêncios organizam-se, ou não, na voz dessa tia por quem G deixou-se fisgar, incluindo tesouros da música popular brasileira ao seu repertório. Tanto na primeira canção quanto na segunda, existem movimentos cíclicos, constituídos pelo fraseado musical: a melodia da primeira canção é quebrada pela nota aguda, e, na segunda, o mesmo ocorre em algumas estrofes inteiras. Em ambas, meu investimento nas notas ou frases cantadas na região aguda busca tirar o paciente da zona de conforto proporcionada pela repetição musical, oferecendo outros caminhos.

O paciente G, ao trazer “tic tac” e, em seguida, “meu coração”, numa sessão de musicoterapia, possibilitou variadas nuances de interação musical à medida que brincávamos com as diferentes formas de entonação, inclusive, imitando as vozes de Carmen Miranda e Ney Matogrosso, cantores que gravaram a canção “*Tic Tac do meu Coração*”, em épocas e estilos diferentes. Assim, poderíamos inferir que a escuta musical do paciente passava pelo que Barcellos (2004) denomina musicalidade clínica:

Defino a **musicalidade clínica** como sendo a capacidade de o musicoterapeuta **perceber os elementos musicais** contidos na produção ou reprodução musical de um paciente (altura, intensidade, timbre, compasso e todos aqueles que formam o

tecido musical) e a **habilidade** em responder, interagir, mobilizar ou ainda **intervir** musicalmente na produção do paciente, de forma adequada. (BARCELLOS, 2004, p. 83, grifos nossos).

Esse conceito caro à Musicoterapia encontra, para este trabalho, alguns pontos de indagação. Não seria essa “habilidade em intervir” sujeita ao meu próprio inconsciente? E, mesmo conhecendo os procedimentos e as técnicas musicais, como sujeito barrado, nem tudo perceberia, podendo apenas minimamente eleger uma forma de intervenção e apostar nela através de um desejo de analista? Por outro lado, a resposta do paciente refletiria essa musicalidade clínica, ou simplesmente mostraria em que ponto musical ele enganchou-se naquele momento?

Embora esse conceito de musicalidade exista para os musicoterapeutas que adotam outros referenciais teóricos que não a Psicanálise, cabe algum cuidado quanto a pensar os elementos musicais contidos nos exemplos clínicos evidenciados pela pesquisa realizada. Eles são muito mais uma aposta e um investimento endereçados à criança/adolescente autista, que uma demonstração própria de musicalidade enquanto “habilidade”. Trata-se, sim, no meu caso, muito mais do endereçamento que dificilmente se faria sem a música.

A Musicoterapia é mencionada em *Invocações* e corrobora a ideia de associar movimento e música que traz em si o movimento, a dança. (DIDIER-WEILL, 1999, p. 22). O terceiro ouvido, o do sujeito do inconsciente, é o que “ouve tanto o som que está no movimento quanto o movimento que está no som”. (DIDIER-WEILL, 1999, p. 28). O sujeito, dividido pela tensão produzida entre a harmonia e a melodia, tem a capacidade de atingir uma certa nota ainda não presente: a nota ausente, a nota azul. A partir desse ponto azul, insere-se a pulsão invocante na teoria freudiana, de acordo com Didier-Weill (1999). “Trata-se, pois, de prolongar nosso questionamento sobre o real, de que a música é, para nós, o passador”. (DIDIER-WEILL, 1999, p. 45). A música ultrapassa todas as leis escritas e torna transmissível a parte de real que a lei não pode assumir, considerando-se os tempos de constituição do sujeito.

“Enquanto a música só podia significar a ausência na sua tripla instalação – o inaudito, o invisível, o imaterial –, a fala vai nomear a ausência: ‘*fort-da*’”. (DIDIER-WEILL, 1999, p. 71). No caso dos autistas, tem-se um caminho mais delicado, pois se trata de, aos poucos, pelo ritmo inerente às produções musicais numa sessão imprimir minimamente o jogo de presença-ausência, que talvez não tenha comparecido à(ao) criança/adolescente autista.

Em Musicoterapia, música é tudo aquilo que impressiona o ouvido humano. (BENNENZON, 1976). Assim, podemos dizer que, para o musicoterapeuta, o autista se expressa musicalmente, até mesmo quando grita. Isso porque o grito corresponde a uma nota musical, que pode ser reproduzida num instrumento (piano, por exemplo) e receber o revestimento de um acorde musical que, por sua vez, coloca essa nota em uma sequência de outras, podendo daí advir uma canção. Esse revestimento musical, essa roupagem, acolhe o grito e o “musicaliza”.

Ao utilizarmos a música como elemento terapêutico, nos atendimentos musicoterápicos, usamos instrumentos musicais diversos: piano, violão, pandeiro, chocalho reco-reco e também alguns confeccionados com material de sucata. Todos esses instrumentos ficam à disposição do paciente, para que selecione, a partir de sua preferência. Caso não manifeste qualquer iniciativa em escolher, pode-se oferecer algum instrumento cuja sonoridade se saiba, pelas informações obtidas em entrevistas prévias com os pais ou familiares, que encontra um mínimo de aceitação por parte do paciente.

Assim, o início de uma sessão musicoterápica pode ser estabelecido a partir das informações musicais que se tem do paciente. De quais instrumentos gosta? Há músicos na família? A mãe cantava para niná-lo, ao dormir? De quais sons não gosta? Que tipo de música a família gosta de escutar?

Nas sessões musicoterápicas, o corte que se dá com o ritmo, a exemplo do paciente G, permite que, em ambas as canções, forme-se um desenho singular, à semelhança do ravinamento proposto por Lacan em *Lituraterra*, um litoral desenhado por pausas e pela letra da canção. A proposta musicoterápica consiste em introduzir

minimamente possibilidades musicais de fazer suplência ao traço unário, ou oferecer um *fort da* bem inicial. Os agudos são as notas que fazem diferencial na tendência à repetição na música (marcada por “tic tac” e pela frase melódica “vou voltar aos velhos tempos de mim”). Essas intervenções são importantes para tirar o autista do enredo que a repetição musical promove, um “canto de sereia” tentador (BENTATA, 2009) que não permite movimento para frente e não dá espaço para que algo diferente aconteça.

O que faz a esteira, a sustentação disso é a voz da tia. O objeto voz, bordeado pela brincadeira melódica, marcada por vazios e pedacinhos de som, permite à terapeuta brincar e modificar trechos da canção, de modo que ela seja outra coisa, e a criança aproprie-se dessa canção, fazendo-a sua, daí porque o CD não funciona. No CD não há espaço para que ele construa algo. Só há espaço quando a gente cala ao cantar.

Já a canção seguinte trazida por G faz parte do repertório infantil: *Sabiá lá na gaiola*. Novamente, não priorizo a letra, mas o fato importante de colocar o nome do paciente na canção, no trecho *a menina pôs-se a chamar: Vem cá, sabiá*. O chamamento dirigido a G constitui a aposta no valor enunciativo dado à canção que ele traz. Já não se trata do repertório da tia, mas de uma canção cantada para crianças da idade de G, que consegue acolhê-la e nela se implicar.

Buscamos igualmente refletir sobre a voz. A voz como objeto, tem um circuito pulsional que o autista falha em completar. Há também a voz constituída, afinal, cantamos... A voz que embarga, ou que sussurra. Assim, refletimos acerca das vozes dos discursos sobre o autismo, e a voz no autista; além disso, as vozes que falam de uma criança/adolescente autista e a voz que se esconde nele, autista, e que pode emergir numa pureza única e cristalina em termos de afinação. Uma vez que as observações iniciais que inspiraram a busca, pela Psicanálise e pela Análise de Discurso, deram-se do lugar de musicoterapeuta, optou-se por privilegiar a musicalidade, no quadro teórico deste trabalho, pois esse é um elemento importante que une os três campos mencionados. Por isso, é em torno da musicalidade das vozes que a escuta se faz: mães que falam sobre seus filhos, profissionais que nos atendem e, claro, eles próprios. A escuta de

suas vozes e sua música é, em suma, o que importa para discutir os discursos sobre o autismo e a voz no autista.

Embora não possamos falar em sujeito do inconsciente no autismo, a música fornece a possibilidade de que G aproxime-se dessa linguagem que nos habita sem tanto horror. A escuta musical e o trabalho com música colocam-se como alternativas produtivas para nos posicionarmos frente ao que o autista fala, emite, ou grita. Para ele, um tom de voz mais firme ou mais doce faz diferença. Também o faz para o neurótico, mas, no autismo, a sensibilidade aos sons mais sutis faz-se maior. Talvez porque, nas palavras de Lacan, no *Seminário 10*, o neurótico tenha “ouvidos para não ouvir”, e o autista não se ensurdeceu ao canto da sereia presente na melodia da voz materna.

Aí está a minha aposta, como musicoterapeuta e psicanalista. E é precisamente nessa aposta que vejo os dizeres de pais, professores e de outros profissionais irem modificando-se em relação ao autismo e ao autista. A modificação, o redimensionamento desses dizeres, quem sabe, pode conduzir a novas discussões em torno dos encaminhamentos dados à criança autista. Seriam conclusivos os programas socioeducativos? Não se poderia pensar em um espaço para ouvir esses sujeitos?

Ainda que não tenhamos mantido conversações verbais, parece que o paciente G levará algumas construções de nosso trabalho aonde quer que vá. Tempos depois, a professora dele contou-nos de uma pane ocorrida no aparelho de CD em sala de aula, que fez com que, repentinamente, o volume aumentasse, e o que estava, então, tocando soasse rápido demais. Naquele momento, G tapou os ouvidos e falou: “Tia Márcia, tia Márcia”. A situação não se desdobrou nos gritos e nas agitações de antes. Para os propósitos da presente reflexão, esta é uma senha importante: ao adotarmos a Psicanálise para refletir sobre a voz no autismo, ainda temos – e sempre teremos – muita pesquisa pela frente e muita música por fazer.

Referências

BARCELLOS, Lia Rejane Mendes. **Musicoterapia**: alguns escritos. Rio de Janeiro: Enelivros, 2004.

BENENZON, Rolando O. **Musicoterapia en la psicosis infantil**: técnicas de acercamiento. Buenos Aires: Paidós, 1976.

BENTATA, Hervé. O canto de sereia: considerações a respeito de uma incorporação frequente da voz materna. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, 2009.

CATÃO, Inês; VIVÈS, Jean-Michel. Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 36, dez. 2011.

CIRIGLIANO, Márcia Maria da Silva. **Uma pontuação possível aos discursos sobre o autismo**: a voz no autista – interlocuções entre Análise de Discurso, Psicanálise e Musicoterapia. Niterói, 2015. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

DIDIER-WEILL, Alain. **Os três tempos da lei**: o mandamento siderante, a injunção do supereu e a inovação musical. Tradução de Ana Maria de Alencar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DIDIER-WEILL, Alain. **Invocações**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 9**: l'identification. Recife: Centro de Estudos Freudiano, out. 2003. Lição III.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 10**: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LEWIS, Melvin. Tratado de psiquiatria da Infância e Adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MAIA, Maria Claudia. **Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores**. Niterói, 2006. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MALEVAL, Jean-Claude. **L'autiste et sa voix**. Paris: Éditions de Seuil, 2009.

NUNES, José Horta. Análise do Dicionário. In: NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* São Paulo: Unicamp, 1988.

Psicanálise & literatura: trama e urdidura

Maria Claudia G. Maia A. do Brasil
Movimento Freudiano/IUPERJ

Freud, em seu texto sobre os escritores criativos, chama a atenção para o fato de que o processo da criação literária estabelece-se de modo similar à criação da fantasia, do devaneio. Em 1898, ele faz sua primeira leitura de uma obra literária a partir do ponto de vista da psicanálise, de acordo com carta dirigida a Fliess, de 7 de julho. Em tal carta, Freud surge atordoado com a experiência de leitura de Conrad Ferdinand Meyer, porque seu romance equipara-se ao romance familiar forjado na e pela neurose.

O romance mais belo de nosso autor [C. F. Meyer] – e também o mais afastado das cenas infantis – me parece ser *Die Hochzeit des Mönches* [O casamento dos monges], que ilustra magnificamente o processo que ocorre nos anos posteriores na formação das fantasias: as novas experiências, na fantasia, são reprojctadas no passado, de modo que as pessoas novas alinham-se com as velhas, que se transformam em seus protótipos. A imagem especular do presente é vista num passado fantasiado, que então se transforma profeticamente no presente. (MASSON, 1986, p. 321).

Podemos ler também, numa das atas das reuniões de quarta-feira, de 15 de fevereiro de 1911, uma colocação sua sobre a criação literária:

Para que um sonho diurno (devaneio) se torne uma obra de arte, são necessários os seguintes fatores: 1. É preciso se separar dos fatores pessoais; 2. É preciso se distanciar do inconsciente; 3. É essencial oferecer ao intelecto (razão) alguma coisa que o impeça de entrar no contexto como no caso da piada. O prazer que procuramos oferecer à audiência não tem grande coisa a fazer com a própria coisa. As fontes de prazer estão na forma. (FIORI, 1997, p. 46).

Isto é, aqui a forma definindo ou como um correlato (a)o objeto.

É a partir dessa ligação com o fazer literário que Freud abrirá caminho para pensarmos no possível paradoxo de uma ficção verdadeira. Em sua investigação sobre as crianças, Freud consegue definir, de modo simples e aparentemente objetivo, a contradição: as teorias sexuais infantis são verdadeiras, mesmo que elas possam contradizer a realidade. Lacan continua: a verdade tem a estrutura de ficção, “é justamente contando a nós mesmos mil ficções – *ficção* é tomada aqui no sentido mais verídico – sobre a questão das coisas derradeiras que metaforizamos, domesticamos e fazemos entrar na linguagem o confronto com a morte”. (Lacan, 1999, p. 45).

A prática psicanalítica mostra-nos vertentes da ficção freudiana como produção do sujeito: suas teorias sexuais, a criação de seu romance familiar, as brincadeiras, os jogos e a criação artística. A relação “sujeito e significante” e a relação entre “significante e real” tornam-se pano de fundo disso, e Freud chamará de ficção, pois nenhum significante se prova ou se garante por ele mesmo, sempre há um real no simbólico (GERBER, 1999), sendo a ficção um modo eficiente de lidar com o real.

Especificamente em relação à criação artística, limito-me à criação literária – paixão de Freud –, apontando para o fato de que a relação entre Psicanálise e Literatura não se limita ao campo da ilustração ou exemplificação da teoria, nem se oferece como criadora de operadores de leitura para uma análise literária, isto é, ela não se restringe a oferecer elementos de legibilidade a um texto. Freud também não se interessa por uma análise psicologizante dos autores, a ser realizada através de seus textos ficcionais, com a finalidade de

elaborar uma psicobiografia. Lacan confirma essa posição: “por exemplo, a de atribuir a técnica declarada de um autor a uma neurose qualquer – grosseria e de demonstrá-lo pela adoção explícita dos mecanismos que dela compõem o edifício inconsciente. Burrice”. (LACAN, 2003, p. 200).

A questão que persegue Freud diz respeito à investigação sobre como o escritor consegue engajar sua própria atividade inconsciente, e, portanto, fantasmática, em sua criação/escritura, produzindo “efeitos de afeto” (ASSOUN, 1996a, p. 103) sobre o sujeito leitor e em como isso se dá. Assim, Freud não sustenta a ideia de um inconsciente submerso no texto. Ele trabalha a obra de arte como um trabalho de elaboração, que consiste em dar forma a um objeto, no caso, ao objeto literário.

Acompanhando a lógica freudiana, encontrar na obra os elementos que relacionam o sujeito e sua estrutura supõe que o leitor restitua a lógica subjacente à posição subjetiva fantasmática do autor. (FIORI, 1997). Assim, podemos dizer que é menos o texto do que o processo de criação que interessa a Freud, além do efeito produzido por essa criação sobre o leitor. Resumindo, a questão do literário na Psicanálise pode ser definida como sendo aquela do ato de produção que liga o fantasma à obra, no caso, obra de uma letra literária, pois “a prática da letra converge com o uso do inconsciente”. (LACAN, 2003, p. 200).

Em carta endereçada a Schnitzler, Freud expôs seu temor em relação ao texto literário:

Penso que o tenho evitado por uma espécie de temor de encontrar meu duplo. Tive a impressão de que o senhor sabia intuitivamente – ou antes, em consequência de uma auto-observação sutil – tudo o que descobri com a ajuda de um laborioso trabalho aplicado. (ASSOUN, 1996b, p. 253).

E Lacan corrobora, afirmando que a Literatura pode ensinar à Psicanálise:

A única vantagem que um psicanalista tem o direito de tirar de sua posição, sendo-lhe esta reconhecida como tal, é a de se lembrar, com Freud, que em sua matéria o artista sempre o precede e, portanto, ele não tem que bancar o psicólogo quando o artista lhe desbrava o caminho. (LACAN, 2003, p. 200).

A fantasia criativa de *O homem de areia*

O conto *O homem de areia* (1986), de E.T.A. Hoffmann, será aqui um guia para a análise e o exercício freudianos do ato que inscreve a Psicanálise num campo de interseção: tanto com a arte de repontuar e recriar um texto oral do paciente (uma fala), em que a verdade constitui-se como ficção, inaugurando um novo gênero literário (uma escrita); com a ciência, porque o sujeito que fala faz parte de uma estrutura, estrutura de linguagem, predeterminada, que possibilita e impossibilita caminhos da trilha significativa de cada sujeito falante.

O título do texto de Freud, *O estranho* (1980 [1919]),¹ inicialmente, remete-nos a uma palavra corrente na Língua Alemã e, no caso específico, usual também na Língua Portuguesa. Carrega em si um sentido que se dirige a tudo aquilo que é contrário ao familiar. Num primeiro momento, Freud investiga a tensão interna à constituição da própria palavra, remetendo o leitor à lógica do sentido antitético das palavras primitivas – nesse texto, Freud trabalha a tese do linguista Abel sobre o sentido oposto de palavras arcaicas que, curiosamente, são designadas por uma mesma palavra; por exemplo, forte e fraco possuem o mesmo “significante” –, lembrando que a noção de estranho está presente desde *Totem e tabu* (FREUD, 1980 [1913]), quando trata da onipotência de pensamento. Seria o exemplo de uma palavra condicionando a coisa, o “sentir a solidariedade implacável da palavra e da coisa”, como propõe Assoun (2009, p. 661)?

Esse estudo exaustivo de Freud acerca do movimento de contrários, inserido na própria palavra *estranho* traz consequências:

¹ Ao longo do texto, colocaremos entre parênteses a data da edição da obra que estamos consultando e, entre colchetes, faremos referência à data de sua primeira publicação.

do sentido original e usual que designa o estranho como algo inquietante, chega-se ao seu oposto no percurso da leitura. Freud desconstrói e reinventa tal palavra, desmembrando o irredutível de um significado. Enfim, a leitura freudiana restabelece o sentido corrente de uma palavra e toma-a com uma concepção freudiana singular. Voluntariamente ou não, Freud, ao demonstrar esse caminho tortuoso por onde as palavras nos levam, em seu ato de escritura, direciona o leitor a experimentar o próprio efeito de estranhamento, de *Unheimlich*, de que o texto trata teoricamente, reunindo forma e conteúdo de modo fecundo e inquieto.

Mas, como surge o sentimento de estranhamento, do *Estranho*, na atividade inconsciente? Freud explica que este sentimento está ligado a alguma impressão exterior que põe em alerta o recalque de complexos infantis; também propõe que tal sentimento esteja ligado ao retorno de convicções primárias, consideradas até então como superadas: “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar”. (FREUD, 1980 [1919], p. 277). O autor vai contra a tese de Jentsch, psiquiatra alemão, sobre a incerteza intelectual e contra qualquer psicologia cognitiva do estranho, como fatores deslanchadores desse sentimento. Para Jentsch, o estranho nasceria da incerteza intelectual sobre o caráter de verdadeiro ou falso da boneca Olympia.

No caso aqui apresentado, Freud trabalha o texto literário como fenômeno que faz marca e duplo com a experiência analítica, realçando, mais uma vez, a parceria possível entre pesquisas estéticas e a Psicanálise, parceria que ele considera pouco explorada diante da riqueza que a Literatura carrega, tesouro significativo bem representado no conto aqui analisado.

A literatura de Hoffmann, pelo princípio da leitura freudiana, faz o leitor viver o funcionamento do recalque como uma experiência particular. Em *O homem de areia*, tal recalque aparece sob a forma específica de retorno no real daquele material vivido, mas supostamente já colocado à parte. Nesse sentido, o conto abre espaço para Freud promover avanços conceituais em seu campo e “resgatar, a partir de uma vasta investigação linguística, um ponto cego – ponto do real –, que a psicanálise permite evidenciar” (ASSOUN, 2009, p.

662), elevando à categoria de conceito psicanalítico uma palavra corrente em sua língua pátria: o *estranho*.

Freud faz função de autor e faz ato de escritura ao debruçar-se sobre o conto; faz do estranho e da literatura a escritura do recalçamento. Mas aponta para o fato de que há um *Unheimlich* literário e um *Unheimlich* vivido, formulando o paradoxo da inquietante estranheza da ficção: “na obra literária, muitas coisas não são estranhamente inquietantes como o seriam se fossem produzidas na vida e vice-versa”. (FREUD, 1980 [1919], p. 313). A criação de um *Unheimlich* fictício não é a simples passagem ou transcrição do vivido para a ficção: é um *Unheimlich* especial, que comporta um gênero próprio porque, no artifício do jogo de letras e de palavras, consegue criar um simulacro estético capaz de provocar no leitor um sentimento eficaz e semelhante ao vivido na realidade e no real. O experimentado na vida e o experimentado na leitura são dois destinos do recalçado. Para Freud, o escritor consegue melhor do que outro produzir esses efeitos de estranhamento inquietante. O escritor sabe e o escritor fantástico,² no caso Hoffmann, sabe mais ainda onde reside a verdadeira força do estranho e coloca-o em ação em seu texto.

Hoffmann é conhecido como um mestre inigualável do *Unheimlich* em Literatura; o gênero fantástico inaugura o afeto de angústia que é a angústia específica da própria escritura. O *Unheimlich* escreve-se e recria-se nesse caminho, produzindo “efeitos de afeto” sobre o leitor. E se Hoffmann possui talento para transmitir com estilo tal sentimento doloroso, Freud não fica atrás e, como um escritor, afeta seu leitor com a mesma mestria.

Freud escolhe fazer uma leitura parcial de *O homem de areia* e não trabalhar o conjunto do texto, como em *Gradiva*. Do complexo global da trama, Freud elege o mote considerado como central, o que fornece o título do texto “O homem de areia que arranca os olhos das crianças”. Provavelmente, seleciona esse tema como meio

² A relação entre as pesquisas de Freud e a noção de estranho na literatura é tão próxima, que foi lançado, em 2007, um livro dedicado ao tema: *Freud e o estranho, contos fantásticos do inconsciente*, com seleção e apresentação de Bráulio Tavares, editora Casa da Palavra.

de averiguar uma hipótese, recorrente na prática psicanalítica, de que “o medo pelos olhos, o medo de ficar cego é frequentemente um subtítulo da angústia da castração”. (FREUD, 1980 [1919], p. 289). A repetição do tema sobre os olhos, sobre o elemento escópico, encontra no texto um valioso esclarecimento porque, a princípio, *O homem de areia* não precisaria causar medo. Então, de onde surge esse efeito?

Parece que Hoffmann produz a materialidade de uma história como se fosse um instrumento para ordenar o mote principal que diz respeito ao medo, que produz estranhamento e faz isso através de repetições e repetições. A repetição aqui funciona como um meio de desviar a atenção do leitor sobre o tema principal, fazendo-o correr atrás do próprio rabo, prática, aliás, tão cara aos neuróticos. Freud utiliza-se apenas de um resumo da história, pois não é a sua interpretação que se põe em jogo; o que ele deseja é “alfinetar o motivo como um traço de estrutura recorrente”. (ASSOUN, 1996a, p. 13). Mais uma vez, o objetivo de Freud é o de encaminhar sua questão sobre “o que consiste o gerador de *Unheimlich*?”; não lhe interessa aqui estabelecer a possível rede significante articulada no plano inconsciente. Esse não é o caminho. A dinâmica é outra.

Sem desmerecer a dimensão primária do duplo, Freud aponta como o gerador fundamental de angústia a privação dos olhos de *O homem de areia* e, por extensão, o sentimento de estranheza motivado por isso. Aquilo que retorna, o suposto recalcado, é a angústia de castração, daí a tornar-se um emblema o medo pelos olhos, o temor de perder os olhos. Eis a causa primeira do texto para engancha o sentimento de *Unheimlich* e surpreender o leitor, uma vez que, no mundo da fantasia, a prova ou o princípio de realidade são descartáveis.

O escritor, como produtor de uma inquietante estranheza, faz uma ligação direta ao significante “estranho”. Tal significante, num contexto pós-freudiano de leitura desse conto, remete-nos à própria formação do inconsciente em sua característica formal de conviver, pacificamente ou não, com os contrários. Nesse percurso dos contrários, existe uma relação com a dinâmica do duplo, definida aqui como uma “potencialidade de alteridade nunca totalmente evacuada de si”. (ASSOUN, 1996a, p. 6). O duplo, dessa forma,

marcando uma alteridade que inclui o um, fantasia a imagem de unidade que se desfaz na aparição do outro e que se estende à própria relação do escritor com sua língua, incompleta em sua estrutura.

Do fantasma à letra

Desse ponto, a obra literária, a cada criação, abre caminho possível para a travessia fantasmática do sujeito em direção ao real, ou a um ponto do real. (MENGUE, 2010, p. 112). Podemos, assim, pensar o lugar da Literatura no campo da arte, como sendo aquela que trata paradoxalmente o significante como objeto (MILLER, 1988, p. 11), “objeto I” a ser elaborado como ponto literário ou ponto original da obra (MENGUE, 2010, p. 65), em referência ao “objeto a”, seguindo a proposta de P. Mengue. Perseguir tal objeto pode nos ajudar a formular o princípio constitutivo da Literatura e sua relação com a fuga de sentido, elaborada por Lacan, que bordejia a questão do real. Aqui o maior mérito é de Joyce, no que concerne ao estilhaçamento ou esgarçamento do sentido, estabelecendo um movimento de desidentificação de qualquer sentido prévio, tal como criado em *Finnegans Wake*.

Falar de objeto literário é falar sobre a reflexão que a própria Literatura opera sobre si, passeando entre um horizonte de um saber consolidado e seu oposto, isto é, a desestabilização das experimentações que fazem vacilar os sentidos estabilizados, tal como se estabelece a relação entre teoria e prática, no campo da Psicanálise. Esta, a prática em analogia à escrita, subverte e realimenta a construção de um saber teórico: de um texto universal, a experiência particular de cada sujeito sob transferência – leitor ou analisante – irá se transformar e poderá se renovar no sentido ético, isto é, no sentido do desejo; renovar e se apropriar da letra freudiana. Diz Lacan, “o escrito que se fabrica com a linguagem é material talvez dotado de força para que nela [a linguagem] se modifiquem nossas formulações”. (LACAN, 2003, p. 23).

A parceria Psicanálise e Literatura não se institui de modo subserviente ou ao estilo interdisciplinar em que se almeja a anulação das especificidades de cada campo. Ao contrário, essa parceria dá-

se a partir de um paradoxo (ou contradição), qual seja, a impossibilidade de troca entre os dois campos: “Essa impossibilidade endereça o problema acerca de sua relação e assinala o ponto de real em jogo, que não anula essa mesma relação”. (MENGUE, 2010, p. 112). Que tipo de troca, então, sustenta-se nesse impossível? Uma troca que tem como referência um ponto de fuga, a fuga de sentido em direção ao Real que engendra essa (não) relação.

É pela letra que tal parceria paradoxal faz-se: eis o princípio da literalidade. O inconsciente comanda a função da letra (pela letra do sintoma?). Lacan explica: “não é a letra... litoral, mais propriamente, ou seja, figurando que um campo inteiro serve de fronteira para o outro, por serem eles estrangeiros, a ponto de não serem recíprocos?” (LACAN, 2003, p. 18). A letra e seu princípio de literalidade, isto é, (a)o pé da letra, é o que desenha, faz limite, na “borda do furo do saber”; ela é o instrumento adequado que se apropria da escrita, possibilitando que uma palavra seja tomada por outra em seus efeitos significantes. A letra é o litoral do significante. Para Lacan, “a linguagem convoca o litoral ao literal” (LACAN, 2003, p. 19) e a Literatura se faz produção escrita do real num ponto de borda do *non sense*; quando do significante atinge-se o irredutível em relação a um efeito de significação/significado: eis a letra. Posso, então, resumir, seguindo Mengue (2010, p. 84), que a letra faz buraco na frase que ordena e que ela, a letra, sempre se dirige a uma hiância. O desenho que a letra cria em torno do buraco faz significante, estabelecendo o litoral na relação do simbólico com o real.

Assim,

o objeto propriamente literário seria um efeito de sentido específico que a ideia de letra vem aproximar, na medida em que a letra designa o que seria inseparável de um efeito de buraco ou de hiância no saber ou no mundo significado, ou seja, o papel do Outro do simbólico na medida em que faz buraco (ou real) na realidade ou no mundo significado. A literatura, como produção do real, faz emergir das palavras e das significações imaginárias [...] (MENGUE, 2010, p. 84).

[...] esse real como um ponto de fuga que simultaneamente interrompe a produção de um sentido para lançá-lo, reparti-lo e retomá-lo em outro ponto da cadeia e assim sucessivamente. É, então, pela presença desse buraco que os significados tornam-se incompletos e esburacados para deixar escapar uma brisa vindo de Alhures, um sopro vindo do Outro. O conceito de letra – o objeto l – tenta, então, dar conta da relação paradoxal entre sentido e falta de sentido, do significante como insignificante e da escrita como testemunha de um real que não pode se escrever, que não para de não se escrever [...].

Referências

- ASSOUN, P-L. **Littérature et psychanalyse**. Paris: Ellipses, 1996a.
- ASSOUN, P-L. **Metapsicologia freudiana**: uma introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996b.
- ASSOUN, P-L. **Dictionnaire des oeuvres psychanalytiques**. Paris: PUF, 2009.
- FIORI, R. L'accompagnement de Conrad Ferdinand Meyer. **La Lettre Mensuelle**, n. 161, juillet-août 1997.
- FREUD, S. **Totem e tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1980 [1913]. (Coleção Obras completas, v. XIII).
- FREUD, S. **O estranho**. Rio de Janeiro: Imago, 1980 [1919]. (Coleção Obras completas, v. XII).
- GERBER, R-A. La fiction chez Freud. **La Lettre Mensuelle**, n. 182, nov. 1999.
- HOFFMANN, E.T.A. **O homem de areia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- LACAN, J. **O seminário**: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. L. 5.
- LACAN, J. Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein. In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. Lituraterra. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MENGUE, P. **Proust-Joyce, Deleuze-Lacan**: lectures croisées. Paris: L'Harmattan, 2010.

MASSON, J. M. **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MILLER, J-A. Sept remarques de Jacques-Alain Miller sur la creation. **La Lettre Mensuelle**, n. 68, avr. 1988.

TAVARES, B. (seleção e apresentação). **Freud e o estranho**: contos fantásticos do inconsciente. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

Os homens fazem... mas...: língua e sujeito: uma reflexão em três tempos¹

Vanise Medeiros

UFF/LAS, CNPq/FAPERJ

Mas como é que eu sei que estou consciente?

Estou consciente de que estou consciente?

Será isto possível?

(Fernando Pessoa)

I

Começo com uma citação:

[...] os homens fazem a história, mas não a história que eles querem ou acreditam fazer, etc. Tudo isso exprimia muito bem que “os homens” estão determinados, na História, a pensar e a fazer livremente o que não podem deixar de fazer e pensar [...] (PÊCHEUX, 1988 [1978], p. 295).²

Escreve Pêcheux, retomando Marx, no texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*.

¹ Parte deste artigo é fruto de apresentação no III GTDIS, em maio de 2013, na UFF. Ele foi revisto e expandido para esta publicação.

² Ao longo do texto, colocaremos entre parênteses a data da edição da obra que estamos consultando e, entre colchetes, faremos referência à data de sua primeira publicação.

Um texto de 1978, em que Pêcheux retorna criticamente à questão do sujeito “sob patrocínio de Lacan”, conforme Maldidier (2003, p. 66). Se algo manca – e manca, diz Pêcheux – no inverno político francês, ou, posto de outra forma, se parece não ser “possível escapar das injunções da ideologia dominante”, “lição dura de aceitar” (MALDIDIER, 2003, p. 68), sobretudo, no caso, para o movimento operário, Pêcheux convoca Lacan para pensar a falha, brecha no ritual, isto é, a possibilidade de deslocamento no que poderia constituir o bloqueio ideológico.

Todos nós, analistas do discurso, conhecemos bem esse texto – que não cessa de nos surpreender – e o fragmento que diz: “Apreender até o limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição a metáfora”. (PÊCHEUX, 1988 [1978], p. 300, grifos do autor).

Abro um parêntese para sublinhar o “primado da metáfora sobre o sentido” nesse mesmo texto, e sigo, “mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso políticos...)”. (PÊCHEUX, 1988 [1978], p. 301).

Nesse ponto, ele remete em nota para o livro *A língua inatingível* (2004 [1981]), para a emergência na língua da falha, para a formulação que tropeça denunciando o ‘*ça parle*’ do inconsciente. Recorro à Mariani e Magalhães:

Algo da verdade do sujeito se marca nesses troços da linguagem, pontos em que a evidência do que somos é subvertida pela manifestação empírica da linguagem que mostra que, no exato ponto em que nos perdemos, é ali que estamos. (MARIANI; MAGALHÃES, 2013, p. 106).

Mas esse é o sujeito da Psicanálise, como nos avisam as autoras, “esse outro estranho familiar que nos habita e que nos leva a tropeçar na língua”. (MARIANI; MAGALHÃES, 2013, p. 106). No texto de Pêcheux

em foco, este não deixa de denunciar qualquer redução de um campo a outro:

Retraçar a vitória do lapso e do ato “falho” nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada [...]: a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente. (PÊCHEUX, 1988 [1978], p. 301).

Cabe recuperar que este é o impasse – “mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente” – e continua: “[...] a condição real de sua disjunção em relação à ideologia dominante se encontra na luta de classes como contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre”. (PÊCHEUX, 1988 [1978], p. 301).

Afirma Pêcheux, que segue retomando e repensando Althusser (e a luta de classes como motor da História), não sem considerar que: “se [...] a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico”. (PÊCHEUX, 1988 [1978], p. 302).

Se os “homens fazem a história, mas não a história que eles querem ou acreditam fazer”³... não se pode, no entanto, abrir mão do

³ Vale aqui recuperar um momento anterior ao de Marx. Todorov (2006), ao tratar do século XVIII, diz-nos que ele é marcado, entre outros aspectos, pelo princípio da autonomia que significa crer que a decisão adviria do indivíduo, em detrimento daquilo que seria imposto por uma autoridade exterior. Trata-se de um século que desconfia dos dogmas e de qualquer autoridade (*plus aucun dogme ni aucune institution est sacré*, p. 11, tradução minha) e que pensa que “os homens são conduzidos por sua vontade e seus desejos, por suas afeições e sua consciência” (idem, p. 46, tradução minha de “Les hommes sont conduits par leur volonté et leurs désirs, par leurs affections et leur conscience”). Embora a autonomia não significasse lá autossuficiência (p. 46) e ainda que não se considerasse o indivíduo desvinculado da sociedade, era a razão, como produtora de conhecimento, que iria

recado de Pêcheux de que “o pensamento é fundamentalmente inconsciente (isso [ça] *parle*), a começar pelo pensamento teórico (e o ‘materialismo de nosso tempo’ não pode, sob risco grave, permanecer cego a esse respeito)”. (PÊCHEUX, 1988 [1978], p. 303).

Por que trazer tal texto de Pêcheux? Uma resposta consiste em lembrar que nele se inscreve a interpelação ideológica e nele se encontra o impasse: ideologia não pode ser pensada sem referência ao registro do inconsciente. (PÊCHEUX, 1988 [1978]). Aí, se pode dizer, reside a questão da constituição do sujeito. No entanto, se não se sai aí desse impasse, também se pode dizer que é a língua o ponto de encontro desse impasse ou, ainda, o ponto da relação inconsciente e ideologia. Não a língua dos gramáticos, tampouco a dos linguistas, mas, como tantos analistas de discurso já apontaram, a de alguns poetas ou, ainda, a dos anagramas de Saussure.

Por que o título deste trabalho? Porque interessa ter esta questão presente, da interpelação do sujeito, numa prática que é nosso objeto: fazer glossários. *Os sujeitos fazem os glossários, mas...* Não é o caso, contudo, de dar conta desta proposta, mas de não perder de vista essa questão ao refletir sobre essa prática tão antiga.

II

Das listas de palavras nasceram, nos diz Aurox (2006), os glossários. Essas primeiras formas escritas de saber sobre a linguagem consistem em significantes recortados no valor de palavra e tornados objeto-palavra. Com as listas, teríamos significantes que se inscrevem como memória da língua (e preservação do significante na medida

esclarecer as decisões a serem tomadas e perseguidas, como se pode compreender com a continuação da sequência anterior: “e também por forças sobre as quais eles não têm controle; no entanto, a razão pode iluminar quando eles se envolvem na busca da verdade e da justiça “(*et aussi par des forces sur lesquelles ils n’ont aucune prise; néanmoins, la raison peut les éclairer quand ils s’engagent dans la recherche du vrai et du juste*” p. 46, tradução minha). Em poucas palavras, no século XVIII pode-se observar o primado da razão e, ligado a ela, o da consciência tomando cada vez mais força no pensamento ocidental. O “mas” no enunciado tomado de Marx por Pêcheux denuncia essa suposta potência da consciência, indicando outros motores em jogo no curso da História.

em que este permanece, em que resta). Os glossários advêm desta prática: gesto antigo de um saber epilinguístico que se faz saber metalinguístico. Mais tarde, as listas de palavras apresentam-se com procedência e/ou dono: de uma certa obra, de um certo lugar, de um certo autor.

Os glossários não são somente listas de palavras; neles, comumente, palavras se pospõem a outras no jogo da sinonímia e da equivalência; por vezes, ainda, eles apresentam um funcionamento próximo ao que temos do dicionário, tal como o concebemos, isto é, com sua metalinguagem (gênero da palavra, classe gramatical, por exemplo) que classifica palavras enredando umas às outras.

Talvez se possa dizer que, com as listagens de palavras, temos significantes unidos pelo fato de constituírem a lista que os remete a um lugar do qual provêm. Já a posposição de uma palavra a outra faz relacionar palavras e opera na significância delas, na ilusão do controle e da apreensão dos sentidos: aquilo por que ambos têm tal ou qual sentido é o jogo que engendra. O movimento da classificação metalinguística, por sua vez, não apenas fixa palavras a um certo lugar, como tece a relação que diferencia, aproxima e subordina as palavras umas às outras. A classificação metalinguística hierarquiza e indica um lugar na língua, em relação a outros elementos dela. Pontua: pontos e vírgulas que categorizam, interpretando, conferindo e sustentando sentidos àquele significante.

Do que se disse sobre glossários, entendo, ao ler Pêcheux, que há uma memória sobre glossários; um fazer que precede e que possibilita tal prática (interpelando sujeitos na posição do fazer glossarístico). É preciso inscrever-se nessa memória, ainda que seja para subvertê-la. *Os sujeitos fazem os glossários, mas...* Todo glossário implica seleção, corte e relação. Todo glossário é, portanto, um gesto de interpretação; e fazer glossários é posicionar-se na língua e em relação à língua, considerando aí a memória, as relações de força em jogo nessa prática e também na língua (aquilo que se pode e deve dizer). Enfim, a luta na língua – ponto de encontro do impasse que anteriormente indicamos com Pêcheux.

Se um glossário pode se assemelhar a um dicionário, diria que, no entanto, ocupam lugares diferentes na relação com o sujeito, funcionam diferentemente no imaginário sobre língua, têm estatutos distintos. Em Petri e Medeiros (2013), já se tinha observado:

[...] um glossário, qualquer que seja, não tem o mesmo estatuto do dicionário: este se apresenta na sociedade como lugar de consulta da língua – monumento de um patrimônio – e, como tal, adentra espaços escolares e institucionais, espaços privados e públicos quaisquer. Já o glossário não se apresenta como tal; outro leitor aí se inscreve. Grosso modo, diremos que se destina a um público mais específico; mais restritos são os seus espaços de circulação. Se um dicionário produz o efeito de completude, diremos que no glossário o efeito é outro, o de parte especial e específica na língua, isto é, o glossário aponta para uma especificidade qualquer, seja de um texto literário, seja de uma região, por exemplo. (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 51).

Há ainda outras diferenças entre essas duas práticas. Uma delas parece residir na forma como se lida com a memória. Melhor expondo, em um dicionário, verbetes repetem definições ou explicações ou mesmo exemplos de outros dicionários, o que não significa reprodução. É preciso recuperar Nunes para situar de que lugar trabalha-se o dicionário e, por conseguinte, glossário:

Se os dicionários se constituem por cópia, repetição, acréscimos, supressões e deslocamentos, os efeitos desses gestos se sobrepõem no texto dicionarístico, a ponto de os diversos discursos aí em jogo se contradizerem ou se indistinguiem. (NUNES, 2001, p. 175).

Repetir, parafrasear, deslocar é uma forma de funcionamento da memória na prática dicionarística. O funcionamento de um glossário para livro de Literatura é distinto desse. Nele se dá relevo a algumas palavras – poucas ou muitas – mas não a todas. Marcam-se umas e não outras. Dito de outro modo, seleciona-se aquilo que se

deve ou se precisa definir ou explicar. Lança-se assim luz sobre certas palavras, ao mesmo tempo, em que se joga uma sombra sobre aquelas que não se marcam. É como se, ao salientarem-se aquelas que deveriam ser glossarizadas, fosse apagada a alteridade das demais. Duplo gesto, portanto, que não parece constituir a prática dicionarística: singularizar como a alteridade de certas palavras e fazer desaparecer outras no pertencimento de um já-sabido. E isso permite indagar: O que está em jogo num glossário, sobretudo, naquele produzido para livro de Literatura? Sobre que palavras (ou expressões) se lança luz? O que delas se diz? Como se diz? São questões que intrigam nessa investigação que venho caminhando.

Ainda uma observação: os glossários que venho analisando – do século XIX a XXI – têm ainda funcionamentos distintos se elaborados por um escritor para a sua obra, ou se produzidos pelo filólogo/lexicógrafo⁴ ou pelo editor. Lugares sociais distintos com implicações em seu fazer. Em outras palavras, os glossários têm condições de produção e delas faz parte a posição discursiva, da qual destaco três: posição escritor, posição filólogo/lexicógrafo, posição editor. (MEDEIROS, 2016).

No fazer glossarístico, e aqui circunscrevo o glossário elaborado para livro de Literatura pelo escritor, a repetição do verbete não se configura como uma prática, isto é, não se tem aí a retomada de um mesmo verbete; ao contrário, cada entrada funciona como se fosse única. O jogo com a memória é, pois, outro; o verbete é posto, comumente, como ainda não constante de um dicionário – ou ao menos não com os sentidos apontados no dicionário. Falta ao dicionário o que comparece no glossário de Literatura pela posição escritor; dito de outra maneira, falta ao dicionário algo que o glossário põe em evidência. Tal funcionamento, cabe destacar, é marca do glossário produzido pelo escritor, mas não dos glossários engendrados, a partir das outras posições indicadas.

⁴ Não se está aqui distinguindo um filólogo de um lexicógrafo, mas considerando como uma posição que se assenta na autoridade de um dizer sobre língua, sobre um fazer dicionarístico e glossarístico.

III

O século XXI voltou a assistir à publicação de livros de Literatura acompanhados de glossários. Destacamos, para esta reflexão, livros de dois autores reconhecidos: um angolano, Eduardo Agualusa, e um moçambicano, Mia Couto. É sabido que políticas linguísticas atuam tanto sobre instrumentos linguísticos quanto sobre publicações literárias; nesse sentido, é interessante pensar o comparecimento do glossário considerando um gesto de política linguística atual – o acordo ortográfico. Pode-se perguntar: se está em jogo, com o acordo, uma unidade entre nações com línguas e culturas distintas, que têm como um de seus elementos comuns a oficialidade da Língua Portuguesa, o que, nesses glossários, comparece, denunciando uma não unidade na e da língua oficial (Língua Portuguesa), ao mesmo tempo em que se trabalha a sua unidade? Que alteridade aí se inscreve? Como se inscreve? Vamos por partes.

Os glossários para livros de Literatura com que venho trabalhando – e que são, como já dito, do século XIX ao XXI – têm como uma marca de seu funcionamento a não completude, isto é, não trazem, como já dito, todas e quaisquer palavras presentes na obra em questão, diferentemente, por exemplo, de um glossário engendrado na posição discursiva de um filólogo cujo objetivo é capturar o que apresenta como uma região do falar que compõe o nacional. Estou me referindo, neste caso, ao glossário feito por Amadeu Amaral em seu livro *Dialeto caipira*, em que se produz o efeito de completude no dicionário, não que um dicionário contenha todo o léxico de uma língua, mas nele se supõe um certo estado de língua ali contido que joga com o efeito de completude.

Tais glossários, produzidos da posição discursiva do escritor, parecem ter outra marca em seu funcionamento que consiste, como já indicado, em trazer aquilo que é posto como próprio, singular, único. Em outras palavras, nesses glossários, o que comparece muitas vezes é a falta: a falta na língua e o possível ainda não possível na língua. Falta como diferença e/ou acréscimo. Movimento diferente daquele produzido pelo gesto do filólogo que indica com o glossário um dialeto – caso de Amadeu Amaral. Neste, não está em jogo o que falta, mas o que configura um lugar outro na língua, a saber, um lugar como dialeto..., no caso, indicado como caipira, título do livro.

Outro é o movimento, por exemplo, nos glossários engendrados por Mário Palmério (MEDEIROS, 2015), autor de *Vila dos confins*, ou por Buzzo (MEDEIROS, 2012), autor de *Favela toma conta*, para dar dois exemplos. No primeiro, está em jogo um léxico posto como regional e que se pretende acréscimo ao nacional; no segundo, um léxico que se aponta como marginal e que também se pretende como parte do nacional. Ambos têm em comum o fato de trazerem outros significantes (ou outros sentidos para palavras já existentes), indicando a potência da língua (palavras ainda não registradas em dicionários, neologismos) e a luta pelo pertencimento destes na língua nomeada como portuguesa em solo brasileiro.

Enfim, no glossário produzido pelo escritor, o gesto é o de escuta, captura e criação (MEDEIROS, no prelo); gestos que indicam lugares outros para sujeitos na língua. Já naqueles elaborados a partir tanto da posição filólogo/lexicógrafo quanto da posição editor, o gesto é de precisão de sentidos, isto é, gestos que se inscrevem na ilusão da transparência da linguagem. Os glossários da posição editor funcionam, diremos, a partir de Zoppi-Fontana (2007), como mecanismos normalizadores do texto literário: ancoram-se na ilusão da literalidade e trabalham a estabilização de um discurso cuja marca é a polissemia. Aí reside a contradição de tais glossários: dobram-se sobre um texto literário, esquecendo-se de que a polissemia lhe é constitutiva.

Teci algumas considerações acerca do glossário elaborado da posição filólogo/lexicógrafo e da posição escritor; vou me ater um pouco mais à posição do editor. Para isto, tomo a produção no século XXI. Algumas são observações: em primeiro lugar, livros editados nos anos 1990 em Portugal de autores como Mia Couto – cito o exemplo de *Estórias abensonhadas* (2012) – voltam a ser editados cá e lá, em diferentes editoras cá e lá, ambos com glossários. Isso levou à busca de glossários de autores brasileiros editados atualmente em Portugal, com glossários. Até o momento, não foram encontrados. Isso também levou à procura de livros de autores portugueses aqui editados com glossário... tampouco parecem existir. Pode-se, então, avançar e indicar aí o funcionamento da ilusão de uma mesma língua em jogo em Portugal e no Brasil e de alteridades outras inscrevendo-

se somente nos livros na língua nomeada portuguesa de territórios outros que não Portugal e Brasil, no caso, Moçambique e Angola.

Recentemente, como já dito, as editoras portuguesas e brasileiras têm acrescentado glossários a literaturas em Língua Portuguesa de autores desses países, de forma que parece ser aleatória: uns livros contêm; outros não. Por exemplo, o livro *O fio das missangas* (2009a), de Mia Couto, na edição brasileira da Companhia das Letras, apresenta glossário; já outro livro, *O outro pé da sereia* (2006), do mesmo autor, pela mesma editora, não o faz. Faltaria a este segundo palavras que deversem estar em um glossário? O mesmo ocorre com Agualusa, outro autor deveras publicado no Brasil: *Barroco tropical* (2009), pela Cia. das Letras, vem com glossário; já *Milagrário pessoal* (2010), pela editora Língua Geral, não. Em outras palavras, glossários não parecem ser uma prática presente em qualquer literatura em língua denominada como portuguesa de países da África. Ainda uma observação: no que tange ao livro *Barroco tropical*, o glossário intitula-se “Glossário de termos angolanos”, o que assinala para termos de língua outra. Não é, no entanto, o caso nos livros de Mia Couto.

Com Mia Couto, os glossários não vêm adjetivados por nenhum gentílico; e o que comparece como léxico não são seus neologismos – já é deveras conhecida a criação lexical na literatura de Mia Couto. Não é objetivo aqui uma análise dos glossários em livros de Agualusa e Mia Couto; irei trazer apenas alguns exemplos de duas das obras deste segundo autor, a saber, *Vinte e cinco* e *Estórias abensonhadas*. Ambos contam com glossários de 13 e 12 palavras, respectivamente. Elas não se repetem. Eis alguns exemplos (as três primeiras de *Vinte e cinco* e as três seguintes de *Estórias abensonhadas*):

Mukuni: árvore do sândalo. (Mia Couto, *Vinte e cinco*)

Nyanga: feiticeiro. (Mia Couto, *Vinte e cinco*)

Nzuze: espírito que reside nas lagoas. (Mia Couto, *Vinte e cinco*)

Maka: zanga, conflito. (Mia Couto, *Estórias abensonhadas*)

Muene: autoridade tradicional. (Mia Couto, *Estórias abensonhadas*)

Tchovar: empurrar. (Mia Couto, *Estórias abensonhadas*).

Como se observa, nesses glossários, encontramos tanto sinónimias quanto definições ou explicações.⁵ Não vamos deter-nos nesse aspecto, mas em outro. De imediato, a ortografia marca a alteridade na maioria das palavras (como em “tch”, “nz”, “ny” e mesmo com o uso da letra “k” e não do “c”, corrente em Língua Portuguesa). A ortografia indica na palavra uma língua outra que não a posta como portuguesa. É conhecida a situação linguística em Moçambique e Angola, em que várias línguas concorrem no espaço-nação. Isso permitiria dizer que o que aí se põe em glossário são línguas outras. O que se verifica, por exemplo, em *mpfuvo*, ou *tchova-xitaduma*, verbetes de *Estórias abensonhadas*, no qual, além da ortografia outra, indicam-se designações em línguas outras (é interessante que, no caso, a indicação é, por vezes, plural: línguas que se indefinem ao não se indicarem seus nomes, caso de *mpfuvo*):

Mpfuvo: hipopótamo, nas línguas do Sul de Moçambique. (Mia Couto, *Estórias abensonhadas*, sublinhado meu)

Tchova-xitaduma: expressão com que, *no sul de Moçambique*, se designam as carroças de tração humana. Traduzindo à letra: “empurra, que há-de-pegar”. (Mia Couto, *Estórias abensonhadas*, grifo meu).

Em suma, seguindo Auroux, diria tratar-se de um glossário para línguas desconhecidas, ou, ainda, um glossário que inscreve leitores outros que não aqueles que conhecem o espectro linguístico de Moçambique.

Observem-se agora dois outros exemplos a seguir:

Canganhiçava: aportuguesamento da expressão local canganhiça, que significa enganar, ludibriar. (Mia Couto, *Estórias Abensonhadas*, sublinhado meu).

⁵ Não estamos aqui fazendo distinção entre explicação e definição.

Assimilado: categoria social do regime colonial que privilegiava negros que assimilavam a cultura portuguesa, em oposição à categoria dos chamados indígenas. (Mia Couto, *Vinte e cinco*).

Na primeira (*canganhiçava*), já se aponta a captura do léxico outro pela Língua Portuguesa em processo de entrada na Língua Portuguesa, em solo moçambicano:⁶ *aportuguesamento*. A palavra advém de língua outra e passa a funcionar na língua denominada portuguesa: faz-se verbo e passa a derivar em Língua Portuguesa. Diferente é o caso do segundo exemplo (assimilado). Nele, lemos uma palavra já presente em dicionários de Língua Portuguesa, e o que se encontra em jogo é o sentido. É interessante observar que, na definição (categoria social do regime colonial que privilegiava negros que assimilavam a cultura portuguesa, em oposição à categoria dos chamados indígenas), se inscreve a posição do colonizador fazendo distinções em uma cultura outra e denominando em Língua Portuguesa (assimilado) negros que assimilavam a cultura portuguesa como distintos de outros, que não a assimilavam e que, portanto, continuavam denominados como indígenas.

São, pois, como se pode observar, tipos de verbetes com funcionamentos distintos: marcados pela ortografia como línguas outras; indicado de língua outra e que adentra A Língua Portuguesa, flexionando nos paradigmas dela; e, por fim, inscrito em Língua Portuguesa, cujo sentido outro separa e denomina sujeitos de outros lugares. Todos trabalhando, diria seguindo Zoppi-Fontana (2007), a ilusão da função facilitadora que se soma à função niveladora, que supõe reduzir desigualdades (em seu artigo, Zoppi está se debruçando sobre edições para escola e aponta para a homogeneização da leitura e para o apagamento da história das leituras). Apagamento do texto, diria, por fim, como podemos observar se confrontamos verbe *maçanqueira* e texto:

⁶ É importante assinalar para a ilusão de se ter uma mesma língua denominada portuguesa em diferentes territórios nacionais, isto é, como se não houvesse histórias linguísticas próprias àquele território, como se a historicidade de uma língua de colonizador fosse a mesma, independentemente dos solos em que se impõe como oficial.

Maçanqueira: árvore de fruta (*ziziphus mucronata*). (Mia Couto, *Vinte e cinco*).

A portuguesa esfregou os olhos para afastar a sua fragilidade ante a imensa paisagem. Apoiou-se na maçanqueira que fronteava a casa. A velha árvore lhe dava consolo de vivente. Suas mãos acariciavam o tronco, a casca se soltava, lasciva, como cabelos entre os seus dedos. Olhou para cima com receio. Na copa se alojava a morcegação. Um arrepio a percorreu.

[...] No sonho, a maçanqueira não era mais que ramos secos, desgrenhados. (Mia Couto, *Vinte e cinco*, p. 43).

Tentando amarrar os fios

Hora de voltar ao texto de Pêcheux que abriu esta reflexão. Nele se traz o impasse e aponta-se a falha para pensar uma saída. Falha que convoca o discurso outro – *ça parle* –; fenda pela qual trilhou Authier (e o texto no qual Pêcheux faz referência a esta pensadora como abrindo brechas para a Análise de Discurso – “A análise de discurso: três épocas”).

Auroux (1992) diz-nos que os glossários nascem da alteridade: seja de textos canônicos da Antiguidade, de palavras ou textos estrangeiros ou ainda da mudança de um estatuto do texto escrito, como deixar de ser suporte mnemônico para ser leitura. Seja ainda, e devo esta observação a conversas com Margarita Correia, da apreensão de um discurso religioso por um discurso laico. Ousamos dizer que a alteridade em Auroux diz respeito ao outro que o antecede (outro texto, outra língua), objeto desconhecido que se deseja conhecer, compreender. Os glossários serviram como instrumentos, então, que lançariam luz sobre o desconhecido.

Indo adiante, pensar no glossário como inscrevendo uma alteridade permite refletir sobre alteridade em Authier, naquilo que aponta como discurso outro. Melhor explicando, nos glossários, palavras são postas em equivalência a outras. E, nesse gesto, podemos observar a não coincidência interlocutiva (em que se expõe que os sentidos não são partilhados entre os interlocutores; que se encontram

em disputa ou em tensão), a não coincidência entre as palavras e as coisas (que coloca em cena a relação entre a nomeação e o real impossível de ser apreendido pelo nome), bem como a não coincidência da língua consigo mesma (em que comparece o problema do excesso, do equívoco como condição da linguagem) e que joga com a ilusão do mesmo (sempre o sinal da igualdade denunciando a diferença). Julgo que compreender o glossário como alteridade permite-me trilhar este caminho dos descompassos na língua. É importante lembrar ainda que, com Authier, a alteridade é proposta em uma dupla dimensão: na da heterogeneidade constitutiva, à qual não se tem acesso, posto que diz respeito ao Outro, não localizável, que atravessa e constitui todo e qualquer sujeito; na da heterogeneidade mostrada, que consiste na ilusão necessária do fazer-se um no dizer. Em outras palavras, a ilusão que assegura ao sujeito sua separação em relação ao dizer outro; que instaura fronteiras que permitiriam ao sujeito a tranquilidade de supor que, trazendo palavras de Authier, o que diz *vá ou não de si*. Seguindo com Authier, é preciso ressaltar que tais fronteiras escamoteiam a heterogeneidade constitutiva, o Outro. Com ela, podemos observar os glossários, a despeito de se inscreverem, como é o caso daqueles produzidos na posição editor, no jogo da elucidação de um desconhecido, como lugares que denunciam o trabalho do outro/Outro. E, nesse sentido, a alteridade (outro/Outro) que aí imiscui denuncia que a língua sempre falha; e daí a necessidade de controle (que sustenta o glossário): *“afinal, onde a noite mais escurece é em volta do pirilampo”*. (COUTO, 2009b, p. 20).

Referências

- AGUALUSA, Eduardo. **Barroco tropical**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- AGUALUSA, Eduardo. **Milagrário pessoal**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.
- AUROUX, Silvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- AUROUX, Silvain. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias: o que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos. **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**, n. 20, 2008.
- COUTO, Mia. **O fio das missangas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.
- COUTO, Mia. **Vinte e cinco**. 3. ed. Lisboa: Caminho, 2009b.
- COUTO, Mia. **O outro pé da sereia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COUTO, Mia. **Estórias abensonhadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004 [1981].
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. Campinas: Pontes, 2003.
- MARIANI, Bethania; MAGALHAES, Belmira. Lacan. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013. p. 101-122. v. 1.
- MEDEIROS, Vanise. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. **Revista Rua**, n. 18, 2012. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=132>.
- MEDEIROS, Vanise. Cartografias das línguas: glossários para livros de literatura. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 60, 2016.
- MEDEIROS, Vanise. **Língua e sujeito na captura da palavra**. No prelo.
- MEDEIROS, Vanise; MATTOS, Thiago. O dialeto caipira, de Amadeu Amaral: discurso fundador e acontecimento discursivo. **Revista Confluências**, ed. 42, 2012. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia>.
- MAGALHÃES, Belmira. Discurso, arquivo e literatura. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA SILVA, Silmara (org.) **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

NUNES, José Horta. Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário, In: Orlandi, E. (org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988 [1978].

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

PESSOA, Fernando. **Aforismos e afins**. Edição e prefácio de Richard Zenith. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PETRI, Verli; MEDEIROS, Vanise. **Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros**. Letras, n. 46, v. 23, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **L'esprit des luminères**. Paris: Robert Laffont, S. A., 2006.

ZOPPI-FONTANA, Monica. En los márgenes del texto, intervalos de sentidos em movimento. **Páginas de Guarda: Revista de Linguaje**, Buenos Aires, n. 4, p. 11-39. 2007.

Sobre os autores

Alexandre Sebastião Ferrari Soares

É graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989); mestre em Letras pela Universidade Federal do Paraná (1999) e Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense (2006). Atualmente é associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e professor adjunto na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso jornalístico, efeito de sentido, discurso, análise do discurso e homossexualidade.

Amanda Eloina Scherer

Professora Titular de Linguística na Universidade Federal de Santa Maria, RS. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente em: História das Ideias Linguísticas e Sujeito entre línguas.

Belmira Magalhães

Professora Associada III na Universidade Federal de Alagoas. Atua nos cursos de Ciências Sociais e Letras na Graduação e na Pós-Graduação. Suas pesquisas e produções enfatizam as áreas da Análise do Discurso político e de gênero, principalmente nos seguintes temas: ideologia e inconsciente, história, política, gênero, sociedade e literatura.

Bethania Mariani

É professora titular no Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Letras (1982) pela PUC do Rio de Janeiro, mestrado (1989) e doutorado (1996) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Possui pós-doutorado (2001) pela *Stanford University*, USA. É Especialista em Análise do Discurso e em História das Ideias Linguísticas. Organizou, em 2012, juntamente com Vanise Medeiros, Silmara D. Silva, Amanda Scherer (UFSM) e Lucília de S. Romão

(USP-Ribeirão Preto), o I Enlaces, que foi o primeiro encontro e estabelecimento de parceria entre os Laboratórios LAS, CORPUS E EL@DIS. Em 2013, tornou-se coordenadora do convênio entre o LAS e os Laboratórios coordenados por Marie-Anne Paveau e Eric Bidaud.

Dantielli Assumpção Garcia

Possui graduação em Licenciatura em Letras: Português/Espanhol pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), mestrado em Estudos Linguísticos (2008) e doutorado em Estudos Linguísticos também pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011). Realizou uma pesquisa de Pós-Doutorado (“A Marcha das Vadias nas redes sociais: efeitos de feminismo e mulher”, Apoio Fapesp) na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP) sob a supervisão da Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa (2013-2015). Realizou junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná uma pesquisa de Pós-Doutorado (“A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista”) com apoio Capes sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares (2016-2017). Atualmente, é docente nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista Produtividade Fundação Araucária.

Eliana de Almeida

Professora na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, atuando nas disciplinas de Linguística, Semântica e Análise de Discurso no curso de Letras. É coordenadora do Grupo de Pesquisa Cartografias da Linguagem, vinculado ao Núcleo Linguagem e Fronteira do Centro de Estudo e Pesquisa em Linguagem (Cepel) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Eric Bidaud

Professor de Psicopatologia Clínica, na Université Paris 13, Sorbonne Paris-Cité; psicólogo clínico; psicanalista, membro da associação Espaço Analítico. Atua no campo da clínica do adolescente e do adulto. Busca criar um diálogo da Psicanálise com as palavras e os objetos de nossa modernidade: sexo, pornografia, internet. Últimos livros publicados: *Il n'y a plus de honte dans la culture* (Penta, 2010); *Recherches de visages: une actualité de la psychanalyse* (Hermann, 2014).

Fernanda Lunkes

Professora adjunta I na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e professora colaboradora no PROFLETRAS da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutora em Estudos de Linguagem (UFF, com auxílio do CNPq); Mestra em Letras (UEM) e graduada em Letras/Português (Unioeste). Fez estágio de Pós-Doutorado na Universidade Federal Fluminense, no período de 2014-2015, com auxílio de PNPD/Capes. Autora do livro *O sujeito e o corpo: construções heterogêneas no filme Clube da Luta*. Integra os seguintes Grupos de Pesquisa/CNPq: Grupo de Teoria do Discurso (UFF), Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (UFPE), e Humano, Desumano, Pós-Humano: desdobramentos da invenção do comum nas sociedades, na saúde e nas artes (UFSB). Suas principais pesquisas pautam-se na Análise de Discurso francesa e se dedicam principalmente aos seguintes temas: discurso jornalístico; discurso artístico; materialidade imagética; corpo discursivo; imaginário sobre o palhaço; espaço de saúde; medicalização; felicidade; contemporaneidade.

Joel Birman

Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/RJ, 1971). É Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ, 1976) e em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/RJ, 1979); Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP/SP, 1984). Realizou seu Pós-Doutorado em Paris, no *Laboratoire de Psychopathologie Fondamentale et Psychanalyse* (Université Paris VII). Membro de honra do *Espace Analytique*, instituição francesa de Psicanálise dirigida por Maud Mannoni e Jöel Dor. Atualmente é professor titular / pesquisador, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (desde 1991) e pesquisador no Programa de Mestrado e Doutorado em Teoria Psicanalítica; professor adjunto no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ) desde 1986, atuando no Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva; pesquisador no *Collège International de Philosophie*, em Paris; pesquisador associado no Laboratório Psicanálise e Medicina, da Universidade Paris VII. Pesquisador NÍVEL 1-A do CNPq.

Lauro José Siqueira Baldini

Graduado em Letras pelo UNIFEG (1995), mestrado em Lingüística pela Unicamp (1999) e doutorado em Lingüística pela mesma universidade

(2005). Atualmente é professor-doutor do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, trabalhando na articulação entre esta disciplina e os campos do materialismo histórico e da psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: História das Ideias Linguísticas e Discurso e Psicanálise. É membro fundador do Centro de Pesquisa PoEHMas (Política, Enunciação, História, Materialidades, Sexualidades) e pesquisador dos Grupos de Pesquisa “Teoria do Discurso”, “Mulheres em Discurso” e “História das Ideias Linguísticas”.

Luciene Jung de Campos

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). Professora adjunta do Centro de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (PPGTURH/UCS). Coordena o grupo de pesquisa ADESLOUCAR-SE! Coletivo de Trabalho em Análise do Discurso, Turismo e... e é pesquisadora com apoio do CNPq em estudos do sujeito e seus deslocamentos em interlocução com a Arte e a Psicanálise. É membro dos seguintes grupos de pesquisa: Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento (UFRGS); Grupo de Teorias do Discurso (UFF); Grupo Interdisciplinar Arte, Cultura e Patrimônio (UCS); Membro do Núcleo de pesquisa em Turismo: Desenvolvimento humano, social, linguagem e processos educacionais (UCS).

Lucília Maria Abrahão e Sousa

Possui graduação em Letras (1988) pelo Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto e doutorado direto (2002) em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e Livre Docência (2009) em Ciência da Informação pela mesma instituição. Desde janeiro de 2003, é docente (MS3) com dedicação exclusiva da Universidade de São Paulo, onde dá aulas e orienta alunos de graduação, mestrado e doutorado, além de supervisionar pós-doutorados. É parecerista *ad hoc* do CNPq e Fapesp; membro de ABRALIN, da ALED, GEL, BRASA, AILP e do GT de Análise de Discurso da ANPOLL. É especialista em Análise do Discurso, atuando principalmente na investigação de materialidades discursivas ligadas aos seguintes temas: mídia, questão agrária, textualidade digital, leitura, subjetividade e discurso. Coordena o Grupo de Pesquisa “Discurso e memória: movimentos do sujeito”,

cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq. É membro do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo.

Márcia Maria da Silva Cirigliano

Possui mestrado em Musicoterapia na *Temple University* (1996) e doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense (2015). Atualmente é professora no Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário. Trabalhou como musicoterapeuta no Instituto Benjamin Constant e participou como estudante do grupo de pesquisa CNPq.

Maria Claudia G. Maia do Brasil

Professora na área de Letras e Educação; psicanalista, membro da Escola Brasileira de Psicanálise Movimento Freudiano (EBPMF) desde 1993. Possui pós-doutorado em Letras pela PUC-Rio (2012); doutorado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2006) e mestrado em Literatura pela PUC-Rio (1997). Tem experiência na área de Estudos da Linguagem incluindo Linguística, Literatura, Psicanálise e Educação com atuação principalmente nos seguintes temas: psicanálise, linguagem, sujeito, discurso, linguística, filosofia da linguagem e literatura. Em 2012, como coordenadora das Licenciaturas do IUPERJ, instituiu um grupo de pesquisa com professores e psicanalistas sobre a relação entre educação e psicanálise.

Silmara Dela-Silva

Possui graduação em Comunicação Social-Jornalismo pela Unesp-Bauru (1998); mestrado em Estudos Linguísticos pela Unesp-São José do Rio Preto (2004) e doutorado em Linguística pela Unicamp (2008). Fez estágio de pós-doutorado no Departamento de Ciências da Linguagem, na UFF, com bolsa FAPERJ (Programa de Apoio ao Pós-Doutorado no Estado do Rio Capes/Faperj) (2009-2010). Atualmente é professora adjunta na UFF, no Departamento de Ciências da Linguagem, Setor Linguística, e pesquisadora no Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS), o qual coordena em conjunto com as professoras Bethania Mariani e Vanise Medeiros. É vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, do Instituto de Letras da UFF e Jovem Cientista FAPERJ (2015/2017). Tem experiência como jornalista e docente nas áreas de Linguística e Comunicação Social, e seus estudos têm como foco: análise dos discursos da/sobre a mídia.

Vanise Medeiros

Professora associada da UFF, com pós-doutorado pela Sorbonne Nouvelle Paris III, bolsista 2 do CNPq e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). É uma das coordenadoras do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) da UFF, com parcerias com os laboratórios Corpus (UFSM) e EL@ DIS (USP-Ribeirão Preto); é coordenadora do grupo de pesquisa Arquivos de Língua (GAL). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. *E-mail*: vanisegm@yahoo.com.br

Nessa interlocução discursiva, é a dispersão de textos o que conta, enquanto prática derivada de linguagem constituída pelo inconsciente e pela ideologia, que funcionam e operam produzindo repetições, deslocamentos, resistências. *Discurso, interlocuções e...* produz suspensão do sentido, por tudo que coloca em jogo; que coloca na mesa como colagem, sobreposição, oposição, conjunção. Expõe o vazio dos espaços não preenchidos e o silêncio que “respira” nesses espaços. Trata-se de uma montagem que não repousa, que não se estabiliza, mas que irrompe através de materialidades contemporâneas. Discussões implicadas no gesto de interpretação que desfaz e refaz o que está posto, para afirmar que, se existe interlocução, é porque não existe sentido literal.



ISBN 978-85-7061-979-2

